

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

ABEL CORRÊA DE SOUZA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:
A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE PARA A MELHORIA DA
QUALIDADE DO AMBIENTE DE VIDA**

CRICIÚMA

2022

ABEL CORRÊA DE SOUZA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:
A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO DA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE PARA A MELHORIA DA
QUALIDADE DO AMBIENTE DE VIDA**

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em ciências ambientais – PPGCA. Doutorado em ciências ambientais da universidade do extremo sul catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Ambientais.

Orientador: prof. Dr. Adriano Michael Bernardin

CRICIÚMA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S729r Souza, Abel Corrêa de.

Responsabilidade social de os objetivos do desenvolvimento sustentável : a contribuição dos programas e projetos de extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense para a melhoria da qualidade o ambiente de vida / Abel Corrêa de Souza. - 2022.
174 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2022.

Orientação: Adriano Michael Bernardin.

1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2. Agenda 2030. 3. Agenda 21. 4. Responsabilidade social da empresa. 5. Responsabilidade Social Universitária (RSU). 6. Universidade do Extremo Sul Catarinense. 7. Extensão universitária. - I. Título.

CDD 23. ed. 378.175

Bibliotecária Elisângela Just Steiner - CRB 14/1576
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC



PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se forma remota conforme RESOLUÇÃO N.02/2020/PPGCA que estabelece procedimento para a Defesa de Dissertação e de Tese do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais por meio de videoconferência, para realizar a arguição da Tese de Doutorado apresentada pelo candidato ABEL CORRÊA DE SOUZA, sob o título: “Responsabilidade social e os objetivos de desenvolvimento sustentável: A contribuição dos programas e projetos de extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense para a melhoria da qualidade do ambiente de vida”, para obtenção do grau de DOUTOR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato, os membros são de parecer pela “APROVAÇÃO” da Tese.

Criciúma/SC, 30 de setembro de 2022.

Prof. Dr. Edmilson Rampazzo Klen
Primeiro Examinador

Prof. Dr. Sílvio Parodi Oliveira Camilo
Segundo Examinador

Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Terceiro Examinador

Prof. Dr. Jairo José Zocche
Quarto Examinador

Prof. Dr. Adriano Michael Bernardin
Presidente e Orientador

Dedicatória

**Dedico este trabalho para a Jerusa, eterna
companheira, meus filhos Alisson e André e aos
meus netos, Lucas, Mateus, Amanda e Augusto.**

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos que devem ser registrados e, certamente, alguns ficarão esquecidos, não por serem menos importantes, mas limitação do próprio pesquisador. Na medida do possível, serão nominados a seguir.

Ao meu orientador, Professor Doutor Adriano Michael Bernardin, por todo empenho e dedicação prestados na elaboração de todo o processo que permitiu chegar até este estágio.

À minha coorientadora, Professora Viviane Kraieski de Assunção, por todas as contribuições adicionais que prestou durante o transcurso.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, por compartilharem seus conhecimentos e contribuírem para a incorporação de novos conhecimentos.

Aos colegas que trilharam comigo a trajetória do doutorado.

Aos membros da banca, Professor Doutor Jairo José Zocche, Professor Doutor Dimas de Oliveira Estevam, Professor Doutor Sílvio Parodi de Oliveira Camilo e Professor Doutor Edmilsom Rampazzo Klen.

Aos colegas da Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da UNESC, em especial, à Diretora, Professora Mestre Fernanda Guglielmi Faustini Sônego.

À Jerusa, que sempre me incentiva a desenvolver competências adicionais e me apoia em todos os momentos.

Aos meus filhos Alisson e André, que contribuem com palavras de incentivo a todo momento.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Mensagem especial

Dificuldades são estímulos para os que sabem lutar.

Papa João XXIII

RESUMO

A extensão universitária, parte integrante do tripé que caracteriza as universidades, formado por ensino, pesquisa e extensão, vem se mostrando, cada vez mais como uma das forças que estabelecem os laços com as comunidades. As atividades extensionistas, desempenhadas por projetos abrigados por programas, evidenciam o compromisso social das universidades como elemento indutor do desenvolvimento social, ambiental e econômico das diversas sociedades. A sincronia com as demandas da comunidade, sejam elas explícitas ou identificadas por meio de observação mais acurada, tem se caracterizado como uma das formas mais eficazes da aproximação das universidades com a busca de soluções para os intrincados problemas que são enfrentados pela sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de suas diversas áreas de atuação, também vem estabelecendo parcerias com múltiplas instituições, públicas, privadas e do terceiro setor, no sentido de contribuir para mitigar os impactos sofridos pelos povos mais desprovidos de recursos, agravados por problemas derivados das mais distintas naturezas, incluindo saúde, educação, acesso aos recursos, emprego e renda, dentre tantos outros. Por conta da análise profunda das desigualdades entre os povos e dentro das nações, no final da década de 1990 foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que, se não resolveram todos os problemas da humanidade, estabeleceram um marco no enfrentamento desses problemas. Na metade da década de 2010, o Secretário Geral da ONU propôs um aprofundamento no trato desses problemas, convidando todas as formas de organização humana a participarem da construção de um marco mais arrojado para obtenção de resultados mais efetivos, que pudessem ser mensurados de forma mais efetiva. Foi a partir daí que surgiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de 17 formas de enfrentamento dos problemas que se desdobram em 169 metas, as quais são aferidas por meio de indicadores, os quais encontram-se em construção. A Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), engajada na identificação e proposta de solução dos problemas locais e regionais, tem atuado fortemente no apoio a programas e projetos de extensão que se proponham a contribuir com a melhoria da qualidade do ambiente de vida. Este trabalho se propõe a apresentar os diversos programas e projetos de extensão da UNESC, os resultados que estão sendo obtidos, evidenciando com quais ODS se sintonizam e com quais contribuem para o atingimento, os quais estão estampados no Balanço Social da instituição. A partir daí, confrontar os achados com a aferição realizada anualmente pelo Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030) do ano de 2021, que traça um panorama do Brasil em termos de evolução ou involução do país em termos de ODS. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com utilização do método dedutivo, abordagem qualitativa; quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva e exploratória, e como estratégia, é um estudo de caso. Os resultados obtidos corroboram com a hipótese de que os projetos e programas de extensão da UNESC estão contribuindo para a evolução do alcance das metas estabelecidas nos ODS de maneira efetiva. Uma das deficiências encontradas foi a falta de uma cláusula vinculante nos Editais para que todos os projetos, para serem aprovados, necessitem destacar quais os ODS serão impactados pelas ações que serão desenvolvidas. Com sugestão para estudos futuros, pesquisa semelhante deverá ser aplicada nas demais instituições que fazem parte da Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE) e, posteriormente, a todas as demais instituições de ensino superior do estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Indicadores de desenvolvimento social. Agenda 21. Agenda 2030. Balanço Social.

ABSTRACT

The university extension is part of the tripod formed by the activities of teaching, research and extension and it is one of the forces that establish ties with communities. In universities, the extension activities are developed by projects grouped in programs. They are the evidence of the university social commitment as an inducing element of social, environmental and economic development of different societies. The synchronization with community needs – explicitly or by accurate observation – is one of the most effective ways for universities to search for solutions to the intricate problems faced by society. The United Nations (UN) has been establishing partnerships with public, private and third sector institutions to mitigate the impacts of people deprived of resources. Their problems arise from the most different natures, including health, education, access to resources, employment and income, among many others. Due to the in-depth analysis of inequalities between peoples and within nations, at the end of the 1990s the Millennium Development Goals were established. Even not solving all of humanity's problems, they have established a framework for confronting them. In the mid-2010s, the UN Secretary General proposed a deeper approach to these problems, inviting all forms of human organization to participate in the construction of a bolder framework to obtain results that could be measured more effectively. It was the origin of the Sustainable Development Goals, a set of 17 ways of dealing with problems that unfold into 169 goals, which are measured through indicators, under construction. The Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), engaged in identifying and proposing a solution to local and regional problems, has been strongly supporting extension programs and projects that aim to contribute to improving the quality of the living environment. This thesis presents the diverse programs and extension projects of UNESC and the results that are being obtained, showing which SDGs are in tune with and which contribute to achieving their goal. They are registered in the Social Balance of the institution. Based on these results, the aim is to compare the findings with the assessment carried out annually by the Report of Civil Society for the 2030 Agenda (GTSC A2030) for the year 2021, which outlines an overview of Brazil in terms of the country's evolution or involution in relation to the SDGs. This is an applied research, using the deductive method, qualitative-quantitative approach. In terms of its goals, it is a descriptive and exploratory research, and as a strategy, it is a case study. The results obtained corroborate the hypothesis that the UNESC projects and extension programs are contributing to the evolution of the achievement of the goals established in the SDGs in an effective way. One of the deficiencies found was the lack of a binding clause in the Notices so that all projects, in order to be approved, declare which SDGs will be impacted by the actions that will be developed. As a suggestion for future studies, similar research should be applied in other institutions that are part of the Santa Catarina Association of Educational Foundations (ACAFE) and, later, to all other higher education institutions in the state of Santa Catarina.

Keywords: Social development indicators. 21 Agenda. 2030 Agenda. Social Balance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das seções da Norma NBR ABNT ISO 26000.....	30
Quadro 2 - Agenda 21: Seções e capítulos.....	38
Quadro 3 - Título e áreas de programas da Agenda 21	40
Quadro 4 - Objetivos da Agenda 21 brasileira	43
Quadro 5 - Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as metas.....	47
Quadro 6 - Distribuição dos tópicos do documento “O FUTURO QUE QUEREMOS”	51
Quadro 7 - Distribuição das metas por ODS	56
Quadro 8 - Distribuição dos indicadores por status.....	59
Quadro 9 - Distribuição dos ODS por dimensão.....	61
Quadro 10 - Programas da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias ...	72
Quadro 11 - Programas da área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas	72
Quadro 12 - Programas da área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação	73
Quadro 13 - Programas da área de conhecimento de Ciências da Saúde	74
Quadro 14 - Projetos da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias	77
Quadro 15 - Projetos da área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas	79
Quadro 16 - Projetos da área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação	81
Quadro 17 - Projetos da área de conhecimento da Saúde.....	83
Quadro 18 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CET	86
Quadro 19 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CSA.....	92
Quadro 20 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos HCE.....	99
Quadro 21 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos SAU.....	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Integração entre as dimensões Triple Bottom Line	35
Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	46
Figura 3 - Os dez Princípios do Pacto Global.....	49
Figura 4 - Os cinco Ps do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).....	53
Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	55
Figura 6 - Distribuição dos indicadores por status	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição relativa dos indicadores no Brasil	60
Gráfico 2 - Status das metas no Brasil no ano de 2021	70
Gráfico 3 - Participação relativa de projetos por área de conhecimento	76
Gráfico 4 - Distribuição das metas por categorias de acordo com o Relatório Luz	86

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
- AFASC – Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma
- AMAPI – Atendimento Multidisciplinar em Acupuntura e outras Práticas Integrativas
- AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
- AMOVIR – Associação Amor à Vida
- AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera
- AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CEP – Centro de Educação Profissional do Bairro da Juventude
- CET – Ciência, Engenharia e Tecnologia
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- CNUDS – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
- CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
- CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
- CSA – Ciências Sociais Aplicadas
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- GRI – Global Reporting Initiative
- GVces – Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
- HCE – Humanidades, Ciências e Educação
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDS – Indicadores de Desenvolvimento Social
- ILAGCP – Instituto Latino-Americano de Governança Corporativa Pública
- INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- ISO – International Organization for Standardization
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- NBR – Norma Brasileira
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAES – Programa de Ações de Economia Solidária
PEDIC – Programa de Extensão em Direito e Cidadania
PEGC – Programa de Extensão em Gestão Contábil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPE – Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor
RSC – Responsabilidade Social Corporativa
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
UNDP – United Nations Development Programme
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	19
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	21
1.3 OBJETIVOS	22
1.3.1 Objetivo Geral	22
1.3.2 Objetivos Específicos	22
1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO	22
2 PERCURSO TEÓRICO	24
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	24
2.1.1 ABNT NBR ISO 26000	28
2.1.2 Balanço Social	31
2.1.3 Governança corporativa	32
2.1.4 Responsabilidade Social em Universidades	34
2.2 SUSTENTABILIDADE.....	35
2.2.1 Agenda 21	36
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	43
2.3.1 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	45
2.3.2 Princípios do Pacto Global	48
2.3.3 A Conferência Rio +20 e a Agenda 2030	49
2.3.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS	53
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.1 TIPOS DE PESQUISA E ETAPAS DE ESTUDO	63
3.1.1 Aportes bibliográficos	63
3.1.2 Seleção dos tópicos relacionados às questões socioambientais e econômicas	64
3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA	65
3.2.1 Caracterização do ambiente de estudo	66
3.2.2 Design da pesquisa	66
3.3 MÉTODO, ABORDAGEM, OBJETIVO	67
3.4 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	68
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS	69
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	71
5 CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	112

REFERÊNCIAS	117
ANEXO A – AS 169 METAS DOS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	121
ANEXO B – INDICADORES DISTRIBUÍDOS POR METAS.....	135
ANEXO C – BALANÇO SOCIAL – MODELO IBASE	171
ANEXO D – LINK DO EDITAL N° 358/2020	173

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2000, mais especificamente o mês de setembro, foi marcado pela realização da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque entre os dias 06 e 08 de setembro de 2000. Ao término dos trabalhos, foi elaborado pelos 191 países que participaram deste evento, o documento Declaração do Milênio das Nações Unidas, o qual descreve os oito Objetivos do Milênio (ODM), ilustrados na figura 1. Em seu bojo, referido documento descreve uma agenda mínima no sentido de que fossem atendidos os direitos básicos e fundamentais de cada pessoa conforme estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua essência.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tinham como propósito diminuir as desigualdades entre os povos, estabelecendo uma meta temporal arrojada, num horizonte de tempo de quinze anos. Os países signatários deste documento assumiram o compromisso de acompanhar a evolução e o atingimento desses objetivos.

Em 2011, a partir do acompanhamento de indicadores, ficou evidente que muito ainda deveria ser feito, o que ensejou a criação do Marco de Aceleração dos ODM, distribuído em quatro fases: identificação e priorização das intervenções, identificação e priorização dos obstáculos, seleção das soluções de aceleração e planificação e controle das execuções (PNUD, 2011).

Vale lembrar que os oito ODM traçavam linhas gerais que foram desmembradas em metas representadas por ações que permitissem seu atingimento, no todo ou em parte. Para cada um dos ODM, desmembrados em ações, foram criados indicadores que, por meio do seu acompanhamento, permitiam verificar a evolução do objetivo total ou parcialmente. Os países signatários da Cúpula do Milênio se comprometeram a fazer um profundo acompanhamento da evolução do alcance dos objetivos. No Brasil, este acompanhamento pode ser constatado por meio da leitura dos relatórios de elaborados nos anos de 2004, 2005, 2007, 2010 e 2014.

A sociedade civil, o mundo empresarial e o meio acadêmico não podiam ficar alheios nem se esquivar de seu compromisso com os cidadãos e a responsabilidade social que deve permear a estratégia das organizações que pretendem perpetuar-se, principalmente desenvolvendo uma relação harmônica com seu entorno. Por esse motivo, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, engajado com as causas que levam as organizações a adotarem posturas sintonizadas com as demandas sociais, estabeleceu relação sólida entre os oito ODM e a responsabilidade social corporativa.

Pela simples leitura dos oito ODM, percebe-se a relação de interdependência que existe entre eles. Na proposta de pesquisa desta tese, o foco maior incidirá sobre os objetivos que

estejam sintonizados com a dimensão social, em função de seu conteúdo e da correlação com o que o pesquisador desenvolveu o trabalho. Vale ressaltar que, sem ênfase no oitavo ODM, que trata de estabelecer parcerias para o desenvolvimento, dificilmente os demais poderão ser alcançados.

A necessidade de impor avanços significativos, fez com que os líderes de governo e de estado discutissem e propusessem uma pauta mais arrojada e com um conjunto de metas e instrumentos que pudessem avaliar a evolução para o desenvolvimento, dando origem ao documento *Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

Esse documento, em suma, consiste na definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de 169 metas, além de estipular meios de implementação e das parcerias globais, imprescindíveis para o avanço da Agenda e necessárias para colocar em prática e acompanhar seu atingimento (PNUD, 2017). Em suma, os objetivos foram desdobrados em metas e estas, por sua vez, em indicadores que estão constantemente sendo produzidos, testados e implementados para o acompanhamento da evolução da Agenda 2030. O conjunto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está ilustrado na figura 5.

Um dos estudiosos do tema sustentabilidade, Ignacy Sachs, sintonizado com a essência da Primeira Conferência do Meio Ambiente Humano da ONU (CNUMAH), também conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, definiu as cinco dimensões para o ecodesenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural (BURSZTYN, 1993). A busca incessante pela harmonia entre as cinco dimensões contribui para o alcance do desenvolvimento sustentável.

No ano seguinte, Elkington (1994), cunhou o termo *Triple Bottom Line*, referindo-se aos três pilares de apoio à sustentabilidade, integrados por três dimensões: social, econômica e ecológica. Uma ilustração da integração entre essas dimensões consta da figura 1.

O Pacto Global é um programa que foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas no ano de 1999, sob o comando do então Secretário-Geral Kofi Annan. Originalmente era um conjunto de nove princípios, divididos em três blocos, aceitos internacionalmente como forma de disciplinar a conduta de práticas organizacionais. O primeiro bloco refere-se aos direitos humanos, é composto de dois indicadores e está baseado na Declaração Universal de Direitos Humanos. O segundo bloco tem como foco o trabalho, e está pautado na Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais do trabalho, e é composto por quatro indicadores. O terceiro bloco versa sobre o meio ambiente e se compõem de três indicadores, e tendo sua base nos Princípios da Rio-92 sobre meio ambiente

e desenvolvimento (INSTITUTO ETHOS, 2002). Este trabalho se desenvolve sobretudo na exploração do primeiro bloco. Posteriormente foi incorporado o décimo princípio que se refere ao combate à corrupção, caracterizando-se também como o quarto bloco.

O conceito de responsabilidade social corporativa definido pelo Instituto Ethos é amplo, inclui todos os *stakeholders*, conforme abaixo descrito por Boechat, Boechat e Pôssas (2005,8).

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução de desigualdades sociais.

A implementação das práticas de responsabilidade social nas corporações depende de conscientização ampla na estrutura da instituição, independentemente do porte e do segmento de atuação. Entretanto, alguns obstáculos poderão ser interpostos no caminho, os quais deverão ser encarados como desafios que podem ser vencidos. Os principais desafios, nestes primeiros passos, podem ser os seguintes: sensibilização e motivação da liderança, adequação da cultura organizacional, atenção às demandas das partes interessadas, integração da responsabilidade social corporativa aos sistemas de gestão existentes, inclusão e compromisso de todos os gestores e definição de indicadores de resultados (GONÇALVES, 2006).

É sobre esse arcabouço teórico que foi desenvolvido o presente estudo, por meio de pesquisa do Balanço Social da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, no intuito de correlacionar as práticas adotadas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável, sobretudo, os ODS relacionados à dimensão social.

A partir dos resultados obtidos pela aplicação da pesquisa documental, foi possível comparar e identificar o nível de contribuição da UNESC para com o desenvolvimento sustentável e com as práticas de responsabilidade social corporativa. Como decorrência, a pesquisa conseguiu identificar avanços significativos que poderão ser obtidos, na comparação das práticas que são adotadas pelos diversos programas e projetos da UNESC, principalmente os de Extensão, com os objetivos e metas, para propor a sistematização das ações efetivas que enfatizem as relações existentes e a incorporação gradativa à cultura organizacional.

Sem a pretensão de transformar-se numa solução ideal para todos os problemas, o pesquisador espera que este trabalho, transformado em tese, contribua para que outras organizações incluam os conceitos de responsabilidade social corporativa e de desenvolvimento sustentável em suas práticas de governança corporativa, contribuindo para a construção de um mundo melhor, mais habitável e comprometido com as gerações futuras.

Em virtude de sua essência, este trabalho se enquadra na linha de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento, uma vez que buscou identificar a relação existente entre as práticas de responsabilidade social da UNESCO e a sua relação com o desenvolvimento sustentável da sociedade de entorno e o confronto com as constatações contidas no V Relatório Luz, ano 2021, produzido pela Sociedade Civil Agenda 2030.

1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A proposta deste trabalho inédito é identificar e destacar pontos de convergência entre as ações desenvolvidas pelos programas e projetos de extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) para contribuir com os avanços do Desenvolvimento Sustentável, por meio das práticas de responsabilidade social corporativa (RSC).

Os programas e projetos de extensão da UNESCO visam o atendimento de diversos públicos por meio de ações direcionadas estabelecidas pelos Editais, e por programas que já estão consolidados e, por esse motivo, tornaram-se institucionais.

A habilitação dos projetos ocorre bianualmente, quando do lançamento dos editais que distribuem incentivos por meio da concessão de bolsas, de horas aos professores que se engajam na condição de coordenadores e como professores participantes, além de proporcionar todos os recursos materiais disponibilizados constantes no orçamento do projeto e condições de deslocamento, quando necessário.

Os editais contemplam quatro grandes áreas de conhecimento, distribuídos em Ciência e Tecnologia, Ciências Sociais Aplicadas, Humanidades, Ciência e Educação, e Ciências da Saúde. O último edital, de número 358/2020, lançado no final de 2020, contemplou doze projetos de cada uma das quatro áreas, perfazendo um total de 48 projetos. Pela própria essência, os editais privilegiam uma visão de interdisciplinaridade, tanto por contemplar as quatro grandes áreas, quanto por estimular a participação de professores e acadêmicos de áreas diferentes na composição dos projetos.

A comunicação de muitas das ações desenvolvidas pelo tripé que sustenta as universidades, a pesquisa, o ensino e a extensão, ficam confinadas dentro dos muros das instituições, sem o efetivo reconhecimento dos benefícios decorrentes das atividades. Mesmo no caso dos programas e projetos de extensão, que representam a universidade em contato contínuo com os diversos públicos, prestando relevantes serviços às comunidades, carecem de uma divulgação mais efetiva.

O momento atual exige posição mais alinhada entre as práticas adotadas pelas organizações e os valores socioambientais. Neste sentido, este trabalho extrairá do Balanço Social da UNESCO, versão 2021, elementos que estejam diretamente relacionados a esses valores a partir dos indicadores de responsabilidade social descritos no social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e dos indicadores, metas e objetivos que compõem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). De maneira oportuna, serão pinçadas informações constantes no V Relatório Luz, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, no sentido de apontar as contribuições da UNESCO para reverter dos problemas que ampliam as diferenças sociais, culturais, ambientais, econômicas da sociedade.

O mundo vem passando por inúmeras mudanças, algumas radicais, que impõem às organizações posturas mais sintonizadas em relação às práticas que dizem respeito aos aspectos de governança corporativa, desempenho econômico, comportamento social e respeito ao ambiente.

Agregar responsabilidade social e sustentabilidade às estratégias de qualquer organização se tornou fator impositivo para a permanência num mercado cada vez mais competitivo. No entanto, não se trata de incorporar esses conceitos como ferramenta de marketing, mas sim, por fazer parte da consciência de que o uso dos recursos na atualidade não pode comprometer as gerações futuras de usufruírem desses recursos.

A importância do trabalho subdivide-se em três aspectos. Para o pesquisador, que está aplicando os conhecimentos relativos à efetiva contribuição da gestão e da operacionalização dos processos universitários associados aos valores sociais, ambientais, econômicos e institucionais descritos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, por conseguinte, nos princípios de responsabilidade social corporativa. A academia receberá como produto final, um trabalho inédito associando processos de gestão institucional com conceitos que atendem aos princípios do desenvolvimento sustentável e às práticas de responsabilidade social. A sociedade terá condições de conhecer com mais assertividade todas as possibilidades de contribuição fornecidas pela universidade em seu tripé de atuação: ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, as universidades em geral, e a UNESCO em particular, consolidarão ainda mais suas práticas de gestão no sentido de serem enquadradas na categoria de organizações cidadãs, qualidade que permite a obtenção de respeito por parte da sociedade de entorno e de todos os *stakeholders*.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Independente do segmento de atuação, as organizações em geral, e as Universidades, em particular, estão inserindo e incorporando práticas de responsabilidade social corporativa (RSC) em suas estratégias e, por consequência, acrescentando esse conceito em suas atividades e, sobretudo, no relacionamento com as partes interessadas.

O Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, em sua quinta edição, evidencia a situação do Brasil no ano de 2021, e é utilizado como parâmetro para comparar a situação do país em termos de atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as contribuições da UNESCO, por meio de suas práticas de responsabilidade social, para que tais ODS avancem.

A partir dos programas e projetos de extensão universitária, a UNESCO vem contribuindo para mitigar as diferenças existentes na sociedade nas quatro dimensões da agenda 2030: social, ambiental, econômica e institucional.

Apesar de serem conceitos distintos, para que consigam contribuir para o desenvolvimento sustentável, as organizações precisam incorporar em seu leque de atividades, atitudes que se configurem como responsabilidade social corporativa.

Neste sentido, a proposta de tese deste trabalho consiste na seguinte questão norteadora: Como a UNESCO, por meio dos programas e projetos de extensão, está contribuindo para o desenvolvimento sustentável a partir das práticas de responsabilidade social corporativa?

Este questionamento central pode ser desmembrado em outros secundários que, à medida que forem sendo respondidos, poderão reforçar e corroborar para o entendimento de que a tese ora defendida encontra ressonância nas ações desenvolvidas pelos programas e projetos de extensão da UNESCO.

Podem ser acrescentados os seguintes questionamentos:

- Quais são os programas e projetos de extensão oferecidos pela UNESCO?
- Quais os públicos dessas ações?
- Quem ou quais instituições podem se beneficiar dessas atividades?
- Como é que uma instituição pode se candidatar para ser integrada aos programas e projetos de extensão?
- Qual a periodicidade que a instituição beneficiada fica assistida?

- Como a UNESCO está contribuindo por meio dos programas e projetos de extensão para reverter as condições atuais em que se encontram as metas, apontadas pelo V Relatório Luz (2021)?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre as práticas desenvolvidas pelos programas e projetos de Extensão da UNESCO de acordo com os princípios de responsabilidade social corporativa e a consequente contribuição para o desenvolvimento sustentável.

1.3.2 Objetivos Específicos

Destacar a contribuição dos programas e projetos de Extensão constantes no balanço social da UNESCO do ano de 2021 para o cumprimento da responsabilidade social;

Confrontar as práticas dos programas e projetos de extensão com o percurso do país apresentado no Relatório Luz;

Sintonizar as ações dos programas e projetos de extensão da UNESCO nos indicadores contidos no modelo de balanço social do IBASE;

Relacionar os achados com as metas definidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

Esta pesquisa está inserida no campo das Ciências Ambientais entendida em sua amplitude, com recorte em questões relativas à responsabilidade social e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como forma de avaliação das contribuições prestadas à sociedade a partir dos programas e projetos de extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESCO.

O estudo contemplou as atividades desenvolvidas pelos programas e projetos de extensão das quatro áreas de conhecimento consideradas: Ciências, Engenharia e Tecnologia; Ciências Sociais Aplicadas; Humanidades, Ciência e Educação; Ciências da Saúde.

Para dar conta do propósito, foram coletados os dados constantes no balanço social da UNESCO do ano de 2021, com base no edital 358/2020, mas não levou em consideração os projetos contemplados nos editais 359/2020 e 360/2020, destinados ao desenvolvimento de projetos no Território Paulo Freire.

2 PERCURSO TEÓRICO

A base teórica para sustentar a pesquisa, sedimentar-se-á em livros e periódicos, nacionais e internacionais, reconhecidos como referência no que tange ao conteúdo, com ênfase em responsabilidade social e sustentabilidade, que são o foco desse estudo.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Para conceituar responsabilidade social corporativa basta analisar e compreender a conjugação de atividades voluntárias desenvolvidas pelas empresas, que consideram aspectos sociais, econômicos e ambientais no seu relacionamento com todos os *stakeholders*, visando a realização de negócios sustentáveis (CNI, 2006).

Por ser um conceito que ainda não está disseminado como deveria, existe muita confusão sobre o tema, além de não existir unanimidade no que concerne à definição. Assim, é necessário esclarecer que responsabilidade social não é ação social nem filantropia, que são ações pontuais direcionadas a alguns grupos específicos. Por outro lado, a responsabilidade social está relacionada a ações e relações desenvolvidas com as diversas partes interessadas, denominadas *stakeholders*, que são parte integrante do entorno da organização. Entretanto, é salutar reconhecer a importância da filantropia, traduzida em ações sociais que beneficiam diversas causas sociais, culturais e de caridade (OLIVEIRA, 2008).

Uma questão que deve ter lugar de destaque nas organizações que pretendem estar sintonizadas com a responsabilidade social corporativa diz respeito ao grau de envolvimento com a comunidade. Entretanto, o termo comunidade deve ser entendido em toda sua extensão, considerando que o relacionamento não pode ser limitado ao entorno, mas todas as comunidades de impacto, incluindo as comunidades virtuais (MONZONI; BIDERMAN, 2011).

As Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na versão atualizada em 2011, esclarece, no capítulo II – Práticas Gerais, aspectos relativos aos procedimentos que devem ser adotados, destacando, em seu primeiro item, o dever de contribuir para o progresso econômico e os cuidados necessários com as questões sociais e ambientais, de tal forma que estejam sintonizadas com o desenvolvimento sustentável (OCDE, 2011). Ainda dentro do mesmo capítulo, outros tópicos se destacam em relação à identificação com as práticas de responsabilidade social, notadamente o encorajamento na construção de capacidades em nível local em estreita cooperação com a comunidade de entorno (3), a efetiva participação na formação do capital humano (4), o apoio e a defesa de princípios de boa

governança corporativa (6) e a transparência no processo de gestão para a construção de uma relação sólida e transparente com a sociedade (7).

Existem alguns argumentos que favorecem a responsabilidade social corporativa, os quais podem ser enquadrados em duas linhas, a substantiva, com foco em princípios éticos, religiosos e de normas sociais prevaletentes, e, de outro lado, a linha instrumental, que enfatiza uma estreita relação positiva entre o comportamento socialmente responsável com o desempenho econômico (ASHLEY, 2019).

O Instituto Ethos e Responsabilidade Social (2017, 8), define como negócio sustentável e responsável:

É a atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Nos dias atuais, a responsabilidade social corporativa atinge uma amplitude que envolve muitos elementos, contribuindo para uma visão multifacetada. Diversas iniciativas oriundas de instituições do setor privado estão moldando gradativamente seu códigos relativos ao conjunto de práticas que devem caracterizar a responsabilidade social, nominalmente associadas aos aspectos ambientais e sociais, com o propósito de contribuir para a construção de um mundo melhor, mais habitável (ASHLEY, 2019).

Barbieri e Cajazeira (2016), asseveram que tanto os desafios quanto as razões para a implementação de práticas alinhadas com a responsabilidade social são inúmeros, em função da quantidade de questões que devem ser levadas em consideração. Afirmam que os obstáculos assim como as motivações estão relacionadas aos públicos internos e externos, no que tange aos direitos e deveres, e as expectativas dos distintos públicos. Acrescentam que, além dos obstáculos acima citados, as organizações precisam estar atentas aos resultados econômicos e financeiros indispensáveis à sua sobrevivência.

Oliveira (2008) alerta que uma das definições de empresa socialmente responsável não pode ser limitada àquela que extrapola o que é exigido legalmente. Argumenta que uma organização que cumpre os preceitos legais pagando tributos, respeitando a legislação trabalhista e ambiental, deve ser considerada socialmente responsável, asseverando que o reverso é verdadeiro, ou seja, ao deixar de cumprir aspectos legais, não pode ser considerada socialmente responsável.

Ashley (2019), acrescenta que as iniciativas de responsabilidade social podem ser classificadas, de acordo com a Secretaria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em quatro escalas, caracterizadas por evolução de abrangência, a saber: i) código de conduta empresariais; ii) iniciativas multi-*stakeholder*, com certificação e rotulagem, modelos e iniciativas setoriais; iii) acordos internacionais e; iv) investimento e financiamento socialmente responsável.

Complementa Ashley (2019), que as iniciativas de responsabilidade social podem ser classificadas hierarquicamente de acordo com três regimes, que incluem: I) normas de governança reconhecidas internacionalmente, tais como o Pacto Global e as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que estabelecem um código de conduta responsável para os negócios; II) orientação reconhecida por governos e; III) princípios de responsabilidade social corporativa desenvolvidos pela iniciativa privada.

Assim, dentre as principais vantagens decorrentes da percepção relativa ao desempenho das organizações que se inserem no conceito de socialmente responsáveis, podem ser destacados fatores relativos à reputação com conseqüente vantagem competitiva, a capacidade de atrair e reter talentos, a manutenção do moral e do comprometimento dos colaboradores resultando em maior produtividade, as relações estabelecidas com outros stakeholders, como governos, mídia e a comunidade de influência (INMETRO, 2021).

De forma genérica, a responsabilidade social de uma empresa está pautada em quatro dimensões, relacionadas às expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às mais distintas organizações num determinado momento. Esta talvez seja uma das primeiras definições de responsabilidade social, desenvolvida em 1979 Archie B. Carrol da Universidade de Georgia, Estados Unidos, representando-a em forma piramidal. Na base dessa pirâmide está a responsabilidade econômica considerada como a principal, uma vez que se trata da unidade econômica da sociedade, produzindo bens e serviços para a sociedade. A partir daí, surgem as responsabilidades legais, cujo foco é a obediência e o cumprimento das leis. Num terceiro estágio, encontram-se as responsabilidades éticas, que consistem em fazer aquilo que é certo, evitando qualquer tipo de dano. Por fim, no topo da pirâmide, encontram-se as responsabilidades filantrópicas, que irão caracterizá-la como empresa cidadã (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016).

Entretanto, advertem Barbieri e Cajazeira (2016), o modelo piramidal proposto por Carrol não pode ser entendido como uma hierarquia absoluta entre as quatro responsabilidades, sugerindo que uma delas seja mais importante que a outra. Assim, apontam os autores, o modelo

das quatro responsabilidades não consegue estabelecer todas as relações nem tampouco os pontos de tensão que existem entre elas.

Considera-se socialmente responsável a organização que visa à maximização dos efeitos positivos para a sociedade e à minimização dos efeitos negativos decorrentes de seu conjunto de atividades operacionais. Neste sentido, devem ser consideradas quatro dimensões, a saber: I) legal, relacionada ao cumprimento de normas e regulamentos; II) ética, por meio da adoção de comportamento justo e íntegro, além do que é estabelecido por lei; III) econômica, pela busca de resultados que remunerem o capital investido pelos sócios e a geração de emprego e renda; IV) filantrópica, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população por meio da cessão de recursos materiais e da alocação de pessoal para essas atividades (MELO; SCHLICKMANN, 2015).

Nos tempos atuais, a adoção de práticas de responsabilidade social não é simplesmente uma opção dos executivos e sócios das organizações, mas passou a ser incorporada como uma das mais fortes estratégias para a sobrevivência em mercados cada vez mais competitivos. Assim, a geração de valor passou a ser não exclusividade para a própria organização, mas também para outros *stakeholders*, o que sinaliza a contribuição para o desenvolvimento sustentável (SILVEIRA, 2017).

Observa-se que a literatura sobre responsabilidade social corporativa está essencialmente direcionada ao campo de conhecimento da administração, principalmente nos veículos de comunicação de maior interesse do público empresarial. É perceptível que a formação para uma conduta socialmente responsável no âmbito empresarial precisa avançar de forma substancial, principalmente se as universidades e as demais instituições de ensino superior incluírem em seus currículos disciplinas que contribuam para a incorporação do conceito pelos egressos. Assim, diante dessa lacuna, há muito que avançar em termos de ética e responsabilidade social nas organizações e nos negócios (ASHLEY, 2019).

Por fim, Oliveira (2008), para ilustrar, disponibiliza duas definições de responsabilidade social que, para a União Europeia, é “um conceito em que as organizações integram de forma voluntária preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com as partes interessadas”. Para o Banco Mundial, “responsabilidade social é o compromisso das organizações em contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável através do trabalho com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade como um todo a fim de melhorar suas vidas de maneira que seja bom para os negócios e para o desenvolvimento.”

2.1.1 ABNT NBR ISO 26000

No ano de 2011, por iniciativa da Fundação Getúlio Vargas, foi criado o primeiro grupo de trabalho sobre o tema, intitulado GVces sobre a ISO 26000, do qual foi extraído um documento explicativo, detalhado, dissecando a norma internacional sobre responsabilidade social (MONZONI; BIDERMAN, 2011). O material produzido pelo grupo traz contribuições significativas para o entendimento da responsabilidade social corporativa, e seu conteúdo normativo está dividido em 7 blocos, assim especificados: 1. Escopo; 2. Termos e definições; 3. Compreensão da responsabilidade social; 4. Princípios da responsabilidade social; 5. Reconhecimento da responsabilidade social e engajamento das partes interessadas; 6. Orientações sobre temas centrais da responsabilidade social; 7. Orientações sobre a integração da responsabilidade social por toda a organização.

A instituição formal da responsabilidade social corporativa ou responsabilidade social empresarial, como também é conhecida quando adotada pelas empresas, tem sua base sedimentada nas diretrizes sobre responsabilidade social, de acordo com a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 26000, cuja primeira edição data de 01/11/2010.

Os princípios de responsabilidade social, consolidados na norma internacional ISO 26000 e na norma brasileira ABNT 16001 podem ser resumidos em sete princípios básicos, assim definidos: a) Responsabilização, que determina a prestação de contas às partes interessadas, como consequência de suas ações e decisões; b) Transparência, que estabelece a divulgação de informações com clareza e objetividade; c) Comportamento ético, que pressupõe práticas baseadas nos valores de honestidade, equidade e integridade; d) Respeito pelos interesses dos *stakeholders*, que preconiza o respeito, a consideração e a resposta das partes interessadas; e) Respeito pelo estado de direito, que tem seu amparo na obediência e às leis e outros instrumentos normativos em seu âmbito de atuação; f) Respeito pelas normas internacionais de comportamento, que consiste na adoção e incorporação dos princípios que são estabelecidos nos acordos internacionais atinentes à responsabilidade social, ainda que não façam parte do escopo legal; g) Respeito aos direitos humanos, assegurando que as atividades desenvolvidas pela organização não agridam os princípios universais consagrados não sejam agredidos em nenhuma hipótese (INMETRO, 2021).

O conceito consagrado pela Norma ISO 26000 para responsabilidade social assevera que a responsabilidade de uma organização é mensurada pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, com foco no bem-estar da

sociedade, considere as expectativas dos *stakeholders*, esteja em conformidade com a legislação aplicável, sintonizada com as normas internacionais de comportamento e integrada em toda organização e que a responsabilidade seja praticada em todos os níveis de suas relações (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016).

A Norma ISO 26000, complementa Oliveira (2008), norma que estabelece parâmetros para as práticas de responsabilidade social corporativa, ainda é bastante incipiente e, por consequência, está em fase de construção. Referida norma estabelece que qualquer organização que pretende ser reconhecida como socialmente responsável como decorrência dos impactos de suas atividades na sociedade, deve observar que suas ações atendam aos interesses da sociedade e estejam sintonizadas com o desenvolvimento sustentável, sejam baseadas em comportamento ético, alinhado como cumprimento de leis e outros padrões normativos e que estejam integradas ao conjunto de atividades desenvolvidas pela organização.

O propósito da norma ISO 26000 é contribuir para que, em seu processo de gestão organizacional, qualquer tipo de instituição, independente do porte e do segmento de atuação, esteja sintonizada com os princípios do desenvolvimento sustentável, instigando-as a avançar para além de suas obrigações legais, participando como agentes ativos desse desenvolvimento. Neste sentido, a norma é composta de conceitos, princípios, práticas e temas gerais sobre a responsabilidade social, não sendo confundida com sistema de gestão corporativa nem tampouco apropriada para certificação ou uso como pressuposto básico para a regulação ou exigência contratual (MONZONI; BIDERMAN, 2011).

Mesmo que sejam conceitos distintos, responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável estão fortemente atrelados pelos princípios que regem um e outro conceito. De um lado, a norma ISO 26000 assegura que o desenvolvimento sustentável consiste em atingir um estado de sustentabilidade para as pessoas que compõem as diversas sociedades e para o planeta como um todo, considerando que somente com este estado é possível atingir a vida de todos os ecossistemas. Assim, uma vez que a responsabilidade social incita as organizações a focarem suas responsabilidades no que tange às respostas que devem ser dadas à sociedade, satisfazendo suas expectativas e contribuindo para a saúde e a vida do planeta, fica evidente a sintonia existente entre desenvolvimento sustentável e responsabilidade social (INMETRO, 2021).

O engajamento da organização com as partes interessadas é necessário, mas não é suficiente, é preciso ir além, tornar-se um membro ativo da comunidade. Como consequência, a organização sai da condição de contribuinte para assumir o papel de participante, status que chancelará um diálogo franco e aberto com a sociedade (MONZONI; BIDERMAN, 2011).

A Norma ISO 26000 está estruturada em 7 seções, cujos títulos e descrições do conteúdo estão distribuídas conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Distribuição das seções da Norma NBR ABNT ISO 26000

Título da Seção	Número da Seção	Descrição do conteúdo da Seção
Escopo	1	Define o escopo desta Norma e identifica certas limitações e exclusões.
Termos e definições	2	Identifica e fornece a definição de termos-chave de importância fundamental para a compreensão da responsabilidade social e o uso desta Norma.
Compreensão da responsabilidade social	3	Descreve os fatores e condições importantes que influenciarão o desenvolvimento da responsabilidade social e que continuam a afetar sua natureza e prática. Descreve também o próprio conceito de responsabilidade social - seu significado e aplicação em organizações. A Seção inclui orientações para organizações de pequeno e médio portes sobre o uso desta Norma.
Princípios da responsabilidade social	4	Introduz e explica os princípios da responsabilidade social.
Reconhecimento da responsabilidade social e engajamento das partes interessadas	5	Aborda duas práticas de responsabilidade social: o reconhecimento da organização de sua responsabilidade social e a identificação e engajamento de suas partes interessadas. Fornece orientações sobre a relação entre uma organização, suas partes interessadas e a sociedade, sobre o reconhecimento dos temas e questões centrais de responsabilidade social e sobre a esfera de influência da organização.
Orientações sobre temas centrais da responsabilidade social	6	Explica os temas centrais e questões associadas referentes a responsabilidade social (ver tabela 2). Para cada tema central, são fornecidas informações sobre seu escopo, sua relação com a responsabilidade social e respectivos princípios e considerações, ações e expectativas.
Orientações sobre a integração da responsabilidade social em toda a organização	7	Fornece orientações sobre como colocar a responsabilidade social em prática em uma organização. Isso inclui orientações relacionadas a: compreender a responsabilidade social da organização, integrar a responsabilidade social em toda a organização, comunicar sobre responsabilidade social, melhorar a credibilidade da organização em relação à responsabilidade social, analisar o processo, melhorar o desempenho e avaliar iniciativas voluntárias em responsabilidade social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da ABNT NBR ISO 26000, (2022).

Por sua vez, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), seguindo sua vocação natural, desenvolveu o Programa Brasileiro de Certificação de Responsabilidade Social, por meio do qual estabelece procedimentos específicos para a ISO 26000 para a certificação e acreditação de organismos de certificação para procederem a auditoria nas organizações, emitindo certificados com a chancela do INMETRO (INMETRO, 2021).

2.1.2 Balanço Social

Algumas vertentes de pensamento argumentam que o balanço social nasceu a partir de transformações significativas no que tange à forma de utilização dos recursos materiais, tendo como principal motivação as questões sociológicas. No Brasil, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, foi o inspirador da ideia de que as organizações deveriam publicar, juntamente com as demonstrações contábeis, o balanço social, que deveria estampar algo semelhante a uma prestação de contas para a sociedade, descrevendo as ações que venham a contribuir com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, evidenciando-as de forma qualitativa e quantitativa (SERRA NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2001).

Um dos recursos utilizados para a aferição dos níveis de responsabilidade social das organizações é o balanço social, um ferramental que tem como principal propósito a averiguação e a comunicação das práticas de responsabilidade social corporativa. Um dos modelos que tem se popularizado, com adequações segundo as características do segmento de atuação das organizações é o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), pelo fato de que foi idealizado por uma organização não governamental, buscando a transparência nas relações com a sociedade (REIS; GIACOMINI FILHO, 2008).

O balanço social deve constituir-se de um instrumento de gestão que comunique de forma transparente e objetiva, um conjunto de informações econômicas e sociais, de tal forma que a sociedade possa entender claramente os compromissos assumidos e as ações desenvolvidas com as partes interessadas (TINOCO, 2006).

Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001), asseveram que as instituições de ensino superior não podem limitar seu escopo de atuação em proporcionar educação de qualidade aos acadêmicos, mas deve extrapolar os muros universitários com o envolvimento em questões sociais e ambientais, o que deve ser exposto por meio da publicação do balanço social.

A estrutura do balanço social proposto pelo IBASE em 2003 tem seu modelo estruturado em sete categorias, que se desdobram em 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos. As categorias estão a seguir identificadas e descritas: a) base de cálculo, que considera as informações financeiras; b) indicadores sociais internos, abrangendo todos os investimentos internos, tanto os obrigatórios quanto os voluntários; c) indicadores sociais externos, voluntários, constando os projetos sociais direcionados para a sociedade em geral, sobretudo nas áreas de saúde, educação, cultura e esporte; d) indicadores ambientais, que representam os investimentos feitos no sentido de mitigar os efeitos decorrentes de impactos ambientais e os que têm como propósito melhorar a qualidade ambiental por meio de inovação

tecnológica e de programas de educação ambiental; e) indicadores do corpo funcional, que relatam questões relativas à valorização da diversidade, o relacionamento com o público interno sob diversos aspectos; f) informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; g) outras informações consideradas relevantes para a divulgação de práticas sociais e ambientais para a efetiva compreensão da sociedade (TORRES, 2008).

Os balanços sociais podem apresentar diferentes configurações como decorrência do tipo de atividade, do contexto em que a organização está inserida em relação a tempo e espaço, enfim, do interesse em prestar contas para a sociedade (OLIVEIRA, 2008).

Ainda segundo Torres (2008), o IBASE oferece três modelos alternativos de balanço social direcionados para organizações específicas, compreendendo as micro e pequenas empresas, as cooperativas e as instituições de ensino, fundações e organizações sociais.

Entrando especificamente no modelo adotado pela UNESCO, que consta na íntegra no Anexo C, está distribuído em sete blocos, a seguir descritos: 1) Base de cálculo; 2) Indicadores sociais internos; 3) Indicadores sociais externos; 4) Indicadores ambientais; 5) Indicadores do corpo funcional; 6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial; 7) Outras informações. Além disso, o formulário apresenta um anexo no qual constam as instruções para preenchimento (TORRES, 2008).

O balanço social da UNESCO utiliza como parâmetro para a sua construção o modelo IBASE, detalhando minuciosamente nas categorias preconizadas acima, ampliando os vetores propostos pelo modelo (UNESCO, 2022).

2.1.3 Governança corporativa

Trata-se de um conceito relativamente novo no contexto dos processos de gestão das organizações, consistindo em definir um sistema para auxiliar na direção e no monitoramento para a adoção das melhores práticas, cujo propósito é envolver relacionamento entre sócios, dirigentes, órgãos de controle e fiscalização, bem como outras partes interessadas (IBGC, 2015).

Considerando que o ato de governar está relacionado com o processo de administrar por meio dos mecanismos de governança, que compreendem o exercício da liderança, a definição de estratégias e os cuidados relativos ao controle, no sentido de direcionar, avaliar e monitorar os impactos, o foco da gestão deverá ser sempre baseado na mensuração dos resultados, na transparência dos processos e na eficiência organizacional. A implantação de uma governança corporativa, portanto, por meio de uma liderança legítima e de uma equipe coesa, tende a

proporcionar resultados eficientes, beneficiando as diversas partes interessadas (ILAGCP, 2020).

Silveira (2015) amplia o conceito governança corporativa afirmando que está relacionada pela forma como são dirigidas as organizações, acrescentando outros elementos que vão além da eficiência econômico-financeira, os quais incluem os relacionamentos do corpo diretivo, dos sócios, do conselho de administração e dos agentes externos, por meio de uma abordagem mais ampla que engloba outras áreas, tais como ética empresarial, processos de gestão, exercício de liderança, respeito ao meio ambiente e às pessoas, e tantos outros que não estão limitados à obtenção de resultados perfeitamente mensuráveis.

A rigor, a governança corporativa rege-se por um conjunto de quatro princípios que representam recomendações objetivamente descritas, cuja finalidade é alinhar a reciprocidade de interesses, preservando e otimizando o valor econômico, sempre observando a longevidade e o bem comum. Assim, os quatro princípios são: I) transparência, por meio da disponibilização de informações; II) equidade, fornecendo tratamento justo para com todas as partes interessadas; III) prestação de contas, elucidando a atuação de forma com que todos os que acessarem entendam; IV) responsabilidade corporativa, zelando pela viabilidade tanto econômico-financeira como nos demais aspectos pertinentes à sustentabilidade (IBGC, 2015).

Para exprimir os princípios éticos e os valores organizacionais, o código de conduta é o instrumento mais adequado para comunicar as diretrizes e estabelecer as formas de atuação de todos os participantes, independente de nível hierárquico ou posição que ocupa na organização. A rigor, é a maneira pela qual são formalizadas as expectativas pertinentes ao comportamento e à conduta tanto dos agentes que fazem parte da composição societária quanto dos colaboradores internos e externos, envolvendo, assim, todos os stakeholders (IBGC, 2017).

A governança empresarial assim como as instituições democráticas, tornam-se vulneráveis e ficam comprometidas quando permitem ou estimulam atos relacionados à corrupção, à solicitação de suborno e à extorsão, uma vez que desestimulam investidores e provocam distorções relativas às condições de realização de negócios. Neste sentido, práticas que incluem o respeito e o direito à propriedade, ações transparentes, estímulo à integridade e combate a qualquer forma de corrupção, seja no âmbito público ou privado, são elementos que fortalecem e consolidam práticas de governança corporativa saudáveis. Portanto, a adoção e a disseminação de práticas adequadas, constituem-se no alicerce principal para promover uma cultura ética nas empresas (OCDE, 2011).

Para que uma organização esteja em *compliance*, deve ter como pressuposto básico o cumprimento da legislação e das políticas internas por questão de obrigatoriedade ou como

forma de redução de aplicação de penalidades, numa eventual punição sofrida pela empresa. Por outro lado, ser *compliant* significa cumprir de forma consciente e deliberada tanto as políticas internas quanto a legislação em vigor, no sentido de preservar sua longevidade pelo cumprimento de seus princípios e valores. Assim, pode-se afirmar que estar em *compliance* caracteriza-se por atividade operacional enquanto ser *compliant* relaciona-se com a visão estratégica (IBGC, 2017)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2011), estabeleceu no capítulo VII das Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais, normas de conduta no combate à corrupção, à solicitação de suborno e à extorsão, determinando que as empresas devem se comprometer em não oferecer nem aceitar vantagens indevidas ou inapropriadas como forma de manutenção de negócios

Os elementos de *compliance* estão diretamente relacionados com o apoio e o grau de comprometimento do corpo diretivo da organização, sendo condição indispensável para o sucesso para a criação e o funcionamento do sistema. O primeiro ponto a ser considerado é a prevenção, que implica na avaliação de riscos, na definição de políticas e procedimentos, na modelagem da estrutura e na comunicação e treinamento. O segundo elemento refere-se à detecção e, para tanto depende do monitoramento e da criação de um canal de denúncias. Por fim, o terceiro elemento refere-se à resposta, que consiste na operacionalização por meio da investigação, do estabelecimento de medidas disciplinares e, quando for o caso, da remediação. O fechamento do terceiro elemento é a redação e o compartilhamento do reporte com a alta direção para que possa monitorar e avaliar o sistema de *compliance* (IBGC, 2017).

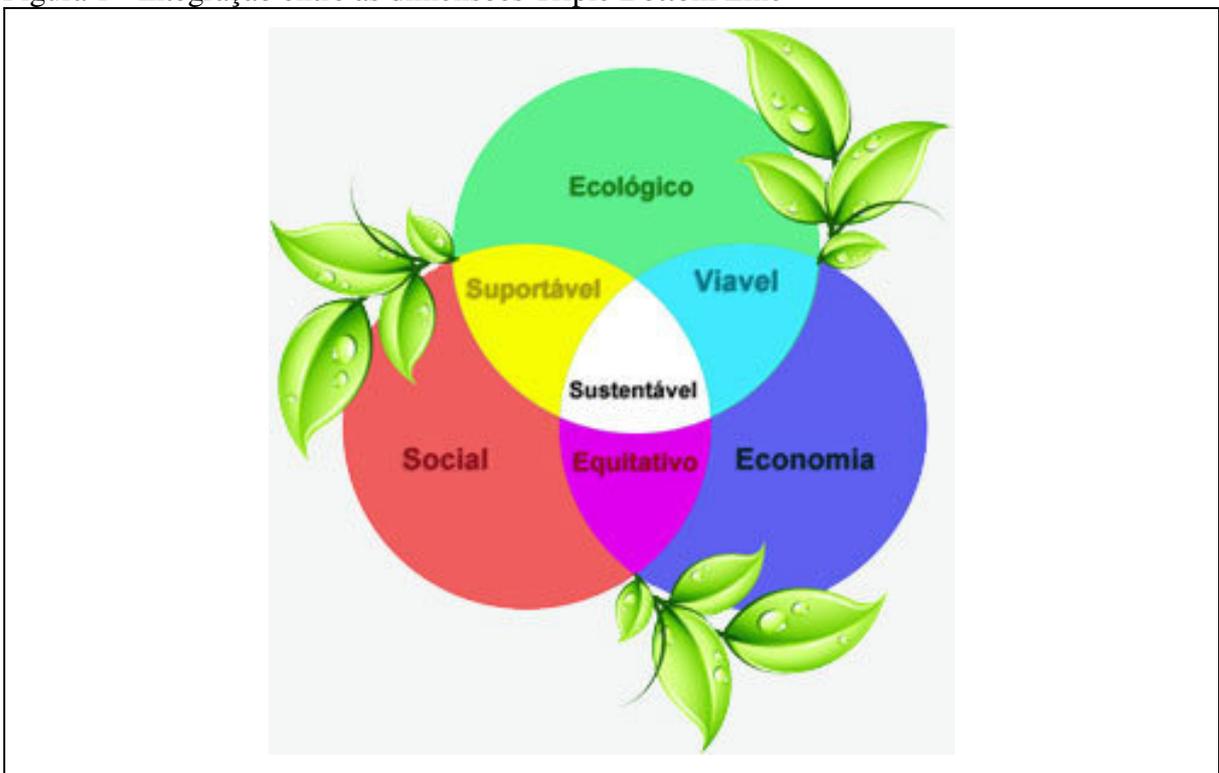
2.1.4 Responsabilidade Social em Universidades

Para atender ao propósito contido na responsabilidade social, as universidades devem priorizar a produção de trabalho técnico e científico em suas estruturas curriculares, inserida nas disciplinas, visando a preparação para o mercado de trabalho, incentivando a participação acadêmica nos três pilares que caracterizam as universidades: ensino, pesquisa e extensão. É a partir desse tripé que as universidades contribuem para a formação de líderes e cidadãos éticos e solidários (ESTEVAM, 2020).

2.2 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é um conceito que define normas sobre a relação harmônica entre os seres humanos e a natureza, incluindo a maneira como se responsabilizam pelo semelhante e pelas futuras gerações. Em linhas gerais, refere-se ao crescimento econômico baseado na justiça social e na eficiência no uso de recursos naturais, surgido a partir dos movimentos ecológicos e dos recursos naturais renováveis (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014).

Figura 1 - Integração entre as dimensões Triple Bottom Line



Fonte: Sustentabilidade em Foco, (2017).

A adoção do conceito de sustentabilidade tem extrapolado alguns muros que, num primeiro momento, pareciam totalmente intransponíveis. Cada vez mais, governos, empresas e cidadãos, em conjunto ou de forma isolada, não medem esforços em busca da sustentabilidade. De forma ultrapassada e equivocada, alguns empresários e executivos entendiam que as empresas poderiam ser os principais agentes para a consolidação de modelos sustentáveis, em decorrência do poder de mobilizar recursos, bem como pelo potencial impacto econômico, social e ambiental de suas ações. Como consequência, a sustentabilidade ganhou espaço considerável na agenda do setor empresarial em diversas partes do mundo, originando o

movimento da Responsabilidade Social Empresarial em países desenvolvidos (MARCONDES, 2010).

Refinando o conceito, deve-se entender a sustentabilidade social, característica de organismos que buscam manter uma relação estreita com a sociedade de entorno, conceito que requer o reconhecimento de que o capital social deve incluir, além das questões relativas ao capital humano como saúde e educação, a contribuição para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016). Muitas são as iniciativas que derivaram a ampliação do conceito, como será visto na sequência.

2.2.1 Agenda 21

Um marco histórico para a evolução dos tópicos relativos ao desenvolvimento sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, da qual se originou a Agenda 21, composta por 40 capítulos distribuídos em 4 seções que caracterizam cada uma das dimensões, conforme pode ser visto no quadro 2. Essas seções são distribuídas em: I – Dimensões sociais e econômicas; II – Conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento; III – Fortalecimento do papel dos grupos principais; IV – Meios de implementação (BARBIERI, 2020).

No preâmbulo, que se refere ao capítulo 1, ficam evidenciadas algumas das grandes preocupações com o momento e o futuro da humanidade, ao assinalar as disparidades que existem entre as nações e dentro delas, que contribuem para o agravamento da pobreza, da miséria, da fome, do analfabetismo e de tantos outros problemas sociais, econômicos e ambientais que assolam a população e o planeta (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022).

A rigor, a leitura e interpretação da Agenda 21 permite destacar que se trata de um amplo programa para a implementação do desenvolvimento sustentável, algo semelhante a um manual de normas e instruções que direciona a humanidade rumo a um desenvolvimento econômico que seja também ambientalmente sustentável e socialmente justo, tanto em relação à geração atual quanto no que tange às futuras gerações. Percebe-se claramente a preocupação de preparar a humanidade para enfrentar os problemas atuais, da época, e para os desafios vindouros (BARBIERI, 2020).

O documento alerta que é possível reverter os espaços enormes que separam os mais ricos dos mais pobres em termos sociais, ambientais e econômicos, e que esta reversão é de total responsabilidade dos Governos, os quais deverão estabelecer estratégias, traçar planos, definir políticas e desdobrá-los em projetos que darão subsídios para a concretização da Agenda

21. Entretanto, o documento chama a atenção para a inclusão de tantas outras organizacionais de âmbito internacional, regional e subnacionais que deverão ser engajadas neste esforço comum (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022).

Um dos propósitos da Agenda 21 foi a consolidação de inúmeros documentos sobre desenvolvimento econômico, meio ambiente, questões sociais, distribuídos em relatórios, tratados, protocolos, elaborados nos diversos organismos que compõem a Organização das Nações Unidas, no sentido de combater os problemas específicos que assolam a humanidade (BARBIERI, 2020).

A Agenda 21 é constituída por áreas de programas que, para que possam ser executadas, precisam de bases para a ação, da definição de objetivos, do estabelecimento de atividades e da disponibilidade de meios de implementação. Trata-se de um programa dinâmico que deverá ser executada com a participação efetiva de diferentes atores em diversas situações, de acordo com as capacidades e prioridades dos países e das regiões, em consonância com os princípios contidos na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022). O quadro 2 distribui as seções, os capítulos e os títulos que compõem a Agenda 21.

A Agenda 21 ressalta que a sustentabilidade se constitui como novo paradigma do desenvolvimento humano, tendo consolidado diversos documentos e declarações oriundos de outras conferências mundiais. Para dar cabo desse intento, os países signatários assumiram tanto o compromisso como o desafio de adotar as noções sobre sustentabilidade e sobre desenvolvimento sustentável em todas as políticas públicas. Assim, a Agenda 21 tornou-se uma proposta de planejamento estratégico cujo propósito era fornecer subsídios para que os governos pudessem desenvolver seus planos de governo, respeitando as peculiaridades de cada país, suas realidades e seus sentimentos. A Agenda 21 brasileira constituiu-se num processo participativo para analisar a situação do país e dos entes federativos para o planejamento do futuro de forma sustentável, com a participação dos parceiros do desenvolvimento sustentável, ou seja, dos distintos agentes econômicos e sociais, formando parcerias e estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo (FIOCRUZ, 2000).

A adaptação às realidades de cada país, em geral, e das unidades subnacionais, em particular, originaram muitos documentos decorrentes da formação de grupos de estudo que pudessem estabelecer conexão entre o propósito geral da Agenda 21 e a adequação para cada um dos signatários da ONU. No Brasil, a Agenda 21 Nacional, conduzida pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), estabeleceu como propósito, a redefinição do modelo de desenvolvimento no país, por meio da introdução do conceito de sustentabilidade

e da qualificação das potencialidades e das vulnerabilidades em termos de inserção internacional (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004).

É importante destacar que a Agenda 21 brasileira tornou evidentes os problemas que envolvem questões que deveriam estabelecer convergência entre governo e sociedade no que tange aos aspectos para atingir a sustentabilidade ambiental, social, econômica e institucional. Entretanto, como decorrência de não terem sido criados indicadores para o efetivo monitoramento, a ausência acabou se constituindo num obstáculo para aferição e reflexão sobre a apresentação de diagnóstico e de proposições (MALHEIROS; PHILIPPI JR.; COUTINHO, 2007).

Quadro 2 - Agenda 21: Seções e capítulos

(continua)

SEÇÃO	CARACTERIZAÇÃO	CAPÍTULO	TÍTULO
I	DIMENSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS	1	Preâmbulo
		2	Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas
		3	Combate à pobreza
		4	Mudança dos padrões de consumo
		5	Dinâmica demográfica e sustentabilidade
		6	Proteção e promoção das condições da saúde humana
		7	Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos
		8	Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões
II	CONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO	9	Proteção da atmosfera
		10	Abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento dos recursos terrestres
		11	Combate ao desflorestamento
		12	Manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca
		13	Gerenciamento de ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas
		14	Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável
		15	Conservação da diversidade biológica
		16	Manejo ambientalmente saudável da biotecnologia
		17	Proteção de oceanos, de todos os tipos de mares, inclusive mares fechados e semifechados, e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos
		18	Proteção da qualidade do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos

Quadro 3 - Agenda 21: Seções e capítulos

(conclusão)

SEÇÃO	CARACTERIZAÇÃO	CAPÍTULO	TÍTULO
		19	Manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluída a prevenção do tráfico internacional dos produtos tóxicos e perigosos
		20	Manejo ambientalmente saudável dos resíduos perigosos, incluindo a preservação do tráfico internacional ilícito de resíduos perigosos
		21	Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos
		22	Manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos radioativos
III	FORTALECIMENTO DO PAPEL DOS GRUPOS PRINCIPAIS	23	Preâmbulo
		24	Ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável equitativo
		25	A influência e a juventude no desenvolvimento sustentável
		26	Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades
		27	Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais: parceiros para um desenvolvimento sustentável
		28	Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21
		29	Fortalecimento do papel dos trabalhadores e dos seus sindicatos
		30	Fortalecimento do papel do comércio e da indústria
		31	Comunidade científica e tecnológica
		32	Fortalecimento do papel dos agricultores
IV	MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	33	Recursos e mecanismos de financiamento
		34	Transferência de tecnologia ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional
		35	A ciência para o desenvolvimento sustentável
		36	Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento
		37	Mecanismos nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento
		38	Arranjos institucionais internacionais
		39	Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais
		40	Informação para a tomada de decisões

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2022).

Uma das grandes preocupações visíveis e constantes da Agenda 21 diz respeito ao retrocesso verificado na década de 1980, notadamente em relação ao endividamento externo, financiamento insuficiente para o desenvolvimento e outros tantos fatores sociais, ambientais e

econômicos. Assim, para reverter esta situação, a Agenda 21 traz em sua essência, a proposta de políticas e medidas necessárias para avançar em todos os campos, mitigando os efeitos nocivos decorrentes do retrocesso verificado. Um dos pontos que deve ter um vigoroso fortalecimento consiste na construção de um clima internacional propício ao alcance das metas relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Neste sentido, são necessárias ações concretas que incluam a promoção do desenvolvimento sustentável, o estabelecimento de apoio recíproco entre comércio e meio ambiente, a oferta de recursos financeiros suficientes para mitigar os efeitos da dívida internacional de países em desenvolvimento e o estímulo a políticas públicas que favoreçam o meio ambiente e o desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022)

Em função da aderência ao que se propõe este trabalho, a Seção I – Dimensões Sociais e Econômicas, será desdobrada em Áreas de Programas conforme quadro 3.

Quadro 4 - Título e áreas de programas da Agenda 21

(continua)

CAPÍTULO	TÍTULO	ÁREAS DE PROGRAMAS
2	Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas	a) Promoção do desenvolvimento sustentável por meio do comércio
		b) Estabelecimento de um apoio recíproco entre comércio e meio ambiente
		c) Oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento
		d) Estímulo a políticas econômicas favoráveis ao desenvolvimento sustentável
3	Combate à pobreza	a) Capacitação dos pobres para a obtenção de meios de subsistência sustentáveis
4	Mudança dos padrões de consumo	a) Exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo
		b) Desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulos a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo

Quadro 5 - Título e áreas de programas da Agenda 21

(continuação)

CAPÍTULO	TÍTULO	ÁREAS DE PROGRAMAS
5	Dinâmica demográfica e sustentabilidade	a) Desenvolvimento e difusão de conhecimentos sobre os vínculos entre tendências e fatores demográficos e desenvolvimento sustentável
		b) Formulação de políticas nacionais integradas para meio ambiente e desenvolvimento levando em conta tendências e fatores demográficos
		c) Implementação de programas integrados de meio ambiente e desenvolvimento no plano local, levando em conta tendências e fatores demográficos
6	Proteção e promoção das condições da saúde humana	a) Satisfação das necessidades de atendimento primário da saúde, especialmente nas zonas rurais
		b) Controle das moléstias contagiosas
		c) Proteção dos grupos vulneráveis
		d) O desafio da saúde urbana
		e) Redução dos riscos para saúde decorrentes da poluição e dos perigos ambientais
7	Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos	a) Oferecer a todos habitações adequadas
		b) Aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos
		c) Promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra
		d) Promover a existência integrada de infraestrutura ambiental: água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos
		e) Promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos
		f) Promover o planejamento e o manejo dos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres
		g) Promover atividades sustentáveis na indústria da construção
		h) Promover o desenvolvimento dos recursos humanos e da capacitação institucional e técnica para o avanço dos assentamentos humanos

Quadro 3 - Título e áreas de programas da Agenda 21

(conclusão)

CAPÍTULO	TÍTULO	ÁREAS DE PROGRAMAS
8	Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões	a) Integração entre meio ambiente e desenvolvimento nos planos político, de planejamento e de manejo b) Criação de uma estrutura legal e regulamentadora eficaz c) Utilização eficaz de instrumentos econômicos e de incentivos do mercado e outros d) Estabelecimento de sistemas de contabilidade ambiental e econômica integrada

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2022).

Para efeitos de elaboração e discussão, a Agenda 21 brasileira tem como pressuposto a abordagem segundo seis eixos temáticos, assim divididos: a) Gestão de recursos naturais; b) Agricultura sustentável; c) Cidades sustentáveis; d) Infraestrutura e integração regional; e) Redução das desigualdades sociais; f) Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Para dar conta dos inúmeros desafios que permeiam a Agenda 21 brasileira, foram estabelecidas estratégias para cada eixo temático (MALHEIROS; PHILIPPI JR.; COUTINHO, 2008).

A partir dos eixos temáticos norteadores, foram traçados 21 objetivos para a Agenda 21 brasileira, os quais constam do quadro 4. Muitos desses objetivos encontram ressonância nos indicadores de desenvolvimento sustentável propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quadro 6 - Objetivos da Agenda 21 brasileira

Nº	OBJETIVO
1	Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício
2	Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas
3	Retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional
4	Energia renovável e biomassa
5	Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável
6	Educação permanente para o trabalho e a vida
7	Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o Sistema Único de Saúde
8	Inclusão social e distribuição de renda
9	Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde
10	Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana
11	Desenvolvimento sustentável do Brasil rural
12	Promoção da agricultura sustentável
13	Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável
14	Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável
15	Promover a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas
16	Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade
17	Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local
18	Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos
19	Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável
20	Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação
21	Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade

Fonte: Adaptado pelo autor de Barbieri (2020).

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A gênese do desenvolvimento sustentável inicia na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo, realizada no ano de 1972.

Antes de aprofundar o conceito de desenvolvimento sustentável, vale resgatar as premissas estabelecidas por Sachs (2008), para o desenvolvimento, que pressupõe a disponibilidade de boa sociedade, meios de existência viáveis e trabalho decente. Neste sentido, enfatiza, o desenvolvimento se propõe a habilitar cada ser humano à exposição de todo seu potencial em busca da autorrealização e da busca pela felicidade. Os meios de subsistência para tal propósito envolvem a combinação de elementos imprescindíveis, que incluem o acesso a ativos para a produção de bens, o acesso à capacitação e qualificação para o exercício profissional, a oferta de trabalho decente indistintamente, acesso irrestrito aos serviços públicos e à habitação. Note-se que na essência dos pressupostos estabelecidos pelo autor, existe uma

relação bastante intensa no que se refere à produção do conteúdo e do escopo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que serão abordados oportunamente.

A ideia de desenvolvimento sustentável é relativamente nova, uma vez que o termo foi cunhado há pouco mais de três décadas, mais especificamente em 1987, quando da publicação do Relatório Brundtland. Em suma, o relatório enfatiza que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação que visa equilibrar a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, por meio do reforço do potencial presente e futuro, com a propósito de atender às necessidades e aspirações humanas (BRUNDTLAND, 1991).

De forma bastante sintética, o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como a relação harmônica entre o atendimento das necessidades do presente sem que haja o comprometimento dos recursos para as gerações futuras. Na essência dessa definição reside o equacionamento entre os interesses de preservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida humana por meio do progresso econômico e os necessários avanços sociais (BRANDÃO; SANTOS, 2007).

O conceito de desenvolvimento sustentável depende do equilíbrio dinâmico e é apoiado por três pilares: o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a inclusão social. Assim, não existe hierarquia nem prioridade e os três pilares devem ser tratados e entendidos de forma harmônica (PEREIRA, 2009).

A partir dos resultados da Conferência RIO+20 (CNUDS), com base no documento “O FUTURO QUE QUEREMOS”, o capítulo I, denominado NOSSA VISÃO COMUM, sentencia que para a realização do desenvolvimento sustentável, é imprescindível que algumas ações sejam tomadas imediatamente, destacando-se a promoção do crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo, a criação de maiores oportunidades para todos. Tais propostas contribuirão para a redução das desigualdades, a melhoria das condições básicas de vida e a promoção do desenvolvimento social para todos. O documento fecha o quarto parágrafo do capítulo enfatizando a necessidade de gerir de forma integrada e sustentável os recursos naturais por meio da proteção, da regeneração, da reconstituição e da resiliência dos ecossistemas (RESTREPO; SILVA, 2012).

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2011) é taxativa: as empresas devem ter atitudes responsáveis no sentido de contribuir para o alcance do objetivo mais amplo, que é atingir o desenvolvimento sustentável. É com esse propósito que o capítulo VI das Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais define quais são essas obrigações a partir de 73 recomendações.

2.3.1 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A Cúpula do Milênio, assembleia realizada entre os dias 06 e 08 de setembro de 2000 na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, reuniu 147 chefes de estado e representantes de governo, totalizando a participação de 191 países, originou o documento intitulado Declaração do Milênio das Nações Unidas. Este documento, identificado como Resolução A/RES/55/2/2000, elenca os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais têm como pano de fundo, a redução das desigualdades e a proposta de um mundo mais justo com igualdade de oportunidades (PNUD, 2014).

A Declaração do Milênio das Nações Unidas está balizada em oito tópicos gerais, os quais estão assim distribuídos: I) Valores e princípios; II) Paz, segurança e desarmamento; III) O desenvolvimento e a erradicação da pobreza; IV) Proteção do nosso ambiente comum; V) Direitos humanos, democracia e boa governança; VI) Proteção dos grupos vulneráveis; VII) Responder às necessidades especiais da África; VIII) Reforçar as Nações Unidas (PNUD, 2014).

A partir desses tópicos, derivaram-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que deveriam ser alcançados até o ano de 2015 a partir de ações e do envolvimento de diversos atores, destacando-se entre eles, governos em todos os níveis, a sociedade civil e as empresas. Assim, os ODMs representam um método efetivo para o atingimento de diversas prioridades sociais para contribuir para um mundo melhor, destacando-se a diminuição e a erradicação da fome, da pobreza e de diversas doenças, o combate à degradação ambiental, a busca pela igualdade de gênero e o avanço da escolaridade (BARBIERI, 2020).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram definidos de maneira que as afirmações ali contidas representassem efetivamente ações que redundassem em um mundo melhor. As linhas gerais, impositivas, foram desdobradas em metas para que ficasse mais fácil entender o escopo de cada um dos oito ODM e avaliar sua evolução (PNUD/SESI-PR; 2014).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: PNUD (2017).

No que concerne aos valores e princípios destacados na Declaração do Milênio, a essência dos valores fundamentais está assim descrita: I) A Liberdade – homens e mulheres têm direito de viver sua vida e criar os filhos com dignidade, livres de fome, de violência, da opressão e da injustiça; II) A Igualdade – devem ser garantidas as igualdades de direitos e de oportunidades entre gêneros; III) A Solidariedade – distribuição das responsabilidades e dos custos para enfrentar os problemas mundiais; IV) A tolerância – O respeito à diversidade em toda a sua extensão deve ser considerado como um bem precioso de humanidade; V) O Respeito pela Natureza – Gestão cuidadosa das espécies e dos recursos naturais sintonizada com o conceito de desenvolvimento sustentável, alterando os padrões de produção e consumo de tal forma que seja preservado o bem-estar desta e das futuras gerações; VI) A Responsabilidade Comum – Compartilhamento da responsabilidade pela gestão do desenvolvimento econômico e social, bem como pelo enfrentamento de ameaças à paz e à segurança (PNUD, 2014).

Quadro 7 - Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as metas

<p align="center">Objetivo 1 Erradicar a extrema pobreza e a fome</p>	<p>Metas 1-A – Até 2015, reduzir pela metade a proporção da população com renda menor que US\$ 1,25 por dia. 1-B – Até 2015, reduzir pela metade a proporção de pessoas que sofrem de fome. 1-C – Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens.</p>
<p align="center">Objetivo 2 Atingir a universalização do ensino fundamental</p>	<p>Metas 2-A – Até 2015, garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, de todos os lugares, terminem o ensino fundamental.</p>
<p align="center">Objetivo 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher</p>	<p>Metas 3-A – Eliminar a disparidade de gênero em todos os níveis de ensino até 2015.</p>
<p align="center">Objetivo 4 Reduzir a mortalidade infantil</p>	<p>Metas 4-A – Reduzir em 2/3 a mortalidade de crianças menores de 5 anos até 2015.</p>
<p align="center">Objetivo 5 Melhorar a saúde materna</p>	<p>Metas 5-A – Reduzir em 3/4 a taxa de mortalidade materna até 2015. 5-B – Universalizar o acesso à saúde reprodutiva até 2015.</p>
<p align="center">Objetivo 6 Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças</p>	<p>Metas 6-A – Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS. 6-B – Alcançar o acesso universal ao tratamento de HIV/AIDS a todos os que precisam 6-C – Até 2015, ter detido e começado a reverter a incidência da malária, tuberculose e de outras doenças importantes.</p>
<p align="center">Objetivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental</p>	<p>Metas 7-A – Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015. 7-B – Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando uma redução significativa até 2010. 7-C – Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável. 7-D – Alcançar uma melhora significativa na vida de, pelo menos, 100 milhões de pessoas que vivem em habitações precárias até 2020.</p>
<p align="center">Objetivo 8 Promover uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento</p>	<p>Metas 8-A – Desenvolver sistema comercial e financeiro mais aberto, previsível e não discricionário, com base em regras. 8-B – Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, países sem litoral e pequenos países insulares. 8-C – Tratar de forma abrangente a dívida dos países em desenvolvimento. 8-D – Fornecer medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento, em cooperação com a indústria farmacêutica. 8-E – Disponibilizar benefícios de novas tecnologias, em particular as de informação e comunicação, em cooperação com o setor privado.</p>

Fonte: Adaptado de Barbieri (2020).

Essas metas foram desdobradas em indicadores que permitiram verificar de forma qualitativa ou quantitativa, o nível de evolução de cada meta e de cada objetivo.

Para que haja perfeito entendimento de todos, governos, empresas, organizações não governamentais, sociedade em geral, é necessário ilustrar os conceitos de objetivos, metas e

indicadores. O objetivo traduz a situação que se pretende atingir, a melhoria que se pretende atingir em relação à situação atual. Estes objetivos devem ser desdobrados em metas, que representam a definição de quantidade e de prazos para alcançar o objetivo estabelecido. Por sua vez, os indicadores são instrumentos quantitativos ou qualitativos para o monitoramento e a mensuração se os resultados estão sendo alcançados (PNUD/SESI-PR, 2014).

Barbieri (2020), alerta que a Declaração do Milênio tem mais abrangência do que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, enfatizando o compromisso pela promoção da democracia e dos direitos humanos e o direito ao desenvolvimento, a proteção de pessoas e de grupos vulneráveis, notadamente os refugiados, as pessoas que tiveram que deixar os seus lares e as crianças, principalmente aquelas que são submetidas às condições de prostituição.

No Brasil, em consonância com ações desenvolvidas por diversos países, adotou uma série de medidas no sentido de avançar no alcance os ODM. Para atingir esta finalidade, no ano de 2003 foi criado o Grupo de Trabalho do Governo Federal, responsável pela elaboração dos relatórios de acompanhamento. Também foi instituído o Prêmio ODM Brasil com o propósito de incentivar e valorizar as práticas que contribuem para os ODM, tendo sido realizadas cinco edições, com cerca de 110 projetos. No sentido de estimular o envolvimento das prefeituras a abraçarem a causa, foi criada uma Agenda de Compromissos, instrumento de gestão municipal que congrega os ODM, políticas públicas e programas federais de promoção do desenvolvimento (PNUD/SESI-PR, 2015).

2.3.2 Princípios do Pacto Global

Originalmente composto por nove, os princípios do Pacto Global estavam alicerçados em três esteios: Direitos Humanos, composto pelos princípios 1 e 2, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Trabalho, princípios 3, 4, 5 e 6, com base na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, e Meio Ambiente, princípios 7, 8 e 9, cuja base são os Princípios da Rio 92 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (INSTITUTO ETHOS, 2002). Posteriormente foi criado o décimo princípio, conforme ilustra a figura 3.

Figura 3 - Os dez Princípios do Pacto Global



Fonte: Pacto Global, (2017).

Pode ser integrante do Pacto Global qualquer tipo de organização, como por exemplo, instituições de ensino e pesquisa, associações da sociedade civil e as empresas, desde que estejam comprometidas a aderir os dez princípios, podendo incorporá-los na intenção estratégica, incluir os princípios nos programas de capacitação, disseminar sua adesão junto aos diversos *stakeholders* e elaborar os relatórios anuais descrevendo o conjunto de ações destinadas a dar visibilidade aos esforços empreendidos para o cumprimento dos princípios (BARBIERI, 2020).

Os princípios de número 1 e 2 estão relacionados aos direitos humanos, enfatizando a proteção dos direitos reconhecidos internacionalmente, impedindo qualquer tipo de violação desses direitos; os princípios 3, 4, 5 e 6 dizem respeito aos direitos trabalhistas, dando ênfase aos princípios da associação sindical e da negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil e a eliminação de qualquer forma de discriminação no trabalho; os princípios 7, 8 e 9 versam sobre a questão do meio ambiente, e destacam o enfoque preventivo relativo aos objetivos socioambientais, o estímulo a práticas que sejam responsáveis em relação ao meio ambiente e a criação de métodos para favorecer o emprego e a difusão de tecnologias limpas; o princípio de número 10 enfatiza a necessidade de combater a corrupção em todas as suas formas (PACTO GLOBAL, 2022).

2.3.3 A Conferência Rio +20 e a Agenda 2030

Um dos méritos da Agenda 21 foi alertar para a solução conjunta internacional e com a participação de diversos atores da sociedade organizada. Havia muito otimismo quanto aos efeitos decorrentes da implantação da Agenda 21 que foram, gradativamente, perdendo fôlego, sobretudo pela dificuldade de implementação dos programas como consequência de cooperação dos países desenvolvidos (BARBIERI, 2020).

O reconhecimento de que algumas medidas radicais deveriam ser tomadas para erradicar a pobreza, modificar as formas de consumo e de produção para que se tornassem sustentáveis,

a inclusão da proteção e dos cuidados com recursos naturais, importantes meios de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, fizeram parte da reafirmação dos compromissos dos chefes de Estado e representantes dos governos nacionais signatários da ONU na Conferência Rio+20 (ONU, 2022).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até que estavam logrando avanços bastante satisfatórios, porém concentravam esforços em questões específicas, principalmente relacionadas com as questões de saúde, com estratégias pontuais, o que não contribuiu para que houvesse avanços mais significativos uma vez que o conjunto de metas carecia de maior ambição (BARBIERI, 2020).

Nesse vácuo, com foco no desenvolvimento sustentável como prioridade absoluta para o planeta, foi realizada no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida como Conferência Rio+20, da qual resultou o documento “O FUTURO QUE QUEREMOS”, o qual tem 283 parágrafos distribuídos em seis capítulos, desdobrados em dez sessões. Neste documento, os Chefes de Estado reiteram o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável por meio da promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o planeta para as atuais e as futuras gerações (ONU, 2022).

O documento decorrente da Conferência Rio+20 assevera para a necessidade de acabar com a pobreza como condição indispensável para o desenvolvimento sustentável, e que representa o maior desafio da sociedade organizada, conjugando as três dimensões, social, econômica e ambiental. O documento enfatiza, entre outros fatores, a necessidade da promoção de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo, com a criação de oportunidades iguais para todos, reduzindo as desigualdades e melhorando os padrões de vida das pessoas, e alerta para os efeitos nocivos decorrentes da corrupção, vetor principal para o agravamento dos problemas sociais, para a degradação ambiental e para a deterioração econômica. Neste sentido, a condição essencial é contar com instituições que sejam eficazes, transparentes, democráticas e responsáveis (BARBIERI, 2020).

O quadro 6 apresenta os capítulos, as seções e os títulos que compõem o documento “O FUTURO QUE QUEREMOS”.

Quadro 8 - Distribuição dos tópicos do documento “O FUTURO QUE QUEREMOS”

(continua)

CAPÍTULO	SEÇÃO	TÍTULO
I	NOSSA VISÃO COMUM	
II	RENOVAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO	
	A	Reafirmando princípios do Rio e planos de ação anteriores
	B	Promover a integração, a implementação e a coerência: avaliar os progressos obtidos até o momento e as lacunas existentes na implementação dos documentos das grandes cúpulas sobre o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios já existentes e os novos
	C	Aproximar-se dos grandes grupos e de outras partes interessadas
III	A ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA	
IV	MARCO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
	A	Reforço das três dimensões do desenvolvimento sustentável
	B	Reforço dos acordos intergovernamentais para o desenvolvimento sustentável - Assembleia Geral - Conselho Econômico e Social - Fórum de alto nível político
	C	A dimensão ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável
	D	As instituições financeiras internacionais e as atividades operacionais da ONU
	E	Ação nos níveis regional, nacional, subnacional e local

Quadro 6 - Distribuição dos tópicos do documento “O FUTURO QUE QUEREMOS” (conclusão)

		QUADRO DE AÇÃO E ACOMPANHAMENTO
V	A	<p>Áreas temáticas e questões intersetoriais</p> <ul style="list-style-type: none"> - A erradicação da pobreza - Segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável - Água e saneamento - Energia - O turismo sustentável - O transporte sustentável - Cidades e assentamentos humanos sustentáveis - Saúde e população - Promoção do emprego pleno e produtivo, do trabalho digno para todos e das proteções sociais - Oceanos e mares - Pequenos estados insulares em desenvolvimento - Países menos desenvolvidos - Países em desenvolvimento sem litoral - África - Os esforços regionais - Redução dos riscos de desastres - As mudanças climáticas - Florestas - Biodiversidade - Desertificação, degradação da terra e seca - Montanhas - Produtos químicos e resíduos - Consumo e produção sustentáveis - Mineração - Educação - Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres
	B	Objetivos de desenvolvimento sustentável
VI	MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	
	A	Financiamento
	B	Tecnologia
	C	Capacitação
	D	Comércio
	E	Registro dos compromissos

Fonte: Barbieri (2020).

A Agenda 2030 é um programa ambicioso que visa eliminar as diferenças entre as nações e dentro das nações, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 169 metas e, atualmente, julho/2022, 254 indicadores, 111 produzidos, 75 em análise/construção, 58 sem

dados e 10 que não são aplicados ao Brasil. O grande objetivo é não deixar ninguém para trás, ou seja, a Agenda 2030 prevê a inserção de todos em condições sociais, ambientais e econômicas que sejam melhores do que as atuais (ODS Brasil, 2022).

A Agenda originou-se no documento “Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, assinado por todos os 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 25 de setembro de 2015, com foco na harmonia das pessoas, do planeta, da prosperidade, evidenciando a paz e a construção de parcerias, estimulados pelos objetivos e metas (ONU, 2015).

Figura 4 - Os cinco Ps do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)



Fonte: PNUD (2017).

As três dimensões que normalmente são associadas pelas iniciais com a mesma letra, identificadas por prosperidade, pessoas e planeta, inclui outras duas, necessárias para que os ODS possam ser alcançados: parcerias e paz. A figura 4 ilustra essa relação.

2.3.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS

Da mesma forma que os ODM, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) invocam a parceria necessária para o seu alcance, englobando os governos, a sociedade civil, o setor privado, a academia, a mídia, enfim, todos os agentes que, de uma forma ou de outra, podem contribuir para garantir acesso aos recursos para as gerações futuras (PNUD, 2017). Este movimento deverá ser conduzido por diversas formas de mobilização pública envolvendo

peessoas, comunidades, demais agentes da sociedade organizada, imbuídos do compromisso de tornar o mundo um lugar melhor para viver.

Quinze anos depois da Cúpula do Milênio, no mês de setembro de 2015, entre os dias 25 e 27, os chefes de governo e de estado estiveram reunidos para aprovar o documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030 é composta de uma Declaração, 17 objetivos e 169 metas. Inspirados nos ODM, foram definidos objetivos mais audaciosos e mais desafiadores, resultantes da combinação das três dimensões que solidificam o desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (PNUD, 2017; ONU, 2015).

Os 17 ODS definidos na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e seus respectivos propósitos (PNUD, 2017) estão abaixo elencados:

1. Erradicação da pobreza – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Fome zero e agricultura sustentável – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Educação de qualidade – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Igualdade de gênero – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Água potável e saneamento – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Energia limpa e acessível – Assegurar o acesso confiável, sustentável moderno e a preço acessível à energia, para todos;
8. Trabalho decente e crescimento econômico – Promover o crescimento econômico sustentado inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
9. Indústria, inovação e infraestrutura – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Redução das desigualdades – Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
11. Cidades e comunidades sustentáveis – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

12. Consumo e produção responsáveis – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Vida na água – Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Vida terrestre – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter e perda de biodiversidade;
16. Paz, justiça e instituições eficazes – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Parcerias e meios de implementação – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: PNUD (2017).

Apesar de haver a distribuição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em metas de resultado e metas de insumo, se caracterizam por serem interdependentes. Esse é um aspecto que diferencia significativamente e de forma positiva, os ODS em relação aos ODM, em função de sua abordagem integral dos primeiros, e da ausência dessa integralidade que caracterizou os últimos. Em razão de sua abrangência, os ODS também representam um avanço

em relação aos ODM, por tratarem da criação, da institucionalização e da implementação (SARTORI; TAVARES; PINATO, 2020).

Assim, os ODS se constituem num conjunto integrado e indivisível, representativos das prioridades globais para o desenvolvimento sustentável, distribuídos em metas finalísticas, relacionadas ao cumprimento dos ODS, e metas de implementação, relacionadas aos recursos necessários para o atingimento dos ODS (BARBIERI, 2020).

Quadro 9 - Distribuição das metas por ODS

(continua)

ODS	Texto	Metas		
		Finalísticas	Implementação	Total
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	5	2	7
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	5	3	8
3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	9	4	13
4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	7	3	10
5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	6	3	9
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	6	2	8
7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos	3	2	5
8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos	10	2	12
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	5	3	8
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	7	3	10
11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	7	3	10
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	8	3	11
13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	3	2	5
14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	7	3	10

Quadro 7 - Distribuição das metas por ODS

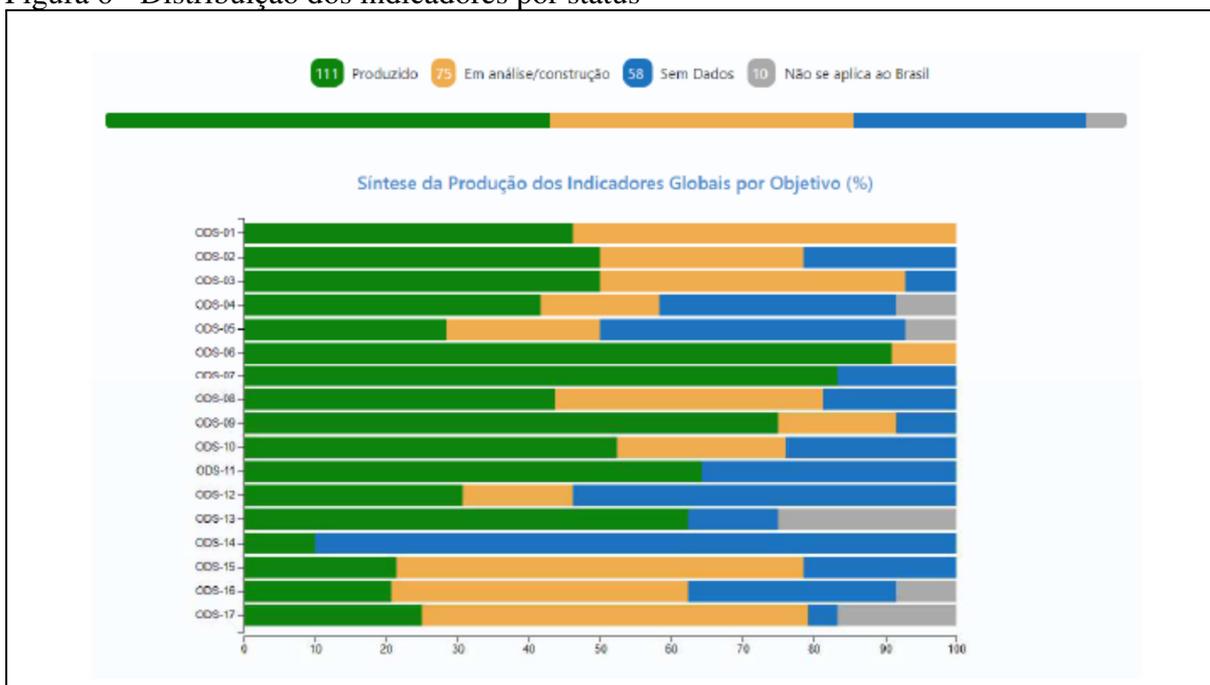
		(conclusão)		
15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade	9	3	12
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	10	2	12
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	19	0	19
Totais		126	43	169

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Agenda 2030 (2022).

Para avaliar a evolução dos ODS e das metas, a Resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/68/261, de 29/01/2014, publicada em 03/03/2014, estabelece princípios fundamentais de estatísticas oficiais. Este documento, composto por 10 princípios fundamentais, representa o marco para os indicadores mundiais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O primeiro princípio faz menção à importância de que os dados oficiais representem a situação econômica, demográfica, social e ambiental como elementos indispensáveis para os sistemas de informação de uma sociedade democrática, incluindo governo, a economia e o público. O terceiro princípio, por sua vez, assinala que os organismos de estatística devem apresentar informações segundo as normas científicas sobre as fontes, os métodos e os procedimentos estatísticos, como forma de facilitar a interpretação correta dos dados (ONU, 2022).

Esses indicadores são atualizados periodicamente e, no momento, o Brasil conta com 254 indicadores, de acordo com a atualização realizada no mês de agosto/2022, representados na figura 5 (ODS BRASIL, 2022).

Figura 6 - Distribuição dos indicadores por status



Fonte: ODSBrasil (2022).

O documento emanado da A/RES/68/261 alerta para que os indicadores dos ODS devem ser estratificados por salários, sexo, raça, origem étnica e quaisquer outras formas que possam classificar e distribuir os grupos para melhor entendimento (ONU, 2022).

Os 254 indicadores atuais encontram-se em estágios distintos e, para o Brasil, tem-se a seguinte classificação: produzidos, em análise ou em construção, sem dados e não aplicáveis ao Brasil (ODS BRASIL, 2022).

O quadro 8 esclarece como estão os indicadores por classificação, distribuídos pelos 17 ODS.

Quadro 10 - Distribuição dos indicadores por status

ODS	A	B	C	D	Total
1 Erradicação da pobreza	6	7	0	0	13
2 Fome zero e agricultura sustentável	7	4	3	0	14
3 Saúde e bem-estar	14	12	2	0	28
4 Educação de qualidade	5	2	4	1	12
5 Igualdade de gênero	4	3	6	1	14
6 Água potável e saneamento	10	1	0	0	11
7 Energia limpa e acessível	5	0	1	0	6
8 Trabalho decente e crescimento econômico	7	6	3	0	16
9 Indústria, inovação e infraestrutura	9	2	1	0	12
10 Redução das desigualdades	11	5	5	0	21
11 Cidades e comunidades sustentáveis	9	0	5	0	14
12 Consumo e produção responsáveis	4	2	7	0	13
13 Ação contra a mudança global do clima	5	0	1	2	8
14 Vida na água	1	0	9	0	10
15 Vida terrestre	3	8	3	0	14
16 Paz, justiça e instituições eficazes	5	10	7	2	24
17 Parcerias e meios de implementação	6	13	1	4	24
Totais	111	75	58	10	254

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site ODSBrasil.gov.br

Legenda

A = Produzido

B = Em análise/construção

C = Sem dados

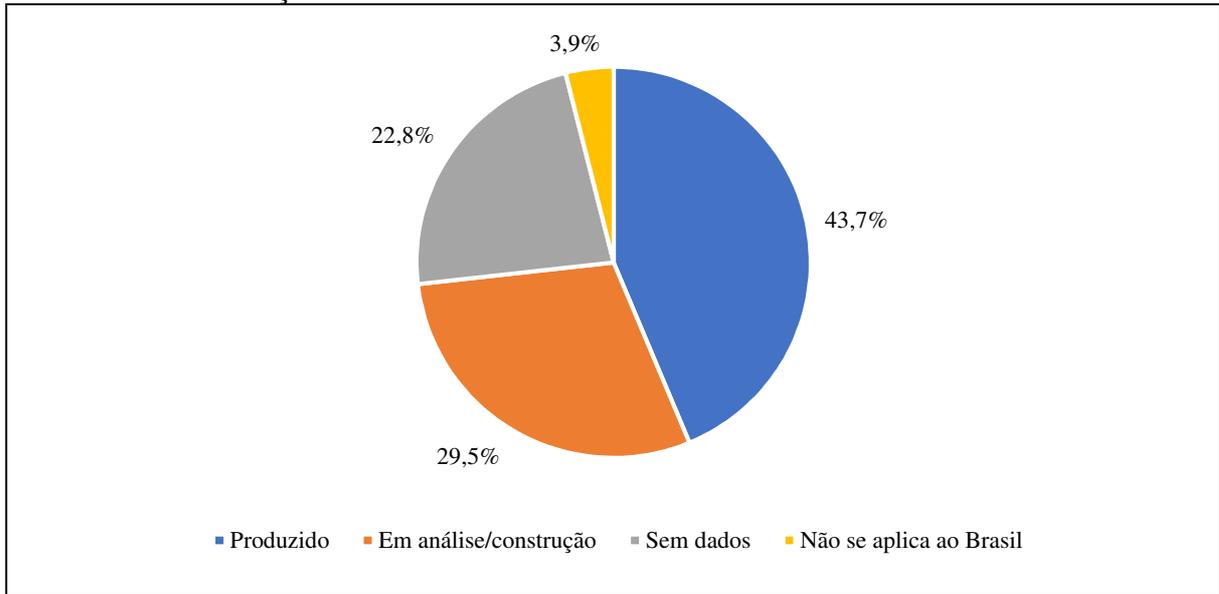
D = Não se aplica ao Brasil

É necessário tomar alguns cuidados quando a leitura do indicador não aplicado ao país para que não haja uma interpretação precipitada. O quarto ODS, por exemplo, menciona um indicador não aplicável ao Brasil, cuja redação remete ao “Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo”. É necessário observar que a meta à qual o indicador está vinculado se refere a países menos desenvolvidos, Estados insulares em desenvolvimento e países africanos (ODS BRASIL, 2022).

A partir do quadro 9, foi efetuada a distribuição relativa dos indicadores no Brasil, conforme gráfico 1.

O Anexo B mostra o estágio em que se encontram os 254 indicadores, distribuídos pelas 169 metas, que são os instrumentos dos 17 ODS, identificados com barras verticais laterais pelas mesmas cores gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição relativa dos indicadores no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao propor os 17 ODS em 2014, a ONU dividiu-os em 169 metas com a grande maioria estipulando o ano de 2030 para o seu atingimento. Ao analisar a composição dos ODS, é perceptível que tiveram inspiração nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com o propósito de concluí-los e avançar a fim de incorporar e superar outros desafios. Se por um lado, os ODM foram estruturados de forma a atender as demandas de países menos desenvolvidos, os ODS foram idealizados com o intuito de incluir todos os países, independente do grau de desenvolvimento, pois também existem problemas ambientais, sociais e econômicos em países desenvolvidos (BARBIERI, 2020).

Na introdução do documento Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o segundo parágrafo é taxativo ao afirmar que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Alcançar o desenvolvimento sustentável, portanto, assume um papel relevante para a inclusão das pessoas, uma das cinco dimensões conforme define o documento (ONU, 2022).

Os outros quatro elementos propostos pelo documento citado no parágrafo anterior, estão associadas à proteção dos recursos naturais e os cuidados com o clima, deixando um legado que atenda às necessidades das gerações futuras, ou seja, os cuidados que devem ser tomados em relação ao planeta. Outro elemento considerado fundamental é a construção de sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas, o que caracteriza a dimensão relativa à paz. A garantia de vidas prósperas, plenas, em harmonia com a natureza, é outro elemento considerado essencial, caracterizando a dimensão da prosperidade. Enfim, todos os elementos são

essenciais, equilibrados e indivisíveis e, para isso, é necessário que sejam construídas parcerias sólidas, que contribuam para a consolidação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2020).

O quadro 9 ilustra a distribuição dos cinco elementos nas quatro dimensões, com a descrição do conteúdo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 11 - Distribuição dos ODS por dimensão

Elemento	Dimensão	ODS	Descrição
Pessoas	Social	1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
		2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
		3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
		4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
		5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
		6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
		7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos
		11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Planeta	Ambiental	12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
		13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
		14	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
		15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Barbieri (2020).

Quadro 9 - Distribuição dos ODS por dimensão

Prosperidade	Econômica	8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
		9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
		10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Paz	Política e institucional	16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Parceria		17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Barbieri (2020).

O reforço das três dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável ressalta a importância de contar com um quadro institucional coerente e eficaz para enfrentar os desafios tanto atuais quanto futuros, além de preencher as lacunas para que a agenda seja implementada. Assim, uma governança efetiva para o fortalecimento do quadro institucional, em todos os níveis, desde o local, passando pelo subnacional como esteio do nível nacional, evoluindo para o regional e, por fim, global, é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável (ONU, 2022).

Por fim, mesmo reconhecendo que a Agenda 2030 não é vinculante, mas por ter sido construída com a participação efetiva a partir de um esforço conjunto de vários atores de diversas formas de organização social e, por consequência, adotada como compromisso pelos signatários, deve constituir-se numa força que consiga influenciar a orientação de políticas públicas em todos os níveis (SARTORI; TAVARES; PINATO, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico do estudo está dividido em cinco etapas, as quais são descritas na sequência.

3.1 TIPOS DE PESQUISA E ETAPAS DE ESTUDO

Esta seção foi dividida em dois tópicos, o primeiro abordando as características do referencial teórico e a segunda relatando sobre as questões que serão inseridas nos instrumentos de pesquisa

3.1.1 Aportes bibliográficos

A literatura relativa à responsabilidade social empresarial ou corporativa é relativamente recente e um dos grandes precursores dessa iniciativa, no Brasil, é o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, com inúmeras publicações disponibilizadas livremente, bastando que os interessados no assunto solicitem autorização para acessar e utilizar o material, citando a fonte.

Também existem contribuições importantes disponibilizadas pela Fundação Getúlio Vargas por meio da criação e manutenção do 1º Grupo de Trabalho do GVces sobre ISO 26000, a norma internacional de Responsabilidade Social.

Os conteúdos relativos ao desenvolvimento sustentável tiveram como base principal os documentos disponibilizados pela Organização das Nações Unidas oriundos das Assembleias Gerais e de outros organismos multilaterais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Pacto Global, *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), além de autores renomados no assunto.

A consulta às bases literárias contribui de forma substancial para o desenvolvimento de estruturas que obedeçam a lógica do raciocínio como fio condutor dos tópicos constitutivos do trabalho. Dessa forma, o pesquisador deve buscar na literatura as formas pelas quais deverá conduzir a pesquisa, considerando os campos de conhecimento que sejam conexos ao objeto de estudo. Assim, poderá utilizar-se da construção de mapas mentais, os quais em geral são descritos por meio de diagramas que relacionam a lógica que perpassa o conjunto de ideias pertinentes a conceitos que estruturam a amplitude de determinado campo de estudos (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Dentre as principais contribuições da revisão da literatura, as quais serão fundamentais para o pesquisador, destacam-se o compartilhamento de resultados oriundos de pesquisas que foram realizadas anteriormente que tenham afinidade ao objeto de estudo. Neste sentido, contribui para a construção de uma estrutura que destaque a importância do estudo, além de servir como referência para a confrontação com resultados obtidos anteriormente por meio de pesquisas com alguma similaridade (CRESWELL, 2010).

Pelo caráter interdisciplinar requerido por esse estudo, envolvendo questões relacionadas com sustentabilidade, que se identifica com o conceito de *triple bottom line*, constituído pela visão e atitude ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, abre-se amplo debate e vasto campo de estudos envolvendo diversos atores e interesses, uma vez que, ao integrar os princípios de responsabilidade social nas estratégias das organizações, estarão contribuindo para o avanço da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), destacando que se trata de conceitos distintos que se complementam.

Tendo em vista a complexidade dos problemas de pesquisa, desenvolver estudos com foco na interdisciplinaridade é uma questão básica e essencial, considerando que referidas problematizações estimulam o desenho de projetos que antecedem à pesquisa, ponto de partida para o aproveitamento de intercâmbio de conceitos basilares de algumas disciplinas. Assim, novos desafios decorrerão pela incorporação de conceitos que não são muito familiares em determinados campos de estudo, mas que servirão como subsídio essencial para uma visão mais alargada de pesquisas de fenômenos que pressupõe a necessidade de observá-los com olhar mais difuso (PHILIPPI JR.; SILVA NETO, 2011).

Assim, este estudo terá como foco principal, as práticas de responsabilidade social e os vários campos de conhecimento, conexos ou não sob o ponto de vista da disciplinaridade que, vistos sob o aspecto da interdisciplinaridade, serão essenciais para que a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, continue contribuindo para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no todo ou em parte, possam ser alcançados, diminuindo a distância entre os propósitos da Agenda 2030 e as constatações descritas no V Relatório Luz.

3.1.2 Seleção dos tópicos relacionados às questões socioambientais e econômicas

O foco deste estudo pauta-se na comparação dos resultados obtidos nos diversos programas e respectivos projetos de Extensão desenvolvidos pela Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC), de acordo com os indicadores de responsabilidade social e os

princípios de sustentabilidade, em harmonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para dar conta desse desafio, diversos conceitos e instrumentos correlatos são necessários, dentre os quais se destacam, os princípios do Pacto Global, as diretrizes do *Global Reporting Initiative*, os indicadores do Instituto Ethos, todos em consonância com as metas e os indicadores contidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como também, sintonizados com os princípios da responsabilidade social.

Para efetuar a coleta de dados, foram considerados todos os programas e projetos de extensão contemplados pelo Edital 358/2020, com a descrição dos objetivos de cada um deles, os ambientes onde foram realizados em 2021 e as intervenções que foram desenvolvidas, de tal forma que possam ser avaliados os impactos causados pelos projetos e programas de extensão da UNESCO desenvolvidos nas comunidades selecionadas, ou seja, foram coletados os dados a partir dos relatórios elaborados e postados no Ambiente Virtual, constantes também, no Balanço Social.

3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA

A população da pesquisa é constituída por todos os programas e projetos de extensão desenvolvidos pela UNESCO, tanto os programas e projetos permanentes, quanto os que foram contemplados pelos editais 358/2020, 359/2020 e 360/2020.

Foram escolhidos como amostra da pesquisa, os programas e projetos de extensão que fazem parte do conjunto considerado como permanentes e os que foram contemplados no edital 358/2020, específico para as quatro grandes áreas: Ciências, Engenharias e Tecnologia; Ciências Sociais Aplicadas; Humanidades, Ciência e Educação; Ciências da Saúde.

Martins e Theóplilo (2009), asseveram para alguns cuidados necessários para aplicação de uma pesquisa, ressaltando a importância dos critérios de validade, que é a capacidade de medir aquilo que se propõe mensurar, e o critério de confiabilidade, que tem a ver com a constância dos achados. Neste sentido, foram coletados os dados de todos os programas e projetos de extensão constantes nos relatórios e no balanço social da UNESCO.

As ações e os impactos causados nas entidades destinatárias dos programas e projetos de extensão são divulgados no Balanço Social divulgado anualmente pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Para dar consistência a este trabalho, foram utilizados os dados constantes no Balanço Social da UNESCO de 2021, já consolidado e publicado.

3.2.1 Caracterização do ambiente de estudo

O tripé formado por ensino, pesquisa e extensão formam os pilares para a consolidação e construção do conhecimento que caracteriza as universidades. A UNESCO, em sintonia com as demandas da sociedade, participa ativamente na construção de um mundo mais justo por meio de programas e projetos de extensão, os quais se configuram como o lócus da pesquisa.

3.2.2 Design da pesquisa

A pesquisa foi realizada com o propósito de identificar as contribuições que os programas e projetos de extensão desenvolvidos pela UNESCO para o alcance da Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o desdobramento nas 169 metas.

É preciso que os processos sejam agilizados para que possam ser atingidas no todo ou em parte, uma quantidade de metas que seja bem mais significativa do que o estágio atual no qual o Brasil se encontra.

O V Relatório Luz, que retrata a situação do Brasil relativamente ao status em que se encontram as metas, é o termômetro elaborado anualmente pela Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil.

De acordo com a metodologia proposta pelo Relatório Luz, as metas são classificadas de acordo com cinco categorias, a saber: **RETROCESSO**, quando as políticas ou ações correspondentes foram interrompidas, mudadas ou sofreram esvaziamento orçamentário; **AMEAÇADA**, quando ainda que não haja retrocesso, a meta está em risco, por ações ou inações cujas repercussões comprometem seu alcance; **ESTAGNADA**, se não houve nenhuma indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente significativos; **PROGRESSO INSUFICIENTE**, se a meta apresenta desenvolvimento lento, aquém do necessário para sua implementação efetiva; e **PROGRESSO SATISFATÓRIO**, a meta está em implementação com chances de ser atingida até o final da Agenda 2030.

Todos os projetos da UNESCO devem alimentar o sistema de controle para posterior elaboração do balanço social, mesmo sem haver cláusula vinculante nos editais.

Para dar conta dos objetivos propostos por esta tese e, no sentido de caracterizar o ineditismo do trabalho, foram analisados os objetivos dos 57 projetos de extensão aprovados pelo Edital 358/2020, com a identificação dos ODS correspondentes e a alocação das metas a que se referem. Na sequência, foram identificados os blocos e os itens do balanço social modelo

IBASE com os quais os projetos têm afinidade e, ato contínuo, as metas foram confrontadas com o estágio em se encontram no Brasil, de acordo com o V Relatório Luz.

Com este tipo de aplicação da pesquisa, foi possível estabelecer a relação entre os projetos e programas de extensão da UNESCO com a responsabilidade social corporativa num primeiro momento e, posteriormente, como estão contribuindo para diminuir a distância entre o que postula a Agenda 2030 e o atual estágio em que se encontra o Brasil.

3.3 MÉTODO, ABORDAGEM, OBJETIVO

Ao estabelecer relações entre os elementos mais simples, caracterizando-se pelo levantamento e análise de dados, este estudo utiliza o método dedutivo (MARTINS; THEÓPLHILO, 2009). Os autores complementam que, dentre as etapas, é necessário seguir algumas essenciais que iniciam pela formulação e análise do problema, avançando para um estudo pormenorizado para estabelecer relações entre os elementos, submetendo-se a testes e, por fim, obtendo as conclusões a respeito do estudo proposto. Em suma, pode-se afirmar que o propósito do método dedutivo consiste na decomposição do todo em subconjuntos ou elementos para que, a partir da análise das partes e, posteriormente, pela recomposição, permitir a obtenção de conclusões a respeito do fenômeno estudado.

Em termos de abordagem, o estudo tem um viés qualitativo, ao buscar em documentos institucionais, os componentes necessários para demonstrar a efetividade de ações propostas pelos programas e projetos de extensão como fatores contribuintes para a melhoria da qualidade do ambiente de vida, de acordo com a missão da UNESCO.

A pesquisa qualitativa é uma das formas mais eficazes para a exploração e o entendimento do significado dado a um problema social ou humano pelos indivíduos ou pelos grupos direta ou indiretamente afetados por um fenômeno, por meio da coleta de dados no ambiente dos participantes (CRESWELL, 2010).

Collis e Hussey (2005), alertam para o grande desafio representado pela análise de dados qualitativos pela ausência de um conjunto claro e aceito de informações. Os autores complementam que para a obtenção dos dados necessários para o trabalho de análise podem ser usadas formas diversas, incluindo conversas informais ou entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa qualitativa, alerta Vergara (2010), caracteriza-se pela subjetividade, pela valorização do sujeito no que tange à sua visão em relação ao fenômeno estudado. A escolha dos sujeitos da amostra é feita de forma intencional, os quais são selecionados pela facilidade de acesso e pela relação com o fenômeno.

É recomendável que a utilização da pesquisa exploratória ocorra quando o volume de conhecimento disponível é insuficiente para a realização de análise de determinado fenômeno. Apesar de não necessitar da formulação de hipóteses no período de preparação e de desenvolvimento da pesquisa, ao final do processo, após a compilação dos dados, transformados em informação, poderão ser formuladas hipóteses (VERGARA, 2009).

Em síntese, o objetivo da pesquisa exploratória é a busca por padrões, obtenção de *insights* e familiarização com o foco do assunto que está sendo pesquisado (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Por outro lado, este trabalho tem como objetivo descrever características relativas a um fenômeno e uma população, caracterizando a pesquisa descritiva (VERGARA, 2009).

Assim, como o próprio nome sugere, o objetivo da pesquisa descritiva é descrever o comportamento de determinado fenômeno, utilizada sobretudo para a identificação e a obtenção de informações relativas a determinado problema (COLLIS; HUSSEY, 2005).

3.4 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Como estratégia, a pesquisa documental é caracterizada por estudos que se valem de documentos de diversas naturezas para servir como fonte de dados e informações, que servem como subsídios para o atingimento de seu propósito (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Vergara (2009), complementa que a pesquisa documental se caracteriza pela consulta de documentos em poder das instituições, sejam elas públicas ou privadas, ou ainda em documentos pessoais, os quais servirão como registros aos quais o pesquisador tem acesso para esclarecer fatos. O presente estudo utiliza como documento base para o seu desenvolvimento o Balanço Social da UNESCO do ano de 2020.

Entretanto, Martins e Theóphilo (2009), alertam para a sutil diferença entre pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, acentuada pela utilização das fontes. A pesquisa documental se vale de dados obtidos de fontes primárias, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias.

O estudo de caso, como estratégia de pesquisa, vem se popularizando de forma substancial entre os pesquisadores que exercem pouco ou nenhum controle sobre determinadas circunstâncias e o foco reside em fenômenos atuais dentro de um contexto real. Geralmente são utilizados em situações em que o objetivo do estudo é descritivo ou exploratório (Yin, 2005).

Por seu caráter de profundidade e nível de detalhamento, complementa Vergara (2009), o estudo de caso tem sido aplicado principalmente quando o foco da pesquisa é constituído por

poucas unidades. É o que acontece com o presente trabalho cujo foco são as atividades de extensão da UNESCO desenvolvidas nas quatro áreas de conhecimentos consideradas, distribuídas nos programas e projetos contemplados pelo Edital358/2020.

É comum que os estudos de caso sejam descritos como pesquisa exploratória, em áreas em que há pouca teoria ou deficiência em termos de conhecimento (COLLIS; HUSSEY, 2005). Corroborando com Yin (2005), ressaltam que também pode ser aplicada essa estratégia de pesquisa em estudos descritivos, quando o objetivo é a descrição de práticas correntes, e estudos exploratórios, quando o que existe em termos teóricos é utilizado para o entendimento e a explicação dos fenômenos.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

A partir do levantamento dos programas e projetos de extensão da UNESCO, constantes no relatório de controle, preenchido periodicamente pelos coordenadores de projetos com dados que alimentam o balanço social, foram identificados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as respectivas metas correspondentes.

A sistematização utilizada para a organização e análise dos dados foi pautada na ordem a seguir:

- a) Levantamento dos projetos contemplados pelo Edital 358/20;
- b) Distribuição dos programas por área de conhecimento;
- c) Distribuição dos projetos por programas de extensão;
- d) Identificação dos ODS contemplados nos projetos;
- e) Apreciação dos programas e projetos descritos no Balanço Social da UNESCO do ano de 2021;
- f) Confrontação com os dados apresentados no V Relatório Luz (2021);
- g) Identificação dos indicadores sociais internos e/ou externos do Balanço Social Modelo IBASE (2003).

Foram compilados os dados relativos aos 57 projetos que foram contemplados pelo Edital 358/2020 no que tange aos programas em que estão abrigados, os públicos que foram atendidos, os impactos causados na comunidade e, a partir daí as constatações para atender aos objetivos desta tese.

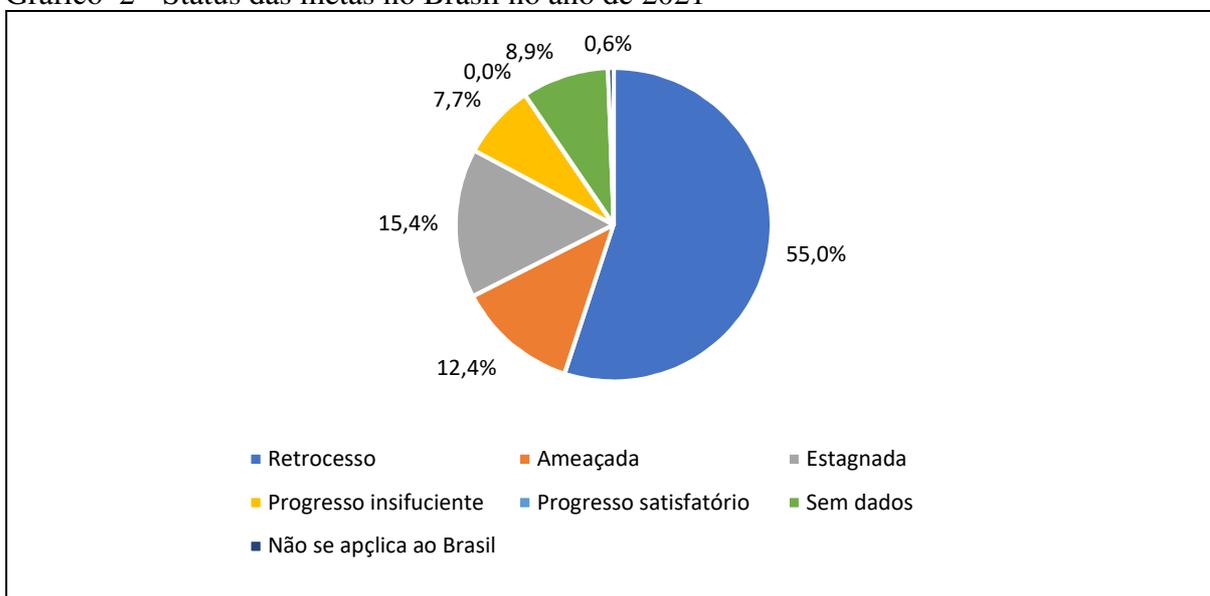
Trata-se de um trabalho minucioso para garantir que cada projeto pudesse ter a correspondência dos ODS e das metas que se propõem a atender e dos cuidados necessários

para caracterizar efetivamente o cumprimento das exigências contidas no modelo IBASE para a elaboração do balanço social.

Após a coleta dos dados por meio da aplicação dos instrumentos de pesquisa, houve necessidade de organizar o que foi obtido, correlacionando com os objetivos propostos pelo estudo (VERGARA, 2009).

Para o atendimento do quarto objetivo específico, foi feita pesquisa no V Relatório Luz (2021) no sentido de evidenciar como está a situação das 169 metas no Brasil, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Status das metas no Brasil no ano de 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Relatório Luz (2022).

Não é difícil perceber que, após o transcurso de quase a metade do tempo estabelecido para o atingimento da Agenda 2030, ainda há um longo caminho que precisa de passos acelerados, sob pena de que os esforços empreendidos por algumas instituições, não sejam suficientes para o alcance de um mundo socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O Edital nº 358/2020, de 29/10/2020, se destina ao fomento de atividades de extensão por meio de seleção, àqueles que participarem do certame atendendo aos objetivos estabelecidos, a seguir descritos:

- a) Promover atividades de extensão com compromisso socioambiental, cultural, técnico e científico, em consonância com a missão institucional e articulada com o ensino e a pesquisa;
- b) Mobilizar a comunidade acadêmica a desenvolver ações e atividades de extensão, possibilitando o exercício da cidadania e a participação crítica no contexto social;
- c) Estimular atividades relacionadas à socialização do conhecimento, por meio da discussão e encaminhamento de alternativas de soluções aos problemas sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente de vida;
- d) Possibilitar uma maior interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, trazendo questões referentes ao contexto social para os currículos dos cursos da UNESC, articulando as propostas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação envolvidos;
- e) Ampliar a participação de docentes e discentes da UNESC em atividades de extensão e ações comunitárias;
- f) Incentivar projetos de extensão que visem consolidar os programas de extensão da UNESC.

A seleção dos projetos contempla as quatro áreas de conhecimento, com distribuição de 12 projetos para cada uma delas, a saber: Ciências, Engenharias e Tecnologias (CET); Ciências Sociais Aplicadas (CSA); Humanidades, Ciências e Educação (HCE); Ciências da Saúde (SAU).

O fomento acima descrito, para cada um dos 48 projetos selecionados, inclui o pagamento de horas aos professores e a distribuição de bolsas aos discentes, além de fornecer o material didático-pedagógico e o deslocamento, quando houver necessidade.

A área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias (CET) conta com três programas, cujos nomes e os objetivos de cada programa estão relacionados no quadro 10.

Quadro 12 - Programas da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias

PROGRAMAS DE EXTENSÃO		
ÁREA	PROGRAMA VINCULADO	OBJETIVO DO PROGRAMA
CET	INCLUIR: inclusão tecnológica para cidadania e promoção da qualidade de vida	Desenvolver ações de melhoria da qualidade de vida e promoção da cidadania por meio da inclusão tecnológica. Desenvolver um programa permanente de estudos, pesquisa e discussão sobre inovação e inclusão tecnológica envolvendo a comunidade Interna e Externa Capacitar e qualificar cidadãos das comunidades atendidas Possibilitar acesso as inovações tecnológicas Promover a articulação de ações de extensão associadas com ensino e/ou pesquisa Mediar a prestação de serviços para atender as demandas tecnológicas da comunidade ou empresas Difundir as produções científicas e experiências comunitárias do programa.
	Inovação para a Sustentabilidade	Possibilitar novos meios e processos de produção e disponibilização de conhecimentos, com Inov(Ação) para a sustentabilidade, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social da região sul catarinense.
		Contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida.
		Promover a integração das atividades da UNACET de Extensão com as de ensino e pesquisa, na discussão de propostas a demandas nas áreas socioambientais e tecnológicas.
PEHIS Habitat Humano Inclusivo e Sustentável	Desenvolver ações extensionistas, pelos cursos vinculados a UNACET, de cunho interdisciplinar e interinstitucional, que contribuam para um habitat mais humano, inclusivo e sustentável.	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

A área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas é composta por quatro programas, os quais estão relacionados no quadro 11, com seus respectivos objetivos.

Quadro 13 - Programas da área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas

(continua)

PROGRAMAS DE EXTENSÃO		
ÁREA	PROGRAMA VINCULADO	OBJETIVO DO PROGRAMA
CSA	PEGC – Programa de Extensão em Gestão Contábil.	Apoiar pessoas físicas de baixa renda, sociedades civis sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade.

Quadro 11 - Programas da área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas

(conclusão)

CSA	POPE - Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor	Contribuir para a consolidação de negócios sustentáveis, despertar o espírito empreendedor em jovens e adolescentes, orientação e assistência técnica para tomadores de microcrédito, capacitação e consultoria para pequenos empreendedores, além do incentivar os acadêmicos no desenvolvimento de atividades de extensão universitária.
	PEDIC - Programa de Extensão em Direito e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • O DIREITO E CIDADANIA PARA TODOS pretende estabelecer, por meio de debates públicos e socialização de informações, a integração entre a Universidade (docentes e discentes) e a comunidade externa, fomentando, além da criação de espaços públicos que garantam o exercício da cidadania, ações individuais e coletivas que busquem a efetivação de direitos fundamentais. Neste sentido pretende a socialização de informações e a discussão junto ao público-alvo de temáticas relativas ao direito da criança e do adolescente, direito do consumidor, direito do trabalho e previdenciário, direito do idoso, direito de família e sobre violência doméstica e familiar, questões de gênero e assistência judiciária aos reeducandos dos estabelecimentos penais, bem como o encaminhamento das demandas individuais e coletivas identificadas a entidades aptas a solucioná-las.
	PAES – Programa de Ações e Economia Solidária	Contribuir com a continuidade da Feira de Economia Solidária da UNESCO (FESUNESC) e fortalecer o Fórum de Economia Solidária da Região Sul Catarinense.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

A área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação conta com quatro programas, que estão relacionados no quadro 12, com seus respectivos objetivos.

Quadro 12 - Programas da área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação

(continua)

PROGRAMAS DE EXTENSÃO		
ÁREA	PROGRAMA VINCULADO	OBJETIVO DO PROGRAMA
HCE	Arte e Patrimônio Cultural	Estabelecer relações entre os projetos: Boi de Mamão na comunidade: Educação, cultura popular e as linguagens artístico-culturais e Arqueologia Pública no Extremo Sul Catarinense: incentivando os pequenos a valorizar e a preservar seu patrimônio
	Valorização de Formação Docente Discente	Discutir e refletir acerca da formação e da valorização do professor, para professores que atuam (docentes) e para professores em formação (discentes), abrangendo os níveis de ensino da Educação Básica: Educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos; e da Educação Superior, almejando a transformação da realidade atual em que vivemos.

Quadro 14 - Programas da área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação

(conclusão)

HCE	Ambiente e Cidadania	Este programa apoia propostas vinculadas a Implementação e avaliação de processos de educação ambiental com discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente. Trabalha com a formação continuada de agentes comunitários, educadores populares, gestores e demais profissionais da educação, conselhos escolares e integrantes da comunidade escolar com base nos fundamentos, conceitos e práticas em educação ambiental, incluindo ética, justiça ambiental e governança por meio de metodologias participativas e interativas
	Atividade Física, saúde e qualidade de Vida	a) Promover ações de extensão e pesquisa envolvendo a pratica de esportes para sociedade; b) Promover ações de extensão e pesquisa envolvendo a pratica de atividades físicas para sociedade; c) Promover ações de extensão e pesquisa envolvendo a pratica de exercícios físicos voltados para saúde e desempenho. d) Promover ações estratégicas nos cursos de graduação, a fim de possibilitar que os estágios obrigatórios e não obrigatórios possam ser cumpridos dentro dos projetos do programa, articulando extensão, ensino e pesquisa; e) Avançar cientificamente na condução e orientação do exercício físico com acadêmicos de graduação de pós-graduação para fins profissionais.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT, (2022).

A área de conhecimento de Ciências da Saúde conta com quatro programas, os quais estampam o quadro 13, com seus respectivos objetivos.

Quadro 15 - Programas da área de conhecimento de Ciências da Saúde

(continua)

PROGRAMAS DE EXTENSÃO		
ÁREA	PROGRAMA VINCULADO	OBJETIVO DO PROGRAMA
SAU	Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças	Os objetivos do programa incluem a promoção e o desenvolvimento de metodologias de intervenção na saúde, educação, assistência e reintegração social, defesa e garantia de direitos dos sujeitos envolvidos nos projetos/ações.
	Educação em Saúde	Promover atividades de extensão com compromisso socioambiental, cultural, técnico e científico, em consonância com a missão institucional e articulada com o ensino e a pesquisa; Mobilizar a comunidade acadêmica a desenvolver ações e atividades de extensão, possibilitando o exercício da cidadania e a participação crítica no contexto social Estimular atividades relacionadas à socialização do conhecimento, por meio da discussão e encaminhamento de alternativas de soluções aos problemas sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente de vida Possibilitar uma maior interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, trazendo questões referentes ao contexto social

Quadro 13 - Programas da área de conhecimento de Ciências da Saúde

(conclusão)

SAU		
------------	--	--

	para os currículos dos cursos da UNESC Ampliar a participação de docentes e acadêmicos da UNESC em atividades de extensão e ação comunitária. Incentivar projetos de extensão que visem consolidar os programas de extensão da unidade acadêmica; Contribuir para a melhora da qualidade de vida e estado de saúde focado na educação à saúde da comunidade e família.
Atenção à saúde nos ciclos de vida	Os objetivos do programa incluem a promoção e o desenvolvimento de metodologias de intervenção na saúde, educação, assistência social, defesa e garantia de direitos dos sujeitos envolvidos nos projetos/ações.
Gestão em saúde	Os objetivos gerais do Programa de Gestão em Saúde incluem: • A produção sustentável de produtos e serviços na área da saúde; • O diagnóstico e propostas de planejamento regional (urbano e rural) destinadas a elaboração de planos diretores; • O processo de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos na área da saúde; • O uso correto de medicamentos para a assistência à saúde; • A elaboração de estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.

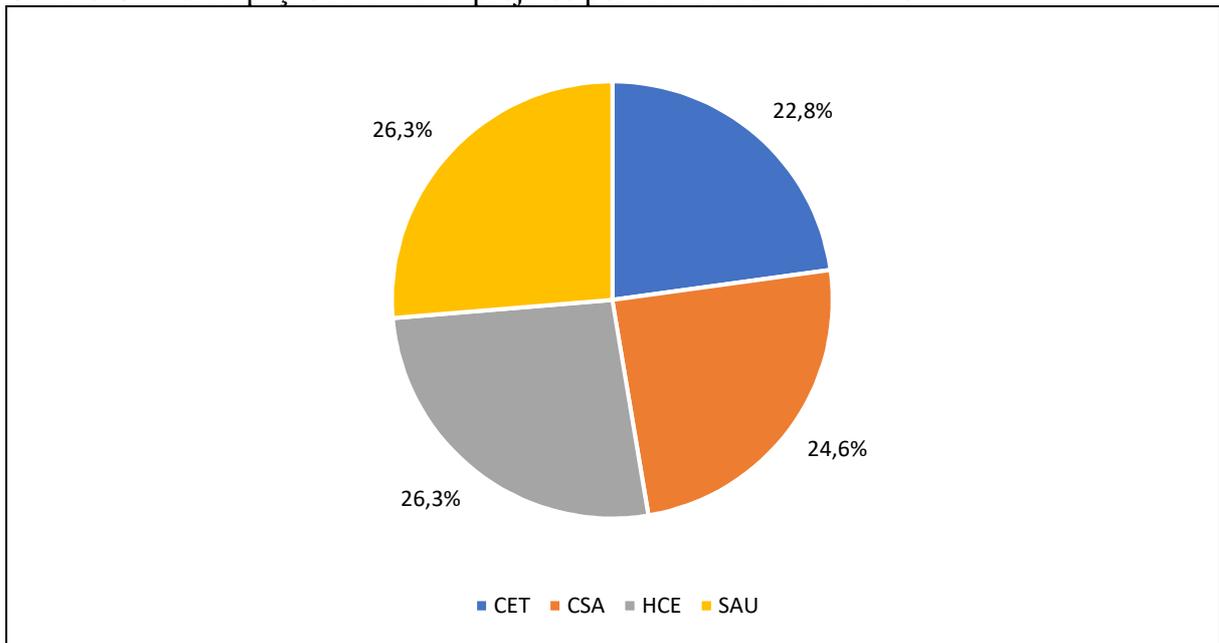
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

Alguns projetos de extensão já estão consolidados e, por esse motivo, não estão mais sujeitos à participação dos editais. No cômputo geral dos projetos em vigor no biênio 2021/2023, a distribuição equitativa constante do edital 358/2020 acaba tendo desequilíbrio, uma vez que aos 12 selecionados, juntam-se os demais que estão em execução.

Atualmente estão em atividade de extensão 57 projetos, distribuídos nas quatro áreas de conhecimento. A área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias conta atualmente com 13 projetos sendo desenvolvidos, a área de Ciências Sociais Aplicadas, com 14, a área de Humanidades, Ciências e Educação com 15 projetos e a área de Ciências da Saúde conta com 15 projetos.

O gráfico 3 ilustra a distribuição relativa dos projetos por área de conhecimento, vigentes no período 2021/2023.

Gráfico 3 - Participação relativa de projetos por área de conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

Para participar da seleção proposta pelos editais, os projetos devem seguir critérios estabelecidos, os quais são criteriosamente analisados por comissões formadas por professores que fazem parte do corpo docente da UNESCO e professores externos. Todos os projetos são apresentados sem identificação dos proponentes para evitar qualquer tipo de dúvida em relação à aprovação.

Dentre os critérios que são imprescindíveis, devem constar nos projetos os seguintes elementos: identificação da área de conhecimento, programa ao qual está vinculado e a linha de extensão na qual se insere; título do projeto com justificativa fundamentada em bases teóricas; objetivos, geral e específicos; metodologia de execução do projeto, cronograma e plano de trabalho; explicitar aspectos relevantes do projeto que devem incluir, as estratégias de integração entre ensino, pesquisa e extensão, as estratégias de envolvimento acadêmico na discussão e encaminhamentos das demandas apontadas pela comunidade, as estratégias de desenvolvimento da autonomia do público atendido após o período de apoio institucional, o potencial do projeto para aplicação e replicação em outras instituições ou localidades, as estratégias de articulação das ações de extensão propostas ao projeto pedagógico dos cursos de graduação envolvidos e o destaque informando de que forma a interdisciplinaridade descrita no projeto poderá contribuir com a comunidade.

Observa-se que, mesmo não tendo uma cláusula vinculante, os projetos devem evidenciar, em sua execução, quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão relacionados ao projeto, os quais deverão fazer parte do relatório semestral e do anual.

Este trabalho tem seu foco direcionado principalmente para três das quatro dimensões: a dimensão social, a econômica e a institucional, de acordo com o quadro 10. Estas contemplam os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 11 para a dimensão social, os ODS 8, 9 e 10 para a dimensão econômica e os ODS 16 e 17 para a dimensão institucional.

Conforme mencionado anteriormente, os projetos devem conter o nome dos programas aos quais estão vinculados, os títulos dos projetos e os objetivos.

O quadro 14 ilustra os 13 projetos em atividade da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias com seus respectivos objetivos e o programa ao qual estão vinculados.

Quadro 16 - Projetos da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias

(continua)

PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO – CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS		
PROGRAMA VINCULADO	PROJETOS	OBJETIVOS DO PROJETO
INCLUIR: inclusão tecnológica para cidadania e promoção da qualidade de vida.	88 - Informática para a Melhor Idade.	Incluir digitalmente o idoso por meio do aprendizado de informática básica, internet e redes sociais.
	78 - Design como ferramenta de criatividade na escola e facilitador no processo de ensino e aprendizagem.	Promover e desenvolver a criatividade associada a metodologia do Design como facilitadora nos processos de ensino e aprendizagem no ensino médio.
	77 - Computação para adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	Capacitar adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em ferramentas computacionais importantes para inserção no mercado de trabalho e desenvolvimento do raciocínio lógico.
	53 - Comunica+Ação: práticas educacionais e inclusão digital e midiática na Casa da Infância.	Este projeto tem como objetivo principal apoiar educadores sociais na integração de práticas educacionais na Casa da Infância visando o desenvolvimento de estratégias e ações de inclusão digital e midiática de crianças e adolescentes, a criação de ecossistemas comunicativos e o desenvolvimento profissional dos envolvidos.

Quadro 14 - Projetos da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias

(continuação)

	30 - Popularização científica e tecnológica mediada pelo laboratório presencial e remoto.	Partindo da confecção e utilização de equipamentos de baixo custo e o espaço do Laboratório de Física Experimental da UNESC (LAFIEX), popularizar a ciência entre estudantes do ensino fundamental de Escolas Públicas e comunidade em geral por meio de um espetáculo itinerante, presencial ou remoto, provocando inserção dos atores/espectadores no universo científico tecnológico.
	29 - Reconstruindo a Cidadania.	Promover preparação e capacitação, para as pessoas em vulnerabilidade social e/ou trabalhadores na construção civil, nas categorias profissionais pertinentes às equipes de obras proporcionando oportunidades de integração e compreensão do ambiente de trabalho, para melhor inserção no meio social e do trabalho.
	28 - Atividades práticas com alunos do ensino médio de escolas públicas como ferramenta para conhecimento da área das Engenharias - IIª Fase.	Estimular os alunos do ensino médio de escolas públicas a optarem pela área tecnológica/Engenharias para formação em nível de graduação e incentivar as atividades profissionais nesta área.
	25 - Inclusão digital na APAE: A Informática na promoção dos direitos da cidadania e da educação por meio da acessibilidade aos recursos de informação e comunicação às pessoas com deficiência.	Este projeto visa promover a inclusão digital por meio do desenvolvimento de habilidades na utilização dos recursos tecnológicos oferecidos pelo computador para pessoas com deficiência na instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma – APAE
Inovação para a Sustentabilidade	83 - Educação Ambiental e Ciências do Solo como fundamentos para práticas sustentáveis em uma escola de educação básica no município de Criciúma (SC).	Possibilitar o envolvimento da comunidade escolar com ações voltadas a alternativas de práticas sustentáveis que visem a melhoria da qualidade do ambiente de vida.
	81 - Avaliação toxicológica de efluentes com o uso de macrófitas aquáticas da espécie <i>Landoltia punctata</i> e práticas educativas de conscientização ambiental.	Desenvolver atividades práticas educativas de conscientização ambiental em escolas públicas estaduais de ensino médio no município de Criciúma, SC, através da avaliação toxicológica de efluentes do esgoto sanitário com o uso de plantas bioindicadoras.

Quadro 14 - Projetos da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias

(conclusão)

	66 - Intervenções educativas na Escola José Contim Portella para redução do desperdício de alimentos e promoção da sustentabilidade.	Implantar práticas sustentáveis por meio de intervenções educativas visando a redução do desperdício de alimentos e a promoção da sustentabilidade em uma unidade escolar no município de Criciúma, Santa Catarina.
PEHIS Habitat Humano Inclusivo e Sustentável	34 - Com os olhos de criança: análise dos espaços e das relações no Complexo Educacional Bairro da Juventude pelas crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	Compreender os conceitos de espaço público, privado e coletivo por meio das vivências nos espaços, abertos e fechados da escola, transpondo-os para o bairro e a cidade.
	21 - Novo olhar observatório: Um olhar humano e inclusivo sobre as condições de acessibilidade espacial das escolas municipais do município de Içara/SC.	Propor e desenvolver subsídios de tecnologia assistiva com ênfase na acessibilidade espacial de áreas internas e externas nas escolas públicas municipais de nível fundamental de Içara/SC.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

A área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas conta atualmente com 14 projetos em plena atividade, os quais estão descritos no quadro 15, com seus objetivos e os programas aos quais estão vinculados.

Quadro 17 - Projetos da área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas

(continua)

PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS		
PROGRAMA VINCULADO	PROJETOS	OBJETIVOS DO PROJETO
PEGC – Programa de Extensão em Gestão Contábil	76 - Pensar, gastar e poupar: iniciação na educação financeira na rede municipal de ensino de Morro da Fumaça - SC.	Promover ações sobre educação fiscal, financeira e finanças pessoais para alunos da rede municipal de ensino atendidos pelo Observatório Social do Morro da Fumaça/SC.
	57 - Planejamento e Controle Contábil na Atividade Rural.	Oportunizar aos agricultores de pequenas propriedades rurais familiares acesso e capacitação para utilização de instrumentos de planejamento e controle contábeis.
POPE - Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor	68 - Plano de 60 dias: Consultoria Acadêmica em 60 dias para micro e pequenos empreendimentos.	Oferecer aos microempreendimentos uma consultoria acadêmica organizacional gratuita, num processo de interação entre acadêmicos e empresários num plano de intervenção em 60 dias.
	67 - Estratégia 360: Desenvolvimento do Planejamento Estratégico de micro e pequenos empreendimentos de forma ágil, dinâmica e interativa.	Desenvolver o Planejamento Estratégico de forma ágil, dinâmica e interativa, de micro e pequenos empreendimentos da região AMREC e AMESC.
	50 - Empregabilidade e empreendedorismo para adolescentes assistidos pela Casa da Infância e seus familiares.	Desenvolver atividades de extensão universitária capacitando os adolescentes, de 12 a 17 anos, assistidos da Casa da Infância e seus familiares nos primeiros passos para a empregabilidade e empreendedorismo.

Quadro 15 - Projetos da área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas

(conclusão)

	<p>47 - Programa de Mentoring para o desenvolvimento e apoio na criação de novos negócios: da ideia a pré-incubação.</p>	Oportunizar ao público interno e externo da UNESCO o acesso a mentoria no apoio técnico do planejamento e desenvolvimento de novos negócios – desde a concepção da ideia até a pré-incubação.
	<p>46 - PDL Jovem: Programa de Desenvolvimento Lideranças Jovens: o empreendedorismo social para melhorar o ambiente de vida da geração atual e futura.</p>	Oportunizar imersões de empreendedorismo social para o desenvolvimento de lideranças juvenis que visem a transformação e melhoria do ambiente de vida.
	<p>39 - Qualificação para o empreendedorismo internacional em empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe – SC.</p>	Desenvolver atividades de extensão industrial universitária qualificando produtores rurais - vitivinicultores – no empreendedorismo internacional, por meio do desenvolvimento do Plano de Negócio para Exportação, considerando a agregação de valor aos produtos pela incorporação da Indicação de Procedência no Vales da Uva Goethe (IPVUG).
	<p>09 - Educação Financeira para jovens e adolescentes em escolas do ensino médio.</p>	Desenvolver atividades de extensão universitária por meio do estímulo a jovens e adolescentes matriculados no curso técnico de Administração do Centro de Educação Profissional Abílio Paulo na qualificação em cidadania e educação financeira, no sentido de planejar e controlar as finanças da família e das instituições.
	<p>08 - Empreendedorismo e plano de negócios: Ações direcionadas a capacitação de jovens e adolescentes do Bairro da Juventude.</p>	Desenvolver atividades de extensão universitária estimulando jovens e adolescentes do Bairro da Juventude na geração de trabalho e renda, com inclusão social, por meio de capacitação empreendedora.
PEDIC - Programa de Extensão em Direito e Cidadania	<p>63 - Prevenção da Síndrome da Alienação Parental.</p>	Promover o conhecimento e conscientização acerca da Síndrome da Alienação Parental e difundir os instrumentos jurídicos da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318 de 26/08/10) visando à convivência familiar saudável com seus filhos (crianças e adolescentes).
	<p>32 - Projeto Amora: capacitando pessoas em direitos humanos das mulheres.</p>	Ofertar capacitação em direitos humanos das mulheres, especialmente sobre a violência doméstica e familiar e suas formas de prevenção e enfrentamento, para profissionais que atuam na área da assistência social, junto ao CRAS e ao CREAS de Criciúma-SC, incumbidas/os da função de atendimento de mulheres em situação ou não de violência, usuárias de serviços da assistência social.
PAES – Programa de Ações e Economia Solidária	<p>15 - Ações de continuidade da Feira de Economia Solidária da UNESCO (FES-UNESCO) em contexto de Pandemia e pós-pandemia do COVID-19.</p>	Contribuir com a continuidade da Feira de Economia Solidária da UNESCO (FES/UNESCO) em contexto de Pandemia e pós-pandemia do COVID-19.
	<p>12 - Alimentação Saudável e Nutrição Solidária.</p>	Contribuir com ações de alimentação saudável e nutrição voltadas para feirantes da Feira de Economia Solidária da UNESCO (FES-UNESCO), através de capacitação adequada em todo processo de produção e comercialização de seus produtos.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

A área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação tem 15 projetos vigentes, os quais constam do quadro 16, com os objetivos e programas aos quais se vinculam.

Quadro 18 - Projetos da área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação

(continua)

PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO - HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO		
PROGRAMA VINCULADO	PROJETOS	OBJETIVOS DO PROJETO
Arte e Patrimônio Cultural	89 - Patrimônio escolar em movimento: artes e memórias.	Fomentar ações de educação visual por meio da exibição e produção de audiovisuais, possibilitando uma postura autônoma e atenta sobre este suporte midiático, incentivando o protagonismo e a criticidade.
	74 - A arte contemporânea como prática sensível	Contribuir para que os participantes do projeto se reconheçam como produtores de mudança social, através do envolvimento artístico que articula uma participação relevante e ativa do ser na comunidade que pertence.
	72 - Boi de Mamão na Comunidade: intercâmbios culturais que fazem a diferença.	Desenvolver ações de extensão universitária com o compromisso de envolver a comunidade regional, com intercâmbio cultural entre a Escola Estadual de Morro Chato – Turvo/SC e instituições parceiras da UNESCO, capacitando os envolvidos a assumirem o papel de protagonistas, na perspectiva de evidenciar a Cultura Popular na Escola, fortalecendo as Patrimônio Cultural Material e Imaterial da região Sul de Santa Catarina, em consonância com a missão institucional e articulada com o ensino e pesquisa e a cultura.
	41 - Leitura literária com detentos: uma contribuição para a cidadania.	Contribuir com a formação dos professores que atuam no “Projeto despertar para leitura” para resgatar a condição de cidadania de indivíduos encarcerados, estimulando a prática da leitura como fonte de lazer, conhecimento e reflexão com vistas ao crescimento pessoal.
	38 - Arqueologia pública no Extremo Sul Catarinense: Patrimônio arqueológico e a história e cultura dos Povos Indígenas nas séries iniciais.	Envolver por meio de ações educativas as escolas municipais e estaduais nos municípios que são integrantes do Geoparque Aspirante Caminhos dos Cânions do Sul, o Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz-LAPIS/PPGCA, o Curso de Geografia, História, Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESCO, e as comunidades indígenas, localizadas nos municípios de Imaruí/SC e Torres/RS, visando o conhecimento, a valorização e a proteção do patrimônio arqueológico, bem como a história e cultura indígena.

Quadro 16 - Projetos da área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação

(continuação)

	<p>35 - Sala de aula/Sala de exposição: arte contemporânea como espaço de formação.</p>	<p>Promover ações de integração entre os espaços da sala de aula (escola) e sala de exposição (galeria de arte), explorando o caráter interdisciplinar da arte contemporânea como espaço de formação para professores e alunos.</p>
	<p>26 - UNESCO e o Teatro Jonatas João levando um novo olhar através da arte”.</p>	<p>Promover atividades de extensão universitária com o compromisso com a comunidade. Oportunizar a continuidade das atividades artísticas e físicas já existentes na escola de Teatro Jonatas João, com linguagens de Artes e da Educação Física direcionada a comunidade da cidade de Cocal do Sul. Proporcionar novas produções artísticas que vão de encontro ao grande grupo.</p>
Valorização de Formação Docente Discente	<p>85 - Formação Docente e as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação na área da Matemática na Educação Básica.</p>	<p>Apoiar o processo formativos dos docentes de Matemática, atuantes na Educação Básica – 6º ao 9º ano – para o desenvolvimento de conceitos matemáticos, a partir da formação docente envolvendo metodologias ativas com o uso de recursos educacionais abertos com ênfase na plataforma GeoGebra.</p>
	<p>64 - Abrindo caminhos para o ensino superior: explorando a física por meio de questões do Enem.</p>	<p>Auxiliar os estudantes de ensino médio de escolas públicas da região no preparo para o ENEM por meio do aprofundamento do conteúdo explorando questões do próprio ENEM.</p>
	<p>51 - Formação de Professores do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental I para o desenvolvimento do pensamento teórico matemáticos nos estudantes.</p>	<p>Contribuir na formação de professores do Ensino Fundamental do primeiro e segundo ano da rede municipal de Içara, por meio do estudo e desenvolvimento da proposição do ensino de Matemática, na perspectiva Histórico-Cultural e desenvolvimentista.</p>
	<p>45 - Sexualidade, direitos humanos e BNCC: organizando outros espaços dialógicos na escola.</p>	<p>Organizar um espaço de formação continuada e atividades sobre o tema “sexualidade e direitos humanos” a partir da BNCC entre os professores da rede municipal de Siderópolis.</p>
	<p>19 - A linguagem teatral como formadora na comunicação verbal e corporal dos estudantes.</p>	<p>Aplicar métodos teatrais de comunicação verbal e corporal, a fim de auxiliar a formação do discente na sua vida acadêmica e/ou profissional que virá a posteriori;</p>

Quadro 16 - Projetos da área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação

(conclusão)

Ambiente e Cidadania	84 - Escola de migrantes	Promover a oficinas e rodas de conversa de integração social de migrantes e de seus/suas filhos/as – sejam eles, migrantes econômicos, refugiados e solicitantes de refúgio documentados-, em especial de origem africana e caribenha, que se deslocaram, na contemporaneidade, para a cidade de Criciúma, e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da criação de estratégias para a inserção efetiva desse público nas comunidades escolares cricumense, objetivando a integração, valorização, formação e o combate ao racismo e a xenofobia.
	80 - Integração dos planos de recursos hídricos das bacias do extremo sul catarinense aos ODS da Agenda Mundial 2030.	Promover, no período de março de 2021 à fevereiro de 2023, por meio deste projeto de extensão da UNESCO, enquanto organização membro dos CBH do extremo sul catarinense, o desenvolvimento do processo de integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 4, 6, 11, 12, 14 e 15 definidos na Agenda 2030, nas metas e programas estabelecidos nos planos de recursos hídricos destas bacias, de modo à integrá-las à agenda mundial.
Atividade Física, saúde e qualidade de Vida	55 – Lazer Ativo Virtual	Oferecer um programa de exercícios físicos de maneira virtual para idosos institucionalizados na casa de longa permanência – Asilo São Vicente de Paula/Criciúma, em tempos de COVID-19.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

Por fim, a área de conhecimento de Ciências da Saúde tem atualmente em atividade 15 projetos de extensão, que estão descritos no quadro 17 com os objetivos e os programas aos quais se vinculam.

Quadro 19 - Projetos da área de conhecimento da Saúde

(continua)

PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO – CIÊNCIAS DA SAÚDE		
PROGRAMA VINCULADO	PROJETOS	OBJETIVOS DO PROJETO
Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças	90 - Educação em saúde com usuários de dispositivos inalatórios nas Clínicas Integradas de Saúde da UNESCO: uma estratégia de promoção de autonomia para o uso racional de medicamentos e melhoria da condição de saúde.	Promover a autonomia de pessoas em uso de dispositivos inalatórios para o uso racional destes medicamentos e para melhoria da sua condição de saúde.

Quadro 17 - Projetos da área de conhecimento da Saúde

(continuação)

	69 - Cuidando de pessoas com úlcera: uma proposta de atuação com diabéticos do ambulatório de feridas UNESC/Prefeitura de Criciúma.	Desenvolver a assistência interdisciplinar na Clínica Escola de Enfermagem na UNESC, envolvendo professores, alunos e comunidade.
	31 - Movimento pela Paz (MOP).	Fomentar o exercício de ações para construção da cultura de paz.
	27 - Projeto Esperança Garcia de atenção à saúde da mulher encarcerada.	Promover a saúde no âmbito do Sistema Prisional de Criciúma, contribuindo para o controle e/ou a redução dos agravos mais frequentes à saúde da população feminina encarcerada no município em questão.
	24 - Educação e promoção de saúde aos privados de liberdade e colaboradores do sistema penitenciário feminino de Criciúma/SC.	Promover a saúde no âmbito do Sistema Prisional de Criciúma, contribuindo para o controle e ou redução dos agravos mais frequentes à saúde da população feminina encarcerada, bem como dos colaboradores do Sistema Penitenciário Feminino de Criciúma/SC.
	22 - Programa cuidando da saúde física e nutricional de colaboradores da UNESC.	Desenvolver ações nutricionais e de atividade física que proporcione uma melhor qualidade de vida dos colaboradores da UNESC, e promova a adoção de hábitos saudáveis de vida.
	14 - Atendimento Multidisciplinar em Acupuntura e outras Práticas Integrativas - AMAPI.	Fornecer atendimento multidisciplinar através das Práticas Integrativas Complementares aos funcionários, acadêmicos da UNESC e aos pacientes das Clínicas Integradas, em consonância à missão da UNESC: “Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, a fim de promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”.
Educação em Saúde	73 - Sorrindo nas escolas.	Instruir e estimular o autocuidado com a saúde bucal e saúde geral em educandos matriculados nas escolas municipais, APAEs e CAPS.
	65 - Um olhar para a saúde mental: Capacitação para agentes comunitários de saúde.	Promover a capacitação de agentes comunitários de saúde de Criciúma/SC em saúde mental para a prevenção de transtornos psiquiátricos em ambientes familiares.
	56 - Núcleo de Atenção Interdisciplinar a Saúde em Oncologia – NAISO.	Prestar ações para melhorar continuamente a experiência do momento do diagnóstico ao pós-tratamento oncológico, das pessoas e seus familiares em um serviço de apoio oncológico, da região Sul de Santa Catarina.
	37 - Autocuidado para Condições Crônicas dos Usuários das Clínicas Integradas UNESC -- Uma Proposta de Educação em Saúde.	Reduzir os impactos que as DCNT podem causar bem como reduzir a ocorrência de novas DCNT através da educação em saúde com usuários que apresentam condições crônicas. Realizar ações de educação em saúde com usuários que apresentam condições crônicas.

Quadro 17 - Projetos da área de conhecimento da Saúde

(conclusão)

	13 - Curso de culinária profissional e segurança alimentar.	Capacitar adolescentes, jovens e adultos através da implantação de oficinas de culinária e curso de boas práticas de manipulação de alimentos em entidades sociais do município de Criciúma, para possibilitar o acesso ao mercado de trabalho através da qualificação adequada.
Atenção à saúde nos ciclos de vida	58 - Programa de Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso - PAMSI.	Contribuir para o envelhecimento ativo dos idosos da região sul de Santa Catarina, desenvolvendo ações coerentes a todas suas dimensões, visando sempre que estes idosos sejam autônomos, participativos e ativos no meio onde estão inseridos.
	33 - Cidadania e Saúde: Cuidado compartilhado ao autista.	Desenvolver ações que tenham relevância para o modelo de desenvolvimento do autista utilizado na Fundação da Associação de Pais dos Portadores e Amigos do Autista – AMA-REC/SC, com intervenções eficazes que contribuam para a melhoria das condições de saúde, qualidade de vida e habilidades sociais do autista matriculado na Instituição, e por extensão, a seus familiares.
Gestão em saúde	40 - Quinta do Chá: Troca de saberes sobre plantas medicinais na atenção primária à saúde.	Promover a prática do autocuidado e o uso seguro das plantas medicinais através da troca de saberes/conhecimentos entre universidade, comunidade e profissionais da Área da Saúde e da Área Ambiental na perspectiva de fornecer subsídios para a inclusão da Fitoterapia no âmbito da Atenção Básica no SUS nos municípios de Urussanga e Siderópolis, SC.

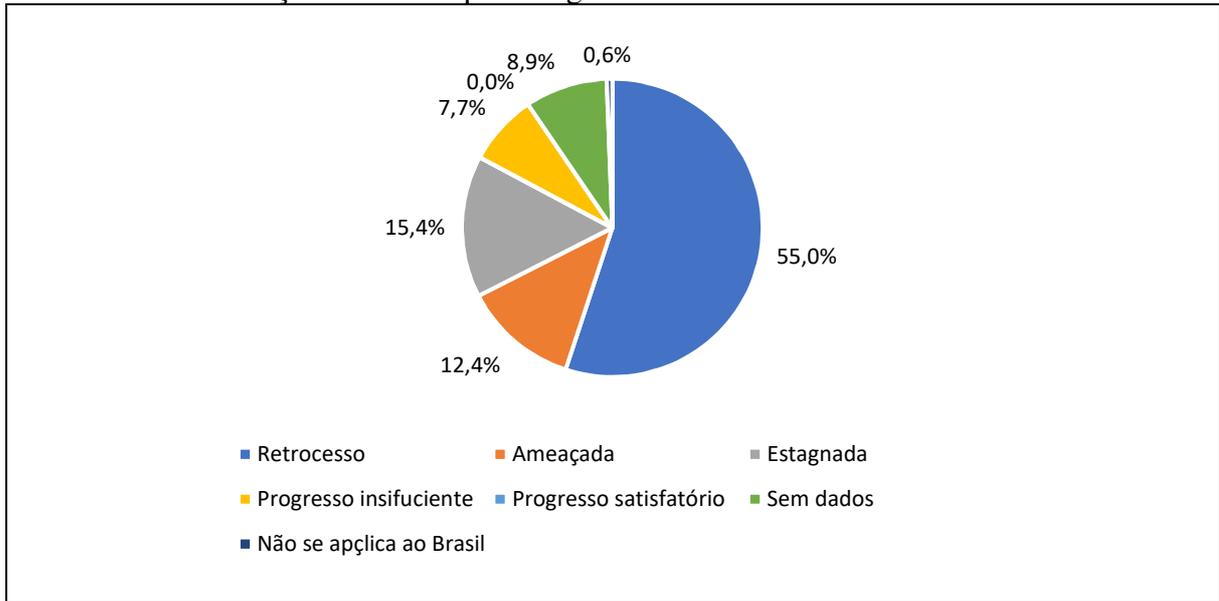
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da DIREXT (2022).

Além de evidenciar os objetivos de cada projeto, é importante verificar o impacto que provoca na comunidade. Tais impactos devem considerar quem são os beneficiados e quantos foram os atendimentos realizados, além de identificar quais foram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foram contemplados.

Todos os elementos dos quadros 19, 20, 21 e 22 a seguir, foram extraídos do balanço social da UNESC e identificarão as contribuições promovidas pelos projetos de extensão da UNESC, correlacionando com os pressupostos do modelo de balanço social proposto pelo IBASE e a classificação contida no Relatório Luz para as 169 metas da Agenda 2030.

As metas foram avaliadas de acordo com categorias pelo Relatório Luz e estão dispostas em cinco níveis, que são: retrocesso, ameaçada, estagnada, progresso insuficiente e progresso satisfatório. Além dessas categorizações, algumas metas não apresentaram dados no ano de 2021 e uma delas não se aplica ao Brasil. A figura ilustra a situação atual.

Gráfico 4 - Distribuição das metas por categorias de acordo com o Relatório Luz



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do V Relatório Luz (2022).

A seguir serão identificadas as metas dos ODS mais identificadas com cada um dos projetos, qual o enquadramento no balanço social modelo IBASE e em que nível se encontram as metas no Relatório Luz, no sentido de evidenciar a contribuição dos programas e projetos de extensão da UNESCO.

O quadro 18 evidencia os impactos e os atendimentos prestados pelos projetos da área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias. São cerca de 900 atendimentos prestados à comunidade. Inicialmente serão apresentados os 8 projetos que fazem parte do Programa INCLUIR: Inclusão tecnológica para a cidadania e promoção da qualidade de vida.

Quadro 20 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CET

(continua)

PROGRAMA E PROJETOS DE EXTENSÃO – CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS				
PROGRAMA VINCULADO	PROJETOS	IMPACTO SOCIAL/BENEFICIADOS	ODS	ATEND
INCLUIR: Inclusão tecnológica para cidadania e promoção da qualidade de vida	88 - Informática para a Melhor Idade.	União das Associações de Bairros de Criciúma (UABC)	4 e 10	32
	78 - Design como ferramenta de criatividade na escola e facilitador no processo de ensino e aprendizagem.	Colégio UNESCO	3, 4 e 12	84

Quadro 18 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CET
(continuação)

	77 - Computação para adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma - AFASC	4	
	53 - Comunica+Ação: práticas educomunicativas e inclusão digital e midiática na Casa da Infância.	Casa da Infância	4	4
	30 - Popularização científica e tecnológica mediada pelo laboratório presencial e remoto.	Secretaria Estadual de Educação - 20ª Coordenadoria Regional de Educação	4, 7 e 11	479
	29 - Reconstruindo a Cidadania.	Bairro da Juventude; Farben Tintas	4 e 8	11
	28 - Atividades práticas com alunos do ensino médio de escolas públicas como ferramenta para conhecimento da área das Engenharias - IIª Fase.	EEB Heriberto Hülse e Colégio UNESC	4	59
	25 - Inclusão digital na APAE: A Informática na promoção dos direitos da cidadania e da educação por meio da acessibilidade aos recursos de informação e comunicação às pessoas com deficiência.	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Criciúma	4 e 10	30
Inovação para a Sustentabilidade	83 - Educação Ambiental e Ciências do Solo como fundamentos para práticas sustentáveis em uma escola de educação básica no município de Criciúma (SC).	EEB Silva Alvarenga	2, 3, 4, 6, 11, 12, 13, 14 e 15	28

Quadro 18 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CET (conclusão)

	<p>81 - Avaliação toxicológica de efluentes com o uso de macrófitas aquáticas da espécie <i>Landoltia punctata</i> e práticas educativas de conscientização ambiental.</p>	<p>CEDUP Abílio Paulo e Estação de Tratamento de Esgoto - CASAN</p>	<p>3, 4, 6, 9, 11, 12, 14 e 15</p>	<p>16</p>
	<p>66 - Intervenções educativas na Escola José Contim Portella para redução do desperdício de alimentos e promoção da sustentabilidade.</p>	<p>EEB José Contim Portella</p>	<p>4 e 12</p>	
<p>PEHIS Habitat Humano Inclusivo e Sustentável</p>	<p>34 - Com os olhos de criança: análise dos espaços e das relações no Complexo Educacional Bairro da Juventude pelas crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</p>	<p>Bairro da Juventude</p>	<p>11</p>	<p>15</p>
	<p>21 - Novo olhar observatório: Um olhar humano e inclusivo sobre as condições de acessibilidade espacial das escolas municipais do município de Içara/SC.</p>	<p>Prefeitura Municipal de Içara e Observatório Social de Içara</p>	<p>3, 4 e 10</p>	<p>124</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Balanço Social da UNESC (2022).

O Projeto “Informática para a melhor idade”, desenvolvido com a União das Associações de Bairro de Criciúma tem identificação com os ODS 4 e 10, respectivamente, Educação de qualidade e Redução das desigualdades. O ODS 4 faz parte do rol da dimensão social e o ODS 10, da dimensão econômica.

Atende essencialmente a duas metas do ODS 4, as metas 4.3, 4.4 e 4.5, e a meta 10.2 do ODS 10. O V Relatório Luz constatou que as metas 4.3, 4.4 e 4.5, assim com a meta 10.2 encontram-se em retrocesso no Brasil. A identificação com o modelo IBASE de balanço social foi atendida no bloco 3 – Indicadores sociais externos, especificamente nos itens A. Educação e B. Cultura.

O projeto “Design como ferramenta de criatividade na escola e facilitador no processo de ensino e aprendizagem” foi desenvolvido no Colégio UNESC, atendendo 84 crianças, jovens e adolescentes.

Identifica-se principalmente com a meta 3.9 do ODS 3, as metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 4.7 do ODS 4, e as metas 12.2 e 12.8 do ODS 12. Correlacionando estas contribuições com o que aponta o V Relatório Luz, percebe-se que a meta 4.1 está com status de ameaçada, a 12.2 está estagnada e as demais em retrocesso. No modelo IBASE de balanço social, contempla os itens A. Educação e B. Cultura constantes do bloco 3. Indicadores sociais externos.

A oferta do projeto “Computação para adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)”, desenvolvido na Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC) está relacionado ao ODS 4, de forma mais específica, as metas 4.4 e 4.7. O V Relatório Luz aponta que essas duas metas estão em retrocesso no Brasil. Ao incluir essas duas metas, o projeto está alinhado com os itens A e B do modelo de balanço social do IBASE, respectivamente, Educação e Cultura.

O projeto “Comunica+Ação: práticas educomunicativas e inclusão digital e midiática na Casa da Infância” proporcionou quatro atendimentos apoiando educadores sociais, que se identificam com o ODS 4, sobretudo com a meta de implementação 4.c.

Este projeto identifica-se com os itens A. Educação e B. Cultura do bloco 3. Indicadores sociais externos, de acordo com o modelo de balanço social do IBASE. O V Relatório Luz classifica a meta 4.c na condição de retrocesso.

A 20ª Coordenadoria Regional de Educação, unidade vinculada à Secretaria Estadual de Educação foi contemplada com o projeto “Popularização científica e tecnológica mediada pelo laboratório presencial e remoto”, que proporcionou 479 atendimentos.

O projeto tem relação com os ODS 4, 7 e 11, distribuídos pelas metas 4.4, 4.7 e 4.a, 7.a e 7.b, 11.a e 11.b. O V Relatório Luz de 2021 aponta que as metas relativas ao ODS 4 estão em retrocesso, a meta 7.a não tem dados, a meta 7.b teve progresso insuficiente e as metas 11.a e 11.b também não dispõem de dados. Este projeto está incluso no bloco 3 do modelo de balanço social do IBASE, Indicadores sociais externos, atendendo aos itens A, Educação e B, Cultura.

Um dos projetos que foi realizado no Bairro da Juventude para o atendimento de profissionais da empresa Tintas Farben foi “Reconstruindo a cidadania”, com 11 intervenções, distribuídas nos ODS 4 e 8, atendendo as metas 4.3, 4.4 e 4.5, 8.2, 8.3 e 8.5. Este projeto está enquadrado no bloco 3. Indicadores sociais externos do balanço social do IBASE, referente aos itens A. Educação e B. Cultura. O V Relatório Luz que todas estas metas estão na condição de retrocesso no Brasil.

O projeto “Atividades práticas com alunos do ensino médio de escolas públicas como ferramenta para conhecimento da área das Engenharias - IIª Fase” visa estimular estudantes do ensino médio de escolas públicas a optarem pela formação acadêmica em cursos da área tecnológica, especialmente, das Engenharias.

Atendeu 59 estudantes da Escola de Ensino Básico Heriberto Hülse e do Colégio UNESC e está diretamente relacionado com o ODS 4, buscando contribuir para o alcance das metas 4.3, 4.4 e 4.5, as quais estão na condição de retrocesso no Brasil, de acordo com o V Relatório Luz e os itens A, Educação e B. Cultura do balanço social modelo IBASE.

Para fechar o conjunto de projetos vinculados ao Programa INCLUIR, já descrito anteriormente, o projeto “Inclusão digital na APAE: A Informática na promoção dos direitos da cidadania e da educação por meio da acessibilidade aos recursos de informação e comunicação às pessoas com deficiência” foi desenvolvido visando a inclusão digital para pessoas dotadas de deficiência.

Este projeto está relacionado com o ODS 4, mais especificamente com a meta de implementação 4.a, cujo foco é o bloco 3. Indicadores sociais externos do modelo IBASE para a elaboração do balanço social, nos itens A. Educação e B. Cultura. O V Relatório Luz indica que o Brasil está em retrocesso em relação a essa meta.

O programa INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE comporta três projetos, que serão abordados na sequência.

O projeto “Educação Ambiental e Ciências do Solo como fundamentos para práticas sustentáveis em uma escola de educação básica no município de Criciúma (SC)” está em alinhamento direto com a missão da UNESCO. Desenvolvido na Escola de Educação Básica Silva Alvarenga, proporcionou 28 atendimentos.

Pela abrangência do escopo, o projeto contribui para o atingimento de vários ODS, destacando-se, 2, 3, 4, 6, 11, 12, 13, 14 e 15. Para não tornar a análise muito ampla em relação ao projeto, a ênfase recairá sobre 12, 14 e 15, e as metas 12.2, 12.5 e 12.8, 14.1, 14.2 e 14.4, 15.1, 15.2 e 15.5. As metas atreladas ao ODS 15 direcionaram os esforços para o ano de 2020. Considerando todos os ODS relativos ao projeto, o enquadramento no modelo de balanço social do IBASE abrange os blocos 3. Indicadores sociais externos, e os itens A. Educação, B. Cultura e E. Combate à fome e segurança alimentar, e o bloco 4. Indicadores ambientais, item B. Investimentos em programas e/ou projetos externos.

O V Relatório Luz de 2021 indica que o Brasil está em retrocesso nas metas 12.8, 14.1, 14.2, 14.4, 15.1 e 15.2. Em relação às metas 12.2, 12.5 está na condição de estagnada e a meta 15.5 encontra-se como ameaçada.

O projeto “Avaliação toxicológica de efluentes com o uso de macrófitas aquáticas da espécie *Landoltia punctata* e práticas educativas de conscientização ambiental” prestou 16 atendimentos no Centro de Educação Profissional Abílio Paulo e na Estação de Tratamento da CASAN, ambos em Criciúma/SC. A amplitude do projeto permeia os ODS 2, 3, 4, 6, 11, 12, 13, 14 e 15 e, para não sobrecarregar a análise, serão considerados os ODS 6, 11 e 13. As principais metas identificadas com o projeto são 6.1, 6.4, 6.5 e 6.6, 11.6, 11.a e 11.b, 13.2 e 13.3. Estas metas estão relacionadas aos blocos 3 do modelo do IBASE do balanço social, Indicadores sociais externos, incluindo os itens A. Educação e B. Cultura e F. Outros, englobando preocupações com questões ambientais, e 4. Indicadores ambientais, item B. Investimentos em programas e/ou projetos externos.

O status das metas 6.1, 6.5 consta como estagnadas, as metas 6.4, 6.6, 13.2 e 13.3 encontram-se em retrocesso, a meta 11.6 está ameaçada e as metas 11.a e 11.b estão sem dados, segundo o V Relatório Luz.

Intensificando a relação com a comunidade estudantil, o projeto “Intervenções educativas na Escola José Contim Portella para redução do desperdício de alimentos e promoção da sustentabilidade” complementa o programa INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE, e que buscou atender aos propósitos dos ODS 4 e 12, por meio das metas 4.1, 4.2, 4.7, 12.2, 12.3 e 12.5. No que tange ao modelo de balanço social do IBASE, este projeto enquadra-se nos blocos 3. Indicadores sociais externos, de modo mais específico, com os itens A. Educação, B. Cultura e F. Outros com ênfase em questões ambientais, e 4. Indicadores ambientais, item B. Investimentos em programas e/ou projetos externos.

O V Relatório Luz aponta que a meta 4.1 encontra-se ameaçada, as metas 4.2 e 4.7 estão em retrocesso e as metas 12.2, 12.3 e 12.5 classificam-se como estagnadas.

Complementando o conjunto de programas vinculados à área de conhecimento de Ciências, Engenharias e Tecnologias, o programa PEHIS HABITAT HUMANO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL abriga dois projetos, um deles é o projeto “Com os olhos de criança: análise dos espaços e das relações no Complexo Educacional Bairro da Juventude pelas crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, que fez 15 intervenções no Bairro da Juventude.

Este projeto identifica-se, sobretudo, com o ODS 11, especificamente com as metas 11.3, 11.4, 11.7 e a meta de implementação 11.a, e atende aos blocos 3. Indicadores sociais externos do modelo de balanço social do IBASE, itens A. Educação e B. Cultura, e 4. Indicadores ambientais, item B. Investimentos em programas e/ou projetos externos. Observa-se que a meta 11.3 está ameaçada, as metas 11.4 e 11.a não têm dados e a meta 11.7 está em

retrocesso, conforme o V Relatório Luz. Acrescenta-se que o relatório aponta que o ODS 11 é o que se encontra com maior número na condição SEM DADOS.

Para completar os programas que estão abrigados no programa PEHIS HABITAT HUMANO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, o projeto “Novo olhar observatório: Um olhar humano e inclusivo sobre as condições de acessibilidade espacial das escolas municipais do município de Içara/SC”, está diretamente relacionado aos ODS 3, 4 e 10. As metas atendidas por esse projeto 3.3, 3.5, 3.7, 4.1, 4.2, 4.7, 10.2 e 10.3. O modelo IBASE de balanço social classifica este projeto nos blocos 3. Indicadores sociais externos, nos itens A. Educação e B. Cultura, e 4. Indicadores ambientais, item B. Investimentos em programas e/ou projetos externos.

O V Relatório Luz aponta que as metas 3.3, 3.5, 4.1 encontram-se com o status de ameaçada, as metas 3.7, 4.2, 4.7, 10.2 e 10.3 estão em retrocesso.

O quadro 19 descreve os quatro programas que abrigam 14 projetos vinculados à área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 21 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CSA

(continua)

PROGRAMA E PROJETOS DE EXTENSÃO - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS				
PROGRAMA VINCULADO	Projetos	Impacto social/Beneficiados	ODS	Atend
PEGC – Programa de Extensão em Gestão Contábil	76 - Pensar, gastar e poupar: iniciação na educação financeira na rede municipal de ensino de Morro da Fumaça - SC.	Observatório Social de Morro da Fumaça	4, 10 e 16	8
	57 - Planejamento e Controle Contábil na Atividade Rural.	Gerência de agricultura e Agronegócio de Criciúma	2, 8, 12 e 17	36
POPE - Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor	68 - Plano de 60 dias: Consultoria Acadêmica em 60 dias para micro e pequenos empreendimentos.	Comunidade empresarial da AMREC, AMESC e AMUREL	8, 9, 10 e 13	16
	67 - Estratégia 360: Desenvolvimento do Planejamento Estratégico de micro e pequenos empreendimentos de forma ágil, dinâmica e interativa.	Comunidade empresarial da AMREC, AMESC e AMUREL	8, 9 e 12	16

Quadro 19 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CSA

(continuação)

	50 - Empregabilidade e empreendedorismo para adolescentes assistidos pela Casa da Infância e seus familiares.	Casa da Infância	1, 8 e 10	28
	47 - Programa de Mentoring para o desenvolvimento e apoio na criação de novos negócios: da ideia a pré-incubação.	Comunidade empresarial da AMREC, AMESC e AMUREL	8, 9 e 10	19
	46 - PDL Jovem: Programa de Desenvolvimento Lideranças Jovens: o empreendedorismo social para melhorar o ambiente de vida da geração atual e futura.	EEB José do Patrocínio	4, 8 e 10	38
	39 - Qualificação para o empreendedorismo internacional em empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe -- SC.	Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe - PROGOETHE	8, 9 e 11	12
	09 - Educação Financeira para jovens e adolescentes em escolas do ensino médio.	CEDUP Abílio Paulo	4, 5, 8, 10 e 17	
	08 - Empreendedorismo e plano de negócios: Ações direcionadas a capacitação de jovens e adolescentes do Bairro da Juventude.	Bairro da Juventude	4, 5, 8, 10 e 17	106
PEDIC - Programa de Extensão em Direito e Cidadania	63 - Prevenção da Síndrome da Alienação Parental.	CEJUSC - Fórum de Criciúma	16	162
	32 - Projeto Amora: capacitando pessoas em direitos humanos das mulheres.	Secretaria de Assistência Social do Município de Criciúma	5, 10 e 16	108

Quadro 19 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos CSA (conclusão)

PAES – Programa de Ações e Economia Solidária	15 - Ações de continuidade da Feira de Economia Solidária da UNESC (FES-UNESC) em contexto de Pandemia e pós-pandemia do COVID-19.	Participantes do Fórum Estadual de Economia Solidária da Região Sul e Feira de Economia Solidária da UNESC.	4, 8, 10, 12	46
	12 - Alimentação Saudável e Nutrição Solidária.	Secretaria de Agricultura de Criciúma/SC, Cooperativas de Agricultura Familiar da AMREC, Instituto Caritas	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17	66

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Balanço Social da UNESC (2022).

Foram mais de 650 atendimentos prestados no ano de 2021 aos participantes dos grupos selecionados como público-alvo para o desenvolvimento dos projetos da área de Ciências Sociais Aplicadas, sem contabilizar os programas e projetos institucionais, como por exemplo, O Programa de Qualificação para Exportação, PEIEX (Apex Brasil) responsável por atendimento a mais de 100 empresas. Este programa está diretamente relacionado aos ODS 4, 8, 9, 10, 12 e 17, tendo prestado atendimento a diversas organizações, dentre elas, APEX-Brasil, Associação Empresarial de Criciúma, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Banco do Brasil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O PROGRAMA DE EXTENSÃO EM GESTÃO CONTÁBIL (PEGC) abriga dois projetos. Um deles é o projeto “Pensar, gastar e poupar: iniciação na educação financeira na rede municipal de ensino de Morro da Fumaça – SC”, desenvolvido em parceria com o Observatório Social de Morro da Fumaça, prestou oito atendimentos.

Este projeto está relacionado aos ODS 4, 10 e 16, com destaque para as metas 4.1, 4.4, 4.6, 10.2, 10.3, 10.4, 16.5, 16.6 e 16.7. O V Relatório Luz aponta que a meta 4.1 está com status ameaçada, a meta 4.6 encontra-se estagnada e as metas 4.4, 10.2, 10.3, 10.4, 16.5, 16.6 e 16.7 estão em retrocesso. Em termos de atendimento do modelo de balanço social do IBASE, está projeto está alinhado com o bloco 3. Indicadores sociais externos, mais especificamente com os itens A. Educação e B. Cultura.

O outro projeto incluso no PEGC é “Planejamento e Controle Contábil na Atividade Rural” com 36 atendimentos junto à Gerência de Agricultura e Agronegócio de Criciúma. Este projeto está alinhado com os ODS 2, 8, 12 e 17, distribuídos nas metas 2.3, 2.4, 2.5, 8.2, 8.3, 8.5, 12.2, 12.7, 12.8, 17.14, 17.17 e 17.19. O V Relatório Luz aponta que as metas 2.4, 8.2, 8.3, 8.5, 12.8, 17.14, 17.17 e 17.19 estão em retrocesso, as metas 2.5 e 12.2 estão estagnadas, a meta

12.7 apresenta progresso insuficiente e a meta 2.3 está sem dados. O projeto está enquadrado no bloco 3. Indicadores sociais externos, sobretudo nos itens A. Educação e B. Cultura.

O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO AO PEQUENO EMPREENDEDOR (POPE), é o que tem a maior participação em número de projetos na área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, com 8 dos 14 em atividade no ano de 2021, proporcionando mais de 250 intervenções nos diversos públicos selecionados.

O projeto “Plano de 60 dias: Consultoria Acadêmica em 60 dias para micro e pequenos empreendimentos” proporcionou 16 atendimentos à comunidade empresarial das microrregiões da AMREC, AMESC E AMUREL, inseridas na mesorregião Sul Catarinense, e está relacionado aos ODS 8, 9, 10 e 13, distribuídos nas metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.3, 9.4, 9.5, 10.2, 10.3, 10.4 e 13.3. Este projeto, em termos do modelo de balanço social proposto pelo IBASE, está alinhado com o bloco 3. Indicadores sociais externos, item F. Outros direcionado aos conteúdos sobre Empreendedorismo.

O V Relatório Luz de 2021 aponta que as metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.4, 9.5, 10.2, 10.3, 10.4 e 13.3 estão em retrocesso e a meta 9.3 está estagnada.

Também tendo como público-alvo a comunidade empresarial das microrregiões da AMREC, AMESC E AMUREL, o projeto “Estratégia 360: Desenvolvimento do Planejamento Estratégico de micro e pequenos empreendimentos de forma ágil, dinâmica e interativa” prestou 16 atendimentos sob a forma de consultoria.

Este projeto está em sintonia com os ODS 8, 9 e 12, distribuídos nas metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.3, 9.4, 9.5, 12.2, 12.6 e 12.8 e alinhado com o modelo de balanço social proposto pelo IBASE, bloco 3. Indicadores sociais externos, item F. Outros, abordando temas concernentes ao Empreendedorismo. O V Relatório Luz de 2021 aponta que as metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.4, 9.5 e 12.8 estão em retrocesso e as metas 9.3, 12.2 e 12.6 estão estagnadas.

A Casa da Infância foi contemplada com o projeto “Empregabilidade e empreendedorismo para adolescentes assistidos pela Casa da Infância e seus familiares”, que prestou 28 atendimentos no ano de 2021.

Este projeto atende ao item F. Outros abordando questões voltadas ao Empreendedorismo do bloco 3. Indicadores sociais externos do modelo de balanço social proposto pelo IBASE, e está relacionado aos ODS 1, 8 e 10, distribuídos nas metas 1.2, 1.4, 1.5, 8.3, 8.5, 8.6, 10.1, 10.2 10.3. De acordo com o V Relatório Luz, as metas contempladas por este projeto encontram-se na condição de retrocesso.

Outro projeto que contempla a comunidade empresarial das microrregiões da AMREC, AMESC E AMUREL é o “Programa de Mentoring para o desenvolvimento e apoio na criação

de novos negócios: da ideia a pré-incubação”, que proporcionou 19 atendimentos no ano de 2021. Este projeto está alinhado aos ODS 8, 9 e 10, com ênfase nas metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.3, 9.4, 9.5, 10.2, 10.3 e 10.4. De acordo com o V Relatório Luz (2021) aponta que as metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.4, 9.5, 10.2, 10.3 e 10.4 estão em retrocesso e a meta 9.3 está estagnada.

Referido projeto alinhado com o modelo de balanço social proposto pelo IBASE, bloco 3. Indicadores sociais externos, item F. Outros com abordagem direcionada ao Empreendedorismo.

Destinado a incentivar jovens e adolescentes ao empreendedorismo, o projeto “PDL Jovem, Programa de Desenvolvimento Lideranças Jovens: o empreendedorismo social para melhorar o ambiente de vida da geração atual e futura” atendeu 38 potenciais lideranças jovens da Escola de Educação Básica José do Patrocínio, em Siderópolis. Este projeto tem alinhamento com o modelo IBASE para a elaboração do balanço social, no bloco 3. Indicadores sociais externos, item F. Outros com abordagem direcionada ao Empreendedorismo.

Este projeto visa o atendimento dos ODS 4, 8 e 10, em especial no que se refere às metas 4.1, 4.4, 4.7, 8.1, 8.2, 8.3, 10.2, 10.3 e 10.4. O V Relatório Luz (2021) destaca que as metas 4.4, 4.7, 8.1, 8.2, 8.3, 10.2, 10.3 e 10.4 estão em retrocesso e a meta 4.1 está ameaçada.

A Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe – PROGOETHE, recebeu a assessoria por meio do projeto de extensão “Qualificação para o empreendedorismo internacional em empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe – SC”, prestando em 2021, 12 atendimentos. Este projeto está em sintonia com o modelo IBASE para a elaboração do balanço social, no bloco 3, Indicadores sociais externo, enquadrando-se nos itens A. Educação, B. Cultura e F. Outros, com ênfase em empreendedorismo.

Quanto aos ODS que mais estão afinados com o propósito do projeto, destacam-se os de número 8, 9 e 11, distribuídos nas metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.1, 9.4, 9.5, 11.4, 11.6 e a meta de implementação 11.a. O V Relatório Luz (2021) adverte que as metas 8.1, 8.2, 8.3, 9.4 e 9.5 estão em retrocesso, as metas 9.1, 11.4 e 11.a estão sem dados e a meta 11.6 está ameaçada.

O Centro de Educação Profissional Abílio Paulo foi contemplado com o projeto “Educação Financeira para jovens e adolescentes em escolas do ensino médio”, visando a inclusão dos jovens na condição de cidadania financeira, e está em sintonia com os itens A. Educação e B. Cultura do bloco 3. Indicadores sociais externos do modelo de balanço social proposto pelo IBASE.

Em termos de identificação com os ODS 4, 5, 8, 10 e 17, em destaque para as metas 4.1, 4.4, 4.7, 5.1, 5.5, 8.2, 8.3, 8.6, 10.2, 10.3, 10.4, 17.14 e 17.17, e as metas de implementação 5.a,

5.b. O V Relatório Luz (2021) destaca que as metas 4.4, 4.7, 5.1, 5.5, 5.a, 5.b, 8.2, 8.3, 8.6, 10.2, 10.3, 10.4, 17.4 e 17.7 estão em retrocesso e a meta 4.1 está ameaçada.

Com 12 anos de trajetória, o projeto “Empreendedorismo e plano de negócios: Ações direcionadas a capacitação de jovens e adolescentes do Bairro da Juventude” vem trabalhando junto ao Centro de Educação Profissional (CEP) daquela instituição e atendeu 106 alunos do CEP em 2021. Está alinhado com o modelo IBASE para a elaboração do balanço social, no bloco 3. Indicadores sociais externos, item F. Outros com ênfase no Empreendedorismo.

O projeto busca atender aos ODS 4, 5, 8, 10 e 17, destacando-se as metas 4.4, 4.5, 4.7, 5.1, 5.5, 8.2, 8.3, 8.5, 8.6, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 17.14 e 17.17, e as metas de implementação 5.a, 5.b e 5.c. O V Relatório Luz (2021) assinala que as metas 4.4, 4.5, 4.7, 5.1, 5.5, 5.a, 5.b, 8.2, 8.3, 8.6, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 17.4 e 17.7 e a meta 5.5 encontra-se com progresso insuficiente.

O PROGRAMA DE EXTENSÃO EM DIREITO E CIDADANIA (PEDIC) comporta dois projetos e no ano de 2021 proporcionou 270 intervenções, contribuindo de forma significativa para a inclusão dos cidadãos menos favorecidos.

Um dos projetos abrigados pelo PEDIC é “Prevenção da Síndrome da Alienação Parental”, desenvolvido junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Fórum de Criciúma/SC, com 162 atendimentos no ano de 2021. Está diretamente relacionado com o item F. Outros, com direcionamento para a Assistência jurídica do bloco 3. Indicadores sociais externos do modelo de balanço social do IBASE.

Tem relação direta com o ODS 16, englobando as metas 16.3, 16.5, 16.6, 16.10 e a meta de implementação 16.b. Conforme destacado no V Relatório Luz (2021), a meta 16.3 está ameaçada e as metas 16.5, 16.6, 16.10 e 16.b estão em retrocesso.

O outro projeto que faz parte do PEDIC é o “Projeto Amora: capacitando pessoas em direitos humanos das mulheres”, realizado junto à Secretaria de Assistência Social do Município de Criciúma/SC, e realizou 108 intervenções no ano de 2021. Para atender aos requisitos do modelo de balanço social do IBASE, enquadra-se no bloco 3. Indicadores sociais externos, item F. Outros, com foco na Assistência jurídica.

Para contribuir com a Agenda 2030, tem foco nos ODS 5, 10 e 16, sobretudo em relação às metas 5.1, 5.2, 5.5, 10.2, 10.3, 10.4, 16.3, 16.5, 16.6 e 16.10, e as metas de implementação 5.a, 5.b, 5.c e 16.b. O V Relatório Luz (2021) evidencia que as metas 5.1, 5.2, 5.a, 5.b, 5.c, 10.2, 10.3, 10.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.b estão em retrocesso, a meta 5.5 está com progresso insuficiente, e a meta 16.3 está ameaçada.

Por fim, na área de Ciências Sociais Aplicadas, o PROGRAMA DE EXTENSÃO DE AÇÕES E ECONÔMICA SOLIDÁRIA (PAES) abriga dois projetos que prestaram 112 atendimentos no ano de 2021.

Os participantes do Fórum Estadual de Economia Solidária da Região Sul e Feira de Economia Solidária da UNESCO constituem o público-alvo do projeto “Ações de continuidade da Feira de Economia Solidária da UNESCO (FES-UNESCO) em contexto de Pandemia e pós-pandemia do COVID-19”, que proporcionou 46 intervenções no ano de 2021.

No que tange ao modelo de balanço social do IBASE, o projeto enquadra-se no grupo 3. Indicadores sociais externos, especificamente em relação aos itens E. Combate à fome e segurança alimentar e F. Outros, com foco no Empreendedorismo.

Visa contribuir para a evolução da Agenda 2030 por meio dos ODS 4, 8, 10 e 12, por meio das metas 4.3, 4.4, 4.5, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.8, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 12.2, 12.3, 12.4, 12.5 e 12.8. As constatações do V Relatório Luz (2021) apontam que as metas 4.3, 4.4, 4.5, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.8, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 12.4 e 12.8 estão em retrocesso e as metas 12.2, 12.3 e 12.5 estão estagnadas.

Para fechar o conjunto de projetos da área de Ciências Sociais Aplicadas (CSA), o projeto “Alimentação Saudável e Nutrição Solidária”, também vinculado ao PAES, desenvolvido junto à Secretaria de Agricultura de Criciúma/SC, às Cooperativas de Agricultura Familiar da AMREC e ao Instituto Caritas, prestou 66 atendimentos no ano de 2021. Atende aos pressupostos estabelecidos pelo modelo de balanço social do IBASE no grupo 3. Indicadores sociais externos, em especial em relação aos itens E. Combate à fome e segurança alimentar e F. Outros, enfatizando o Empreendedorismo.

Está relacionado com quase todos os 17 ODS, com exceção do número 7 e do número 14, sobretudo às metas 2.3, 2.4, 2.5, 11.3, 11.6, 11.7, 15.1, 15.5 e 15.9, e as metas de implementação 2.b, 2.c, 11.a. Analisando o V Relatório Luz (2021), observa-se que as metas 2.4, 2.c, 11.7 e 15.1 encontram-se em retrocesso, as metas 2.3 e 11.a estão sem dados, as metas 2.5, 11.3 e 15.9 estão estagnadas e as metas 2.b, 11.6 e 15.5 estão ameaçadas.

O quadro 20 apresenta os programas e projetos vinculados à área de conhecimento de Humanidades, Ciências e Educação (HCE), os impactos causados, os ODS que se referem os projetos e os atendimentos prestados.

Quadro 22 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos HCE

(continua)

PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO - HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO				
PROGRAMA VINCULADO	PROJETOS	IMPACTO SOCIAL/BENEFICIADOS	ODS	ATEND
Arte e Patrimônio Cultural	89 - Patrimônio escolar em movimento: artes e memórias.	EEB Governador Heriberto Hülse e EEB Coelho Neto	4 e 10	
	74 - A arte contemporânea como prática sensível	Casa de acolhimento de meninos em situação de risco - Abrigo Lar Azul	3, 4, 10, 11 e 16	4
	72 - Boi de Mamão na Comunidade: intercâmbios culturais que fazem a diferença.	EE Morro Chato; Cultura Mamoeira; Colégio UNESC; Casa da Fraternidade; Arte na Escola (Polo UNESC); Museu da Infância; Setor de Arte e Cultura	4	1527
	41 - Leitura literária com detentos: uma contribuição para a cidadania.	Presídio Regional de Criciúma	4, 10 e 16	
	38 - Arqueologia pública no Extremo Sul Catarinense: Patrimônio arqueológico e a história e cultura dos Povos Indígenas nas séries iniciais.	Escolas municipais de Criciúma, região e cidades participantes do Projeto Geoparques; comunidade indígena Tekoa Marãgatú	4 e 10	596
	35 - Sala de aula/Sala de exposição: arte contemporânea como espaço de formação.	Colégio UNESC	4	1087
	26 - UNESC e o Teatro Jonatas João levando um novo olhar através da arte”.	Igreja Nossa Senhora da Natividade - Cocal do Sul	4, 10 e 16	131
Valorização de Formação Docente Discente	85 - Formação Docente e as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação na área da Matemática na Educação Básica.	Secretaria Municipal de Educação de Criciúma	4 e 8	24
	64 - Abrindo caminhos para o ensino superior: explorando a Física por meio de questões do Enem.	Alunos do Colégio UNESC, CEDUP, EEB José do Patrocínio e EEB Udo Deeke	4	114

Quadro 20 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos HCE (conclusão)

	51 - Formação de Professores do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental I para o desenvolvimento do pensamento teórico matemáticos nos estudantes.	Prefeitura Municipal de Içara	4	65
	45 - Sexualidade, direitos humanos e BNCC: organizando outros espaços dialógicos na escola.	Secretaria Municipal de Educação de Siderópolis	4 e 5	130
	19 - A linguagem teatral como formadora na comunicação verbal e corporal dos estudantes.	Alunos do Colégio UNESC	4, 5, 8 e 10	52
Ambiente e Cidadania	84 - Escola de migrantes	Secretaria Municipal de Educação de Criciúma	4, 10 e 16	1638
	80 - Integração dos planos de recursos hídricos das bacias do extremo sul catarinense aos ODS da Agenda Mundial 2030.	Comitês de Bacias e Afluentes de Rios da Região, Fórum Permanentes de Proteção e Associação de Proteção de Bacias Hidrográficas	4, 6, 11, 12, 14 e 15	289
Atividade Física, saúde e qualidade de Vida	55 - LazerAtivo Virtual	Asilo São Vicente de Paulo	3 e 6	33

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Balanço Social da UNESC (2022).

No ano de 2021 foram realizados quase 6.000 atendimentos dos projetos de Humanidades, Ciências e Educação, sem contar os programas e projetos institucionais, como por exemplo, o Programa Conveniado Arte na Escola, responsável por 960 atendimentos, divididos em educação continuada, oferta de materiais educativos e reconhecimento.

O PROGRAMA ARTE E PATRIMÔNIO CULTURAL contempla 7 projetos que serão descritos na sequência.

As Escolas de Educação Básica Heriberto Hülse e Coelho Neto, ambas de Criciúma foram contempladas com o projeto “Patrimônio escolar em movimento: artes e memórias”, com foco nos ODS 4 e 10, destacando-se as metas 4.1, 4.5, 4.7, 10.1 e 10.2. O V Relatório Luz (2021) enfatiza a situação das metas 4.5, 4.7, 10.1 e 10.2 que estão em retrocesso e a meta 4.1

está ameaçada. O modelo de balanço social proposto pelo IBASE está contemplado no bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura.

O projeto “Arte contemporânea como prática sensível” participou com quatro intervenções na Casa de acolhimento de Meninos em Situação de Risco – Abrigo Lar Azul no ano de 2021 e está em sintonia com o modelo de balanço social proposto pelo IBASE no bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura.

Em seu escopo visa atender primordialmente os ODS 3, 4, 10, 11 e 16, com destaque para as metas 4.4, 4.5, 4.7, 10.2, 10.3, 11.1, 11.2, 11.7, 16.1, 16.2, 16.6, 16.9 e 16.10. O V Relatório Luz (2021) aponta que as metas 4.4, 4.5, 4.7, 10.2, 10.3, 11.1, 11.2, 11.7, 16.1, 16.2, 16.6 e 16.10 estão em retrocesso e a meta 16.9 encontra-se estagnada.

O projeto “Boi de Mamão na Comunidade: Intercâmbios culturais que fazem a diferença” fez 1.257 intervenções no ano de 2021 na Escola de Educação Básica Morro Chato, na Cultura Mamoeira, no Colégio UNESC, na Casa da Fraternidade, no Museu da Infância, no Setor de Arte e Cultura e na Arte na Escola – Polo UNESC, e se identifica com o bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura.

Contribui com a Agenda 2030 com o ODS 4, especificamente com as metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 4.7. Segundo o V Relatório Luz (2021), a meta 4.1 está na condição ameaçada e as estas metas 4.2, 4.4, 4.5 e 4.7 estão na condição de retrocesso.

O Presídio Regional Santa Augusta, de Criciúma/SC, foi contemplado com o projeto “Leitura literária com detentos: uma contribuição para a cidadania”, buscando integrar a qualificação de professores e de encarcerados. Neste sentido, tem relação com os blocos 2. Indicadores sociais internos, itens F. Educação e G. Cultura, e 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura, do modelo de balanço social do IBASE.

Contribui para o alcance dos ODS 4, 10 e 16, englobando as metas 4.3, 4.4, 4.5, 4.7, 10.2, 10.3, 10.4, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e as metas de implementação 4.c e 16.b. O V Relatório Luz (2021) classifica essas metas como: 4.3, 4.4, 4.5, 4.7, 10.2, 10.3, 10.4, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.b em retrocesso; 4.c e 16.3 estão ameaçadas.

O projeto “Arqueologia pública no Extremo Sul Catarinense: Patrimônio arqueológico e a história e cultura dos Povos Indígenas nas séries iniciais”, desenvolvido nas Escolas municipais de Criciúma, região e cidades participantes do Projeto Geoparques; comunidade indígena Tekoa Marãgatú participou com 596 intervenções no ano de 2021. Está relacionado com os blocos 2. Indicadores sociais internos, itens F. Educação e G. Cultura, e 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura.

Os ODS 4 e 10 estão diretamente relacionados com o projeto, sobretudo as metas 4.1, 4.4, 4.5, 4.7, 10.2, 10.3 e 10.4. O V Relatório Luz (2021) adverte que as metas 4.4, 4.5, 4.7, 10.2, 10.3 e 10.4 estão na condição de retrocesso e a meta 4.1 na condição de ameaçada.

O Colégio UNESC foi o ambiente em que se desenvolveu o projeto “Sala de aula/Sala de exposição: arte contemporânea como espaço de formação”, que proporcionou o número expressivo de 1.087 intervenções, e está relacionado aos blocos 2. Indicadores sociais internos, itens F. Educação e G. Cultura, e 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura.

Contribuiu para a evolução do ODS 4, sobretudo as metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 4.7 e a meta de implementação 4.a. De acordo com o V Relatório Luz (2021), a meta 4.1 está ameaçada e as metas 4.2, 4.4, 4.5, 4.5 e 4.a estão em retrocesso.

A Igreja Católica Nossa Senhora da Natividade de Cocal do Sul/SC foi agraciada com o projeto “UNESC e o Teatro Jonatas João levando um novo olhar através da arte”, que contou com 131 intervenções, fechando o conjunto de sete projetos vinculados ao PROGRAMA ARTE E PATRIMÔNIO CULTURAL. Encontra-se alinhado com o balanço social modelo IBASE por meio do bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura.

Os ODS 4, 10 e 16 são o foco do projeto, a partir das metas 4.4, 4.5, 10.2, 10.3, 10.4, 16.1, 16.3, 16.5, 16.6 e 16.10, além da meta de implementação 16.a. De acordo com o V Relatório Luz (2021), as metas 4.4, 4.5, 10.2, 10.3, 10.4, 16.1, 16.5, 16.6 e 16.10 estão em retrocesso, e as metas 16.3 e 16.a estão ameaçadas.

A Secretaria Municipal de Educação de Criciúma recebeu o projeto “Formação Docente e as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação na área da Matemática na Educação Básica” que proporcionou 24 intervenções. Este projeto faz parte do PROGRAMA VALORIZAÇÃO DE FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE e, em função de seu escopo, está relacionado ao bloco 3. Indicadores sociais externos do balanço social modelo IBASE, identificando-se com o item A. Educação.

Contribui com a Agenda 2030 por meio dos ODS 4 e 8, com ênfase nas metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 8.2, 8.3, 8.6 e a meta de implementação 4.c. A leitura do V Relatório Luz (2021) permite observar que as metas 4.2, 4.4, 4.5, 4.7, 8.2, 8.3 e 8.6 estão em retrocesso, a meta 4.6 está estagnada e as metas 4.1 e 4.c estão ameaçadas.

Os outros quatro projetos que fazem parte do mesmo programa serão descritos a seguir.

O projeto “Abrindo caminhos para o ensino superior: explorando a Física por meio de questões do Enem” prestou 114 intervenções no ano de 2021 para os alunos do Colégio UNESC, CEDUP, EEB José do Patrocínio e EEB Udo Deeke. Em função de seu objetivo

enquadra-se no bloco 3. Indicadores sociais externos do modelo IBASE de balanço social, nos itens A. Educação e F. Outros, por prestar assessoria na preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Está relacionado ao ODS 4, atendendo as metas 4.1, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7. Estas metas, segundo o V Relatório Luz (2021) encontram-se nos seguintes estágios: a meta 4.1 está ameaçada; 4.3, 4.4, 4.5 e 4.7 estão em retrocesso; a meta 4.6 está estagnada.

A Prefeitura Municipal de Içara/SC, por meio da Secretaria Municipal de Educação, recebeu o projeto “Formação de Professores do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental I para o desenvolvimento do pensamento teórico matemáticos nos estudantes” que, no ano de 2021, realizou 65 intervenções. Em termos de enquadramento no modelo IBASE para a elaboração do balanço social, este projeto atende ao bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e F. Outros, por estar capacitando professores que irão capacitar seus alunos.

Está relacionado ao ODS 4, metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e meta de implementação 4.c. O V Relatório Luz aponta que as metas 4.1 e 4.c estão ameaçadas, as metas 4.2, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.7 estão em retrocesso.

A Secretaria Municipal de Siderópolis/SC foi contemplada com o projeto “Sexualidade, direitos humanos e BNCC: organizando outros espaços dialógicos na escola” que, em 2021, participou com 130 intervenções nas escolas municipais. O projeto atende aos pressupostos do balanço social modelo IBASE referente ao bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação, C. Saúde e saneamento e F. Outros em função de abordar uma das competências contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Está relacionado aos ODS 4 e 5, atendendo as metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 4.7, 5.1, 5.2, 5.5, 5.6 e as metas de implementação 4.c, 5.a, 5.b e 5.c. O V Relatório Luz (2021) aponta que as metas 4.1 e 4.c estão ameaçadas, as metas 4.2, 4.4, 4.5, 4.7, 5.1, 5.2, 5.6, 5.a, 5.b e 5.c estão em retrocesso, e a meta 5.5 está com progresso insuficiente.

Para completar o conjunto de cinco programas vinculados ao PROGRAMA VALORIZAÇÃO DE FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE, o projeto “A linguagem teatral como formadora na comunicação verbal e corporal dos estudantes” foi desenvolvido junto aos alunos do Colégio UNESC, com o desenvolvimento de 52 intervenções no ano de 2021. No balanço social modelo IBASE tem relação com o bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e B. Cultura.

Em termos de contribuição para a Agenda 2030, inclui os ODS 4, 5, 8 e 10, por meio das metas 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 4.7, 5.1, 5.2, 5.4, 5.5, 8.3, 8.6, 10.1, 10.2, 10.3 e as metas de implementação 5.a, 5.b e 5.c. O V Relatório Luz (2021) aponta que a meta 4.1 está ameaçada,

as metas 4.2, 4.4, 4.5, 4.7, 5.1, 5.2, 5.4, 5.a, 5.b, 5.c, 8.3, 8.6, 10.1, 10.2 e 10.3 estão em retrocesso e a meta 5.5 está com progresso insuficiente.

O PROGRAMA AMBIENTE E CIDADANIA participa com dois projetos, “Escola de Migrantes” e “Integração dos planos de recursos hídricos das bacias do Extremo Sul Catarinense aos ODS da Agenda Mundial 2030”.

O projeto “Escola de migrantes” desenvolvido junto à Secretaria Municipal de Educação de Criciúma/SC, prestou 1638 atendimentos no ano de 2021, atendendo migrantes oriundos da África e da região do Caribe. Está enquadrado no bloco 3. Indicadores sociais externos do modelo IBASE para a elaboração de balanço social, referindo-se aos itens A. Educação, B. Cultura e F. Outros, por buscar a integração de migrantes aos costumes e à cultura local.

Em relação à Agenda 2030, contribui com os ODS 4, 10 e 16, atendendo às metas 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.7, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.7, 16.1, 16.2, 16.3, 16.9, 16.10 e a meta de implementação 16.b. O V Relatório Luz (2021) enfatiza que as metas 4.1 e 16.3 estão ameaçadas, as metas 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.7, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.7, 16.1, 16.2, 16.10 e 16.b estão em retrocesso e a meta 16.9 está estagnada.

Completando o PROGRAMA AMBIENTE E CIDADANIA, o projeto “Integração dos planos de recursos hídricos das bacias do extremo sul catarinense aos ODS da Agenda Mundial 2030”, desenvolvido junto aos Comitês de Bacias e Afluentes de Rios da Região, Fórum Permanentes de Proteção e Associação de Proteção de Bacias Hidrográficas, prestou 289 atendimentos no ano de 2021. Está relacionado com os blocos 3. Indicadores sociais externos, item C. Saúde e saneamento e F. Outros, por ser agente propulsor de ações em defesa das bacias hidrográficas, e 4. Indicadores ambientais, atendendo ao item B. Investimentos em programas e/ou projetos externos.

Contribui para a Agenda 2030 com os ODS 4, 6, 11, 12, 14 e 15 por meio das metas 4.7, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 11.5, 11.6, 12.2, 12.5, 12.8, 14.1, 14.2, 14.3, 15.1, 15.2, 15.5, 15.7, 15.8, 15.9 e as metas de implementação 6.b, 11.b e 15.c. Consultando o V Relatório Luz (2021), observa-se que as metas 4.7, 6.4, 6.6, 6.b, 11.5, 12.8, 14.1, 14.2, 15.1, 15.2 e 15.7 estão em retrocesso, as metas 6.1, 6.5, 12.2, 12.5 e 15.9 estão estagnadas, as metas 6.2, 6.3, 11.6, 15.5 e 15.c estão ameaçadas, as metas 14.3 e 15.8 estão com progresso insuficiente e a meta 11.b está SEM DADOS.

Por fim, o PROGRAMA ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA abrange um só projeto, denominado “LazerAtivo Virtual” desenvolvido no Asilo São Vicente de Paulo em Criciúma/SC, com 33 atendimentos durante o ano de 2021. No modelo IBASE para a elaboração do balanço social, está enquadrado no bloco 3. Indicadores sociais externos,

itens C. Saúde e saneamento, D. Esporte e F. Outros, por implementar uma nova modalidade de instrução para a realização de exercícios físicos durante a pandemia.

Os ODS 3 e 6 são o foco deste projeto que direcionou seus esforços para as metas 3.8 e 6.2. O V Relatório Luz (2021) aponta que ambas as metas se encontram na condição ameaçada.

O quadro 21 apresenta os 15 projetos distribuídos em quatro programas da área de conhecimento de Ciências da Saúde

Quadro 23 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos SAL

(continua)

PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO – CIÊNCIAS DA SAÚDE				
PROGRAMA VINCULADO	PROJETOS	IMPACTO SOCIAL/BENEFICIADOS	ODS	ATEND
Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças	90 - Educação em saúde com usuários de dispositivos inalatórios nas Clínicas Integradas de Saúde da UNESC: uma estratégia de promoção de autonomia para o uso racional de medicamentos e melhoria da condição de saúde.	Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma	3 e 4	38
	69 - Cuidando de pessoas com úlcera: uma proposta de atuação com diabéticos do ambulatório de feridas UNESC/Prefeitura de Criciúma.	Centro Especializado de reabilitação e Ambulatório de Feridas da UNESC	3	1134.1
	31 - Movimento pela Paz (MOP).	Bairro da Juventude e diversas Escolas de Ensino Básico de Criciúma e Região	3, 5, 10 e 16	239
	27 - Projeto Esperança Garcia de atenção à saúde da mulher encarcerada.	Pastoral Carcerária da Diocese de Criciúma; Conselho da Comunidade da Comarca de Criciúma; Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma	3, 5, 10 e 16	630
	24 - Educação e promoção de saúde aos privados de liberdade e colaboradores do sistema penitenciário feminino de Criciúma/SC.	Penitenciária Feminina de Criciúma/SC	3, 4 e 5	200

Quadro 24 - Beneficiados, identificação com ODS e Atendimentos dos Projetos SAL
(conclusão)

	22 - Programa cuidando da saúde física e nutricional de colaboradores da UNESC.	Professores e funcionários da UNESC	3	40
	14 - Atendimento Multidisciplinar em Acupuntura e outras Práticas Integrativas - AMAPI.	Associação Amor a Vida (AMOVIR)	3 e 4	28
Educação em Saúde	73 - Sorrindo nas escolas.	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais; Centro de Atenção Psicossocial	3, 4 e 10	27
	65 - Um olhar para a saúde mental: Capacitação para agentes comunitários de saúde.	Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma	3	6
	56 - Núcleo de Atenção Interdisciplinar a Saúde em Oncologia – NAISO.	Casa de Apoio a Pessoas com Câncer Maria Tereza	3, 10 e 16	160
	37 - Autocuidado para Condições Crônicas dos Usuários das Clínicas Integradas UNESC -- Uma Proposta de Educação em Saúde.	Associação de Moradores de Santa Luzia	3	18
	13 - Curso de culinária profissional e segurança alimentar.	Bairro da Juventude	1, 3, 4, 8, 11 e 12	20
Atenção à saúde nos ciclos de vida	58 - Programa de Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso - PAMSI.	Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma; Conselho Municipal de Direito do Idoso	3, 4 e 5	80
	33 - Cidadania e Saúde: Cuidado compartilhado ao autista.	Associação de Pais de Portadores e Amigos do Autista (AMA-REC/SC)	3	192
Gestão em saúde	40 - Quinta do Chá: Troca de saberes sobre plantas medicinais na atenção primária à saúde.	Prefeituras Municipais de Siderópolis/SC e de Urussanga	3 e 12	34

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Balanço Social da UNESC (2022).

O PROGRAMA PROMOÇÃO À SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS é o que abriga o maior número de projetos, totalizando sete.

O projeto “Educação em saúde com usuários de dispositivos inalatórios nas Clínicas Integradas de Saúde da UNESC: uma estratégia de promoção de autonomia para o uso racional de medicamentos e melhoria da condição de saúde”, desenvolvido em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, prestou 38 atendimentos em 2021. Para atender aos propósitos do modelo de balanço social do IBASE, está relacionado com o bloco 3. Indicadores sociais externos, especificamente no item C. Saúde e saneamento.

Em termos de contribuição para a Agenda 2030, este projeto tem afinidade com os ODS 3 e 4, principalmente com as metas 3.3, 3.5, 3.8, 4.1, 4.4, 4.5 e 4.7. Segundo o V Relatório Luz (2021), as metas 3.3, 3.5, 3.8 e 4.1 estão ameaçadas e as metas 4.4, 4.5 e 4.7 estão em retrocesso.

O Centro Especializado de reabilitação e Ambulatório de Feridas da UNESC foi o local para desenvolvimento do projeto “Cuidando de pessoas com úlcera: uma proposta de atuação com diabéticos do ambulatório de feridas UNESC/Prefeitura de Criciúma” que, no ano de 2021, proporcionou 113 intervenções.

Está diretamente relacionado ao ODS 3, sobretudo as metas 3.7 e 3.8 que, de acordo com o V Relatório Luz, estão em retrocesso e ameaçada, respectivamente. Para efeitos de atendimento ao modelo do balanço social do IBASE, enquadra-se no bloco 3. Indicadores sociais externos, no item C. Saúde e saneamento.

O Movimento pela Paz é um projeto desenvolvido no Bairro da Juventude e em diversas Escolas de Ensino Básico de Criciúma. No ano de 2021 prestou 239 atendimentos, contribuindo para o alcance dos ODS 3, 5, 10 e 16, principalmente com as metas 3.1, 3.4, 3.5, 3.6, 3.8, 5.1, 5.2, 5.4, 5.5, 10.2, 10.3, 10.4, 16.1, 16.2, 16.5, 16.6 e 16.10. O V Relatório Luz (2021) aponta que as metas 3.1, 5.1, 5.2, 5.4, 10.2, 10.3, 10.4, 16.1, 16.2, 16.5, 16.6 e 16.10 estão em retrocesso, a meta 3.4 está estagnada, as metas 3.5 e 3.8 estão ameaçadas e as metas 3.6 e 5.5 estão com progresso insuficiente.

O enquadramento deste projeto no modelo IBASE de balanço social tem relação com o grupo 3, Indicadores sociais externos, englobando os itens A. Educação, B. Cultura, C. Saúde e saneamento e F. Outros desenvolvendo conteúdos relacionados com a paz e a harmonia entre as pessoas.

A Pastoral Carcerária da Diocese de Criciúma, o Conselho da Comunidade da Comarca de Criciúma e a Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma são os ambientes em que se desenvolve o “Projeto Esperança Garcia de atenção à saúde da mulher encarcerada”. No ano de 2021 proporcionou 630 atendimentos alinhando os ODS 3, 5, 10 e 16. Assim, foram contempladas as metas 3.3, 3.5, 3.8, 5.1, 5.4, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 16.1, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6 e 16.10. Ao analisar o

V Relatório Luz (2021), observa-se que as metas 5.1, 5.4, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 16.1, 16.5, 16.6 e 16.10 estão em retrocesso, e as metas 3.3, 3.5, 3.8 e 16.3 estão ameaçadas.

O projeto atende ao modelo de balanço social do IBASE no grupo 3. Indicadores sociais externos, com destaque para os itens A. Educação, C. Saúde e saneamento e F. Outros, com esforços direcionados para a harmonia e a inclusão social.

Também com o propósito de ressocialização da mulher encarcerada e dos colaboradores do presídio, o projeto “Educação e promoção de saúde aos privados de liberdade e colaboradores do sistema penitenciário feminino de Criciúma/SC” contribuiu com 200 intervenções na Penitenciária Feminina de Criciúma. Para a elaboração do balanço social, modelo IBASE, identifica-se com o bloco 3. Indicadores sociais externos, relativamente aos itens A. Educação e C. Saúde e saneamento.

Os ODS que estão relacionados são 3, 4 e 5, destacando-se as metas 3.1, 3.3, 3.4, 3.5, 4.3, 4.4, 4.7, 5.1, 5.2, 5.4 e 5.5. O V Relatório Luz (2021) aponta que as metas 3.1, 4.3, 4.4, 4.7, 5.1, 5.2 e 5.4 estão em retrocesso, as metas 3.3 e 3.5 estão ameaçadas, a meta 3.4 está estagnada e a meta 5.5 está com progresso insuficiente.

O “Programa cuidando da saúde física e nutricional de colaboradores da UNESCO” participou com 40 intervenções no ano de 2021, atendendo professores e funcionários da UNESCO, localizando-se no bloco 2. Indicadores sociais internos do balanço social, modelo IBASE, com relação aos itens A. Alimentação e D. Saúde.

Está relacionado ao ODS 3, incidindo sobre as metas 3.5, 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9. O V Relatório Luz aponta que as metas 3.5 e 3.8 estão ameaçadas, a metas 3.6 está com progresso insuficiente e as metas 3.7 e 3.9 estão em retrocesso.

Completando o conjunto dos projetos que fazem parte do PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS, o projeto “Atendimento Multidisciplinar em Acupuntura e outras Práticas Integrativas – AMAPI” contribuiu com 28 intervenções em 2021 aos profissionais e acadêmicos da UNESCO, bem como aos pacientes das Clínicas Integradas da UNESCO, em conjunto com a Associação Amor à Vida (AMOVIR).

Em função do escopo do projeto, no que tange ao balanço social, modelo IBASE, enquadra-se no grupo 2. Indicadores sociais internos, item D. Saúde e no grupo 3. Indicadores sociais externos, item C. Saúde e saneamento.

Visa atender aos ODS 3 e 4, com ênfase nas metas 3.1, 3.3, 3.5, 3.6, 3.8, 4.3, 4.5, 4.7 e as metas de resultado 4.a e 4.c. A leitura do V Relatório Luz (2021) aponta que as metas 3.1, 4.3, 4.5, 4.7 e 4.a estão em retrocesso, as metas 3.3, 3.5, 3.8 e 4.c estão ameaçadas e a meta 3.6 está com progresso insuficiente.

O PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE abriga cinco projetos. Um deles é o projeto “Sorrindo nas Escolas”, desenvolvido nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e no Centro de Atenção Psicossocial, que proporcionou 27 intervenções no ano de 2021. Em função das características, está enquadrado no balanço social modelo IBASE grupo 3. Indicadores sociais externos, atendendo aos itens A. Educação e C. Saúde e saneamento.

Contribui com os ODS 3, 4 e 10, relativamente às metas 3.3, 3.4, 3.5, 3.7, 3.8, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 10.2 e 10.3. O V Relatório Luz (2021) adverte que as metas 3.3, 3.5, 3.8 e 4.1 estão ameaçadas, a meta 3.4 está estagnada e as metas 3.7, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 10.2 e 10.3 estão em retrocesso.

A Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma recebeu o projeto “Um olhar para a saúde mental: Capacitação para agentes comunitários de saúde” que contribuiu com seis intervenções no ano de 2021.

No balanço social modelo IBASE o projeto atende ao grupo 3. Indicadores sociais externos, itens C. Saúde e saneamento e F. Outros, por meio da atenção à saúde mental nos ambientes familiares. O projeto direciona seus esforços para contribuir com o ODS 3, metas 3.5 e 3.7, a primeira encontra-se ameaçada e a segunda está em retrocesso, segundo o V Relatório Luz (2021).

O projeto “Núcleo de Atenção Interdisciplinar a Saúde em Oncologia – NAISO”, desenvolvido na Casa de Apoio a Pessoas com Câncer Maria Tereza proporcionou 160 atendimentos no ano de 2021, atende ao bloco 3. Indicadores sociais externos do balanço social modelo IBASE, enfatizando os itens C. Saúde e saneamento e F. Outros por buscar o estreitamento de relações com os pacientes e os familiares de pessoas com câncer.

São contemplados por este projeto os ODS 3, 10 e 16, sobretudo as metas 3.7, 3.8, 10.2, 10.3, 10.4, 16.3, 16.6 e 16.10. O V Relatório Luz (2021) aponta que as metas 3.7, 10.2, 10.3, 10.4, 16.6 e 16.10 estão em retrocesso, e as metas 3.8 e 16.3 estão ameaçadas.

A Associação de Moradores de Santa Luzia recebeu o projeto “Autocuidado para Condições Crônicas dos Usuários das Clínicas Integradas UNESC — Uma Proposta de Educação em Saúde” que proporcionou 18 intervenções no ano de 2021, cujo foco em relação ao balanço social, modelo IBASE, é no bloco 3. Indicadores sociais externos, item C. Saúde e saneamento.

Está diretamente relacionado com o ODS 3 com ênfase nas metas 3.1, 3.3, 3.4, 3.7 e 3.8. As metas 3.1 e 3.7 estão em retrocesso, as metas 3.3 e 3.8 estão ameaçadas e a meta 3.4 encontra-se estagnada, conforme consta no V Relatório Luz (2021).

Para fechar o conjunto de cinco projetos do PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE, o “Curso de culinária profissional e segurança alimentar” ofereceu 20 intervenções no ano de 2021, que foram realizadas no Bairro da Juventude. Este projeto está relacionado ao balanço social modelo IBASE conforme o bloco 3. Indicadores sociais externos, itens A. Educação e E. Combate à fome e segurança alimentar.

Contempla os ODS 1, 3, 4, 8, 11 e 12, atendendo principalmente as metas 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 3.3, 3.4, 3.5, 4.3, 4.4, 4.5, 4.7, 8.2, 8.3, 8.5, 8.6, 11.3, 11.6, 12.2, 12.3, 12.5 e 12.8. O V Relatório Luz (2021) constata que as metas 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 4.3, 4.4, 4.5, 4.7, 8.2, 8.3, 8.5, 8.6 e 12.8 estão em retrocesso, as metas 3.3, 3.5, 11.3 e 11.6 estão ameaçadas e as metas 3.4, 12.2, 12.3 e 12.5 estão estagnadas.

O PROGRAMA ATENÇÃO À SAÚDE NOS CICLOS DE VIDA abrange dois projetos: o Programa de Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso (PAMSI) e o projeto “Cidadania e Saúde: Cuidado compartilhado ao autista”.

No ano de 2021 o Programa de Atenção Multidisciplinar à Saúde do Idoso realizou 80 atendimentos na Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma; Conselho Municipal de Direito do Idoso, sintonizado com o bloco 3. Indicadores sociais externos do balanço social, modelo IBASE, itens A. Educação, B. Cultura e C. Saúde e saneamento.

Busca fortalecer os ODS 3, 4 e 5 no sentido de intensificar ações constantes nas metas 3.3, 3.4, 3.5, 3.8, 3.9, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.4 e 5.5. O V Relatório Luz (2021) demonstra que as metas 3.3, 3.5 e 3.8 estão ameaçadas, as metas 3.9, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2 e 5.4 estão em retrocesso, a meta 3.4 está estagnada e a meta 5.5 está com progresso insuficiente.

O outro projeto deste programa é “Cidadania e Saúde: Cuidado compartilhado do autista” é desenvolvido na Associação de Pais de Portadores e Amigos do Autista (AMAREC/SC), tendo proporcionado 192 intervenções no ano de 2021. No modelo do IBASE para a construção do balanço social, enquadra-se no bloco 3. Indicadores sociais externos, itens C. Saúde e saneamento e F. Outros, ao desempenhar atividades voltadas à inclusão social.

Está relacionado ao ODS 3, com o propósito de atender as metas 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8. As metas 3.5 e 3.8 encontram-se ameaçadas, a meta 3.6 está com progresso insuficiente e a meta 3.7 encontra-se em retrocesso.

O PROGRAMA GESTÃO DA SAÚDE é composto por um só projeto. Trata-se da “Quinta do Chá: Troca de saberes sobre plantas medicinais na atenção primária à saúde”, desenvolvido em parceria com as Prefeituras Municipais de Siderópolis e de Urussanga e, no ano de 2021, contribuiu com 34 intervenções. Atende ao bloco 3. Indicadores sociais externos do balanço social, modelo IBASE, relativamente aos itens B. Cultura e C. Saúde e saneamento.

O propósito é contribuir com o ODS 3, metas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.7 e 3.8. O V Relatório Luz (2021) assinala que as metas 3.1, 3.2 e 3.7 estão em retrocesso, as metas 3.3 e 3.8 estão ameaçadas e a meta 3.4 está estagnada.

Os projetos da área de Ciências da Saúde prestaram mais de 1.800 atendimentos no ano de 2021, sem contar com os programas e projetos institucionais, como a Farmácia Escola, por exemplo, com 69 atendimentos no ano distribuídos entre a Cruz Vermelha – Filial Criciúma e a Secretaria Municipal de Criciúma. Este projeto atende aos ODS 3, 4 e 12.

Também vale registrar o Projeto Conveniado Educa-Saúde realizado pelas Clínicas Integradas da Saúde da UNESC, com registro de 359 atendimentos no ano de 2021, cuja principal identificação é com o ODS 4.

5 CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

O primeiro desafio deste trabalho consistiu em esclarecer que a academia, como um dos agentes considerados fundamentais para contribuir com os avanços da Agenda 2030, proporciona inúmeras interações com o ambiente em que está inserida, indo além dos limites territoriais, alcança outras regiões que, mesmo distantes geograficamente, obtém os benefícios decorrentes dos trabalhos de pesquisa e extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Outro desafio também significativo foi relativo ao percurso teórico, que precisou entender as raízes do desenvolvimento sustentável e a ligação estreita com as práticas de responsabilidade social corporativa. Mesmo sendo conceitos distintos, dificilmente uma organização conseguirá evoluir em termos de responsabilidade social se não estiver engajada em práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Para dirimir qualquer tipo de dúvidas relativas aos conceitos, foi adotado o conceito de responsabilidade que atenda aos propósitos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e as bases dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030, em suas quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional.

A dimensão social está diretamente relacionada com o pilar que inclui as pessoas, a dimensão econômica enfatiza a prosperidade, a dimensão ambiental considera o planeta e a dimensão institucional está relacionada com os elementos paz e parceria.

Para falar em desenvolvimento sustentável nos dias atuais, é necessário incluir o caminho trilhado desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo no ano de 1972, uma das mais significativas contribuições para o entendimento de desenvolvimento sustentável, que traçou uma série de objetivos relativos a questões ambientais, sociais e econômicas. Uma das frases de maior impacto foi cunhada no início da Declaração de Estocolmo, ao afirmar que “o ser humano é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente.”

A partir do documento “Nosso Futuro Comum”, relatório produzido em 1987 como marco da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland, começa a ser usada a expressão desenvolvimento sustentável. Este documento é referência em termos de estabelecer conceitos e propostas para o desenvolvimento sustentável e traz em seu bojo, quatro objetivos que enfatizam a necessidade de cuidar adequadamente do meio ambiente, entretanto, sem limitações que incluíssem as questões ambientais como decorrência da inseparabilidade de desenvolvimento e meio ambiente. É a

partir desse relatório que fica evidenciada a premissa de que o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Outras iniciativas foram muito importantes, principalmente as que ocorreram no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Um dos momentos fundamentais para a evolução do desenvolvimento sustentável foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Conferência do Rio de Janeiro, ocorrida em 1992. É reconhecida como a conferência do desenvolvimento sustentável em razão da expressiva quantidade que aparece nos documentos oficiais e não oficiais. A Declaração do Rio de Janeiro contém 27 princípios, enfatizando que “os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável e têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o meio ambiente.”

Ainda na Conferência do Rio de Janeiro foi aprovado o programa de ação para a implementação do desenvolvimento sustentável, conhecido como Agenda 21, constituída de 40 capítulos, subdivididos em quatro sessões: I) dimensões econômicas e sociais; II) conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento; III) estabelecimento do papel dos grupos principais e; IV) Meios de implementação. Pela amplitude do programa e sua evidente complexidade, os países signatários deveriam estabelecer suas agendas locais, como fez o Brasil que estabeleceu 21 objetivos prioritários. Uma importante contribuição da Agenda 21 foi sintetizar um emaranhado de documentos que versavam sobre temas correlatos num só documento.

A Declaração do Milênio, surgida como documento concreto da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque em setembro do ano 2000, constitui-se num documento histórico para o século que logo iniciaria. Referida Declaração traz em seu bojo os compromissos dos chefes de Estado e de Governo com o desenvolvimento sustentável. Foi a partir da realização dessa Cúpula que foram estabelecidos os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desdobrados em 20 metas. Ficou estabelecido que o prazo final para que os 8 objetivos fossem atendidos seria o ano de 2015, portanto, seria necessário que os esforços conjuntos produzissem os resultados esperados entre os países e dentro dos países.

Em 2009, durante a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou estabelecido que o Rio de Janeiro seria a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a qual foi realizada em 2012 e ficou conhecida como Rio+20, cujo propósito era impulsionar a agenda 21. Dessa Conferência resultou o documento “O Futuro Que Queremos”, composto por 6 capítulos divididos em 20 sessões. Este documento deixa clara

a necessidade de integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada, considerando os desafios decorrentes do processo.

A Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Nova Iorque e, setembro de 2015 aprovou o documento intitulado “Transformar Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, no qual foram estabelecidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, distribuídos em 169 metas.

É difícil abordar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sem conhecer o percurso de sua evolução. Este é um dos pilares que sustenta esta tese.

Por outro lado, o tema relativo à responsabilidade social corporativa, mesmo sem vinculação direta com o desenvolvimento sustentável, consiste no conjunto de práticas que contribuirão para uma sociedade melhor, mais equilibrada e com menos diferenças em termos sociais, ambientais e econômicos. Fica evidente, portanto, que, mesmo sendo conceitos distintos, não será possível praticar responsabilidade social se não forem considerados os aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável.

O conceito de responsabilidade social é um tanto novo, pouco conhecido e timidamente praticado por muitas organizações. Alguns organismos vêm demonstrando grande preocupação com a forma que as organizações se relacionam com as partes interessadas, como por exemplo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o *Global Reporting Initiative* e as Normas ISO.

Um dos marcos para o entendimento e a adoção de critérios que caracterizem a responsabilidade social corporativa surgiu no final da década de 1970, quando Carroll (1979) propôs a pirâmide das dimensões que estabelecem uma hierarquia, que tem na base as responsabilidades econômicas, passam pelas responsabilidades legais, evoluem para as responsabilidades éticas e culminam com as responsabilidades filantrópicas. Evidentemente que essa ideia evoluiu bastante, incluindo o desmonte hierárquico das dimensões da responsabilidade social.

No Brasil, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social é um grande aliado das organizações que pretendem ser reconhecidas como cidadãs, por meio de capacitação e acompanhamento para a inserção da responsabilidade social na estratégia, inclusão na cultura e relacionamento com as partes interessadas. O Instituto Ethos disponibiliza o Guia para Elaboração do Balanço Social e Relato de Sustentabilidade.

Existem diversas formas de prestar contas à sociedade, evidenciando as ações desenvolvidas por meio de programas e projetos que incluam as partes interessadas. Uma das ferramentas essenciais para essa finalidade é o modelo de balanço social proposto pelo Instituto

Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Trata-se de um modelo sucinto e objetivo, trazendo tópicos que devem ser abordados em sua amplitude para que a sociedade consiga compreender com clareza as atividades desenvolvidas pelas organizações.

A Universidade do Extremo Sul Catarinense adota o modelo IBASE e descreve por meio de números e textos, as ações realizadas como contribuição para a sociedade no que diz respeito ao ambiente, às questões sociais e econômicas, tanto no âmbito interno quanto no externo.

Para acompanhar o estágio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas, a Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil, apura anualmente o desempenho de todas as metas, traçando um retrato do país apresentado no Relatório Luz. A metodologia adotada para a elaboração do relatório, estabelece cinco categorias para classificar as metas: **retrocesso**, quando as políticas ou ações correspondentes foram interrompidas, mudadas ou sofreram esvaziamento orçamentário; **ameaçada**, quando, ainda que não haja retrocesso, a meta está em risco, por ações ou inações cujas repercussões comprometem seu alcance; **estagnada**, se não houver nenhuma indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente representativo; **progresso insuficiente**, se a meta apresenta desenvolvimento lento, aquém do necessário para sua implementação efetiva; e **progresso satisfatório**, a meta está em implementação com chances de ser atingida ao final da Agenda 2030.

Esta tese tomou como referência o V Relatório Luz, relativo ao ano de 2021, uma vez que o balanço social da Universidade do Extremo Sul Catarinense retrata as ações de extensão desenvolvidas no ano de 2021 por meio dos programas e projetos contemplados pelo Edital 358/2020, perfazendo um total de 57 projetos.

Foram apresentados os objetivos dos programas de extensão distribuídos pelas áreas de conhecimento, descritas como Ciências, Engenharias e Tecnologias, Ciências Sociais Aplicadas, Humanidades, Ciências e Educação, e Ciências da Saúde.

A partir daí, foram apresentados os projetos com seus respectivos objetivos e vinculados aos programas que os abrigam. Para todos os projetos, foram elencados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertinentes e as respectivas metas. Para cada uma das metas atendidas pelos projetos, foi identificado o estágio em que se encontra referida meta no Brasil, de acordo com os apontamentos feitos pelo V Relatório Luz.

A tese sustentada é que a Universidade do Extremo Sul Catarinense, por meio dos programas e projetos de extensão, presta uma contribuição significativa para reverter o estágio em que se encontram as metas, decorrente das práticas de responsabilidade social, em consonância com a missão, a visão e os valores da instituição.

Este estudo, apesar da profundidade e da minuciosidade com que foram abordados os programas e projetos de extensão, encontrou como limitação o fato de que algumas informações não estão completas no balanço social da Universidade do Extremo Sul Catarinense de 2021, o que exigiu que fossem garimpados, na medida do possível, junto à Diretoria de Extensão, Ações Comunitárias e Cultura. Outra limitação ocorreu por conta da pandemia que obrigou a paralização parcial na execução da maioria dos projetos.

Sugestões para estudos futuros
<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de mecanismos de controle de Programas e Práticas relacionadas as ODS em suas metas para acompanhamento da evolução na UNESCO ao longo do tempo;- Desenvolvimento de meios de divulgação dessas práticas;- Integração com campos teóricos com destaque para: Capital Social; ESG- Análise sistemática dos impactos na comunidade afetada;- Elaboração de estudos similares nas Instituições de Ensino Superior da ACAFE;- Ampliação do estudo para todas as universidades do Estado de Santa Catarina.

Por fim, em relação aos objetivos aos quais se propõe esta tese, foram atendidos tendo em conta que foi destacada a contribuição dos programas e projetos de Extensão constantes no balanço social da UNESCO do ano de 2021 para o cumprimento da responsabilidade social, realizado o confronto das atividades práticas relativas aos programas e projetos de extensão com o percurso do país apresentado no Relatório Luz, evidenciada a sintonia das ações dos programas e projetos de extensão da UNESCO nos indicadores contidos no modelo de balanço social do IBASE e, finalmente, a relação dos achados com as metas definidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios**: (des)construindo limites e possibilidades. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável**: Das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: Da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BOECHAT, Cláudio Bruzzi; BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi; PÔSSAS, Paulo Darien Guedes. **Vínculos de Negócios Sustentáveis no Brasil**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Eduardo Lessa; SANTOS, Homero Luís. **Guia de sustentabilidade para as empresas**. São Paulo: IBGC, 2007.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Brasiliense, 1993.
- CNI, Confederação Nacional Da Indústria. **Responsabilidade Social Empresarial**. Brasília: CNI, 2006.
- COLLIS, Jill.; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ELKINGTON, J. *Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development*. **California Management Review**, v.36, n.2, p.90-100, 1994.
- ESTEVAM, Dimas de O. **Responsabilidade Social em Universidade**: as mudanças na EDIUNESC. Madri: Cátedra de Ética Econômica e Empresarial da Universidad Pontificia de Comillas, 2020.
- FIOCRUZ. **Agenda 21 do Brasil**: Um projeto de Nação. 2000. Disponível em <https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/brasil.htm>. Acesso em: 05 ago 2022
- GONÇALVES, Benjamin S. **Responsabilidade Social Empresarial nos Processos Gerenciais e nas Cadeias de Valor**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC: 2015.
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Compliance à luz da governança corporativa**. São Paulo: IBGC: 2017.

ILAGC, Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público. **Governança pública municipal: Transformando sua administração**. Brasília: NT Editora, 2020.

INMETRO. Cartilha: Compreendendo a responsabilidade social. ISO 26000 e ABNT NBR 16001. 2021. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/cartilha.asp. Acesso em: 03 nov 2021.

INSTITUTO ETHOS, de Responsabilidade Social. **Diálogo Empresarial Sobre os Princípios Global Compact**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

INSTITUTO ETHOS, de Responsabilidade Social. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis Ciclo 2017/2018. São Paulo: Instituto Ethos, p.104, 2017.

MALHEIROS, Tadeu Fabrício; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. **Saúde Sociedade**. São Paulo: v. 17, n.1, p.7-20, 2008.

MARCONDES, Adalberto Wodianer. **ISE: Índice de Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia para a investigação científica em Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, Pedro Antônio de; SCHLICKMANN, Raphael. **Responsabilidade social corporativa e terceiro setor**. Florianópolis: UFSC, 2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21**. 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21global/>. Acesso em 01 ago 2022.

MONZONI, Mario; BIDERMAN, Rachel. Contribuições do 1º grupo de trabalho do GVces sobre a ISO 26000 a norma internacional de responsabilidade social. **FGV Digital Repository**. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15391>

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Direrizes da OCDE para as empresas multinacionais**. OCDE, 2011.

ODS BRASIL. Relatório dos Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>. Acesso em: 22/07/2022.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **Empresas na sociedade: Sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

UNESC, Universidade do Extremo Sul Catarinense. Responsabilidade Social 2021. **Biblioteca Unesc**. 2021. 317p.

ONU, Organização Das Nações Unidas Brasil. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 01 jul 2022.

PACTO GLOBAL. Os dez princípios. 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>. Acesso em: 22/10/2022.

PEREIRA, João Victor Inácio. Sustentabilidade: Diferentes Perspectivas, um Objectivo Comum. **Economia Global e Gestão**. v.14, n.1, p 115-126, Lisboa, 2009.

PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio José. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manoel, 2011.

PNUD, Programa De Las Naciones Unidas Para El Desarrollo. **Marco de Aceleración de los ODM**. Nova York: PNUD, 2011.

PNUD, Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Dos ODM aos ODS**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>. Acesso em: 21 set 2017.

PNUD, Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: PNUD, 2015.

PNUD: Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento; SESI/PR. Serviços Social Da Indústria Do Paraná. **Interpretação e Análise de Indicadores**. Brasília: SESI-PR/PNUD, 2014.

PNUD, Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento; SESI/PR, Serviços Social Da Indústria Do Paraná. **Movimento ODM Brasil 2015**. Brasília: SESI-PR/PNUD, 2014.

REIS, Alexandre dos; GIACOMINI FILHO, Gino. Indicadores de responsabilidade social: Estudo comparativo entre empresas públicas e privadas, baseado no balanço social IBASE. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis/SC: v.10, n.22, p 171-185, set-dez/2008.

RESTREPO, Júlia Crochemore; SILVA, Daniel José. **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável: Rio+20**. Florianópolis: Centro Tecnológico da UFSC, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SARTORI, Márcia Aparecida; TAVARES, Sergio Marcus Nogueira, PINATO, Tassiane Borelli. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Práticas para o alcance da Agenda 2030**. São Bernardo do Campo/SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2020.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M.S. Sustentabilidade e desenvolvimento Sustentável – Uma Taxonomia no Campo da Literatura. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo: v. XVII, n.1, p 1-22, jan-mar/2014.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; TEIXEIRA, Fabrícia Souza; CARMO, Rosemeyre Francisca do. O Balanço social na gestão das instituições de ensino superior. **Contabilidade Vista e Revista**. Belo Horizonte/MG: v.12, n.3, p 9-34, dez., 2001.

SILVEIRA, Alexandre di Micelli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

SILVEIRA, José Henrique Porto. **Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. Belo Horizonte: Poisson, 2017.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.

TORRES, Ciro. **Balanço Social, dez anos: O desafio da transparência**. Rio de Janeiro:iBase, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo:Atlas, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo:Atlas, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A – AS 169 METAS DOS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 1 1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
 - 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia
 - 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
 - 1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
 - 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças
 - 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais
 - 1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões
 - 1.b Criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza
- 2 2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
 - 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano
 - 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
 - 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola

- 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
- 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente
- 2.a Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação
- 2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha
- 2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos
- 3 3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
- 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos
- 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis
- 3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar
- 3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool
- 3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas
- 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais
- 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

- 3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo
- 3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado
- 3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos
- 3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde
- 4 4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário
- 4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário
- 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
- 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
- 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

- 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
- 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos
- 4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
- 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
- 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
- 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
- 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
- 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
- 5.a Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
- 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

- 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis
- 6 6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
- 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos
- 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade
- 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente
- 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
- 6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
- 6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
- 6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
- 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.
- 7 7 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos
- 7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
- 7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
- 7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética
- 7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

- 7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio
- 8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
- 8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo
- 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra
- 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros
- 8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o "Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis", com os países desenvolvidos assumindo a liderança
- 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
- 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
- 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
- 8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e
- 8.9 Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
- 8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos
- 8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países de menor desenvolvimento relativo
- 8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho

- 9 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- 9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos
- 9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo
- 9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados
- 9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades
- 9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento
- 9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e robusta em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities
- 9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2022
- 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional
- 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra
- 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito
- 10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

- 10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações
- 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas
- 10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas
- 10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio
- 10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais
- 10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%
- 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
- 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países
- 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

- 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
- 11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais
- 12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- 12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
- 12.2 Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais
- 12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita
- 12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
- 12.5 até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
- 12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios
- 12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
- 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
- 12.a Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo à padrões mais sustentáveis de produção e consumo
- 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

- 12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas
- 13 13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
- 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países
- 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais
- 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima
- 13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível
- 13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas
- 14 14 Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
- 14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes
- 14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos
- 14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis
- 14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

- 14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível
- 14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio
- 14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo
- 14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo
- 14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados
- 14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar., que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”
- 15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade
- 15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
- 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente
- 15.3 Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
- 15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

- 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
- 15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos
- 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem
- 15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias
- 15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas
- 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
- 15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
- 15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável
- 16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
- 16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares
- 16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
- 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos
- 16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado
- 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
- 16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global
- 16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- 16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime
- 16.b promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável
- 17 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável
- 17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas
- 17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos
- 17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes
- 17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento
- 17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo
- 17.6 Melhorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo global de facilitação de tecnologia global
- 17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado
- 17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação

- 17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular
- 17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha
- 17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020
- 17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado Questões sistêmicas
- 17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas
- 17.14 aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável
- 17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável
- 17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
- 17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias Dados, monitoramento e prestação de contas
- 17.18 Até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
- 17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento

ANEXO B – INDICADORES DISTRIBUÍDOS POR METAS

1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 - Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

1.1.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)Atualizado

1.2 - Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.2.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural).Atualizado

1.2.2 - Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais

1.3 - Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.3.1 - Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis

1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.4.1 - Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos

1.4.2 - Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse

1.5 - Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantesAtualizado

1.5.2 - Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) globalAtualizado

1.5.3 - Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030 Atualizado

1.5.4 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

1.a - Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.a.1 - Subsídios totais de assistência oficial ao desenvolvimento, de todos os doadores que se concentram na redução da pobreza, como uma parte da renda nacional bruta do país destinatário

1.a.2 - Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)

1.b - Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

1.b.1 - Gastos sociais públicos para os menos favorecidos

2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.1.1 - Prevalência de subalimentação

2.1.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES)

2.2 - Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.2.1 - Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade

2.2.2 - Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)

2.2.3 - Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo estado de gravidez

2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

2.3.1 - Volume de produção por unidade de trabalho por dimensão da empresa agrícola/pastoril/florestal

2.3.2 - Renda média dos pequenos produtores de alimentos, por sexo e condição de indígena

2.4 - Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.4.1 - Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável

2.5 - Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

2.5.1 - Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e agricultura, protegidos a médio ou longo prazo em instalações de conservação

2.5.2 - Proporção de raças locais classificadas como em risco de extinção.

2.a - Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.a.1 - Índice de orientação agrícola para a despesa pública

2.a.2 - Total de fluxos oficiais (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) para o setor agrícola Atualizado

2.b - Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

2.b.1 - Subsídios às exportações agrícolas

2.c - Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

2.c.1 - Indicador de anomalias dos preços de alimentação

3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.1 - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.1.1 - Razão de mortalidade materna

3.1.2 - Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado

3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.2.1 - Taxa de mortalidade em menores de 5 anos

3.2.2 - Taxa de mortalidade neonatal

3.3 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.3.1 - Número de novas infecções por HIV por 1 000 habitantes, por sexo, idade e populações específicas

3.3.2 - Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes

3.3.3 - Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

3.3.4 - Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes

3.3.5 - Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas (DTN)

3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.4.1 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias

3.4.2 - Taxa de mortalidade por suicídio

3.5 - Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.5.1 - Cobertura das intervenções (farmacológicas, psicossociais, de reabilitação e de pós-tratamento) para o tratamento do abuso de substâncias

3.5.2 - Consumo de álcool em litros de álcool puro per capita (com 15 anos ou mais) por ano

3.6 - Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.6.1 - Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito

3.7 - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.7.1 - Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos modernos de planejamento familiar

3.7.2 - Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários

3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.8.1 - Cobertura da Atenção Primária à Saúde

3.8.2 - Proporção de pessoas em famílias com grandes gastos em saúde em relação ao total de despesas familiares

3.9 - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.9.1 - Taxa de mortalidade por poluição ambiental (externa e doméstica) do ar

3.9.2 - Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene

3.9.3 - Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional

3.a - Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

3.a.1 - Prevalência do consumo atual de tabaco na população de 15 anos ou mais

3.b - Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

3.b.1 - Taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação

3.b.2 - Ajuda oficial ao desenvolvimento total líquida para a investigação médica e para os setores básicos de saúde

3.b.3 - Proporção de estabelecimentos de saúde que dispõem de um conjunto básico de medicamentos essenciais e relevantes disponíveis e a custo acessível numa base sustentável

3.c - Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

3.c.1 - Número de profissionais de saúde por habitante

3.d - Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde

3.d.1 - Capacidade para o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e preparação para emergências de saúde

3.d.2 - Porcentagem de infecções da corrente sanguínea, devido a organismos resistentes a antimicrobianos selecionados

4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo

4.1.2 - Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio

4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24-59 meses que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo

4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo

4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo

4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade

4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados

4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo

4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

4.7.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes

4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH)

4.b - Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.b.1 - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo

4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

4.c.1 - Proporção de professores que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino

5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.1.1 - Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo

5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.2.1 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade

5.2.2 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência

5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.3.1 - Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade

5.3.2 - Proporção de meninas e mulheres com idade entre 15 e 49 anos que foram submetidas a mutilação genital feminina, por grupo etário

5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.4.1 - Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização

5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.5.1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais

5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais

5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.6.1 - Proporção de mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre suas relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com saúde reprodutiva

5.6.2 - Número de países com legislação e regulamentação que garantam o acesso pleno e igualitário de mulheres e homens, com 15 anos ou mais de idade, aos cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva

5.a - Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.a.1 - (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas, por tipo de posse

5.a.2 - Proporção de países onde as estruturas legais (incluindo o direito consuetudinário) garantem às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra

5.b - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.b.1 - Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo

5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

5.c.1 - Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres

6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

6.1.1 - Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura

6.2 - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.2.1 - Proporção da população que utiliza (a) serviços de saneamento gerenciados de forma segura e (b) instalações para lavagem das mãos com água e sabão

6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

6.3.1 - Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura

6.3.2 - Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental

6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.4.1 - Alteração da eficiência no uso da água ao longo do tempo

6.4.2 - Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis

6.5 - Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

6.5.1 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100)Atualizado

6.5.2 - Proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídricaAtualizado

6.6 - Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

6.6.1 - Alteração na extensão dos ecossistemas relacionados a água ao longo do tempo

6.a - Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

6.a.1 - Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa

6.b - Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

6.b.1 - Proporção das unidades administrativas locais com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento

7 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

7.1 - Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

7.1.1 - Percentagem da população com acesso à eletricidade

7.1.2 - Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

7.2 - Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

7.2.1 - Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE)

7.3 - Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

7.3.1 - Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB

7.a - Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

7.a.1 - Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos

7.b - Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

7.b.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)

8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

8.1 - Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.1.1 - Taxa de crescimento real do PIB per capita Atualizado

8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

8.2.1 - Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada Atualizado

8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.3.1 - Proporção de trabalhadores ocupados em atividades informais, por setor e sexo

8.4 - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.4.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB

8.4.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB

8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.5.1 - Salário médio por hora de empregados por sexo, por ocupação, idade e pessoas com deficiência

8.5.2 - Taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência Atualizado

8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.6.1 - Percentagem de jovens (15-24) que não estão na força de trabalho (ocupados e não ocupados), não são estudantes e nem estão em treinamento para o trabalho Atualizado

8.7 - Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.7.1 - Proporção e número de crianças de 5-17 anos envolvidos no trabalho infantil, por sexo e idade

8.8 - Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.8.1 - Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, por sexo e situação de migração

8.8.2 - Nível de conformidade nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e situação de migração

8.9 - Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.9.1 - Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação

8.10 - Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.10.1 - (a) Número de agências bancárias por 100 000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos Atualizado

8.10.2 - Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

8.a - Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.a.1 - Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio

8.b - Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional para o emprego

9 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

9.1.1 - Proporção de população residente em áreas rurais que vive num raio de 2 km de acesso a uma estrada transitável em todas as estações do ano

9.1.2 - Passageiros e cargas transportados por modalidade de transporte

9.2 - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo

9.2.1 - Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita

9.2.2 - Emprego na indústria em proporção do emprego total

9.3 - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados

9.3.1 - Proporção do valor adicionado das empresas de "pequena escala" no total do valor adicionado da indústria

9.3.2 - Proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito atualizado

9.4 - Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

9.4.1 - Emissão de CO2 pelo PIB

9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

9.5.1 - Dispendio em P&D em proporção do PIB

9.5.2 - Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes

9.a - Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

9.a.1 - Total de apoio internacional oficial (ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) à infraestrutura

9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities

9.b.1 - Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total

9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

9.c.1 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 - Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.1.1 - Taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento per capita entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total Atualizado

10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.2.1 - Proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência

10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.3.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos

10.4 - Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

10.4.1 - Proporção das remunerações no PIB, incluindo salários e as transferências de proteção social Atualizado

10.4.2 - Impacto redistributivo da política fiscal

10.5 - Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

10.5.1 - Indicadores de Solidez Financeira Atualizado

10.5.1a - Índice de Patrimônio de Referência Nível I sobre Ativos Totais Ajustados (B1B2)

10.5.1b - Índice de Patrimônio de Referência Nível I

10.5.1c - Índice de Inadimplência líquida de provisões sobre capital

10.5.1d - Índice de Inadimplência da carteira de crédito

10.5.1e - Retorno sobre ativos (B1B2)

10.5.1f - Ativos líquidos sobre passivos de curto prazo

10.5.1g - Posição aberta líquida em moeda estrangeira sobre capital

10.6 - Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

10.6.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais

10.7 - Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

10.7.1 - Custo de recrutamento suportado pelo empregado em proporção do rendimento mensal auferido no país de destino

10.7.2 - Número de países com políticas migratórias que facilitam a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável

10.7.3 - Número de pessoas que morreram ou desapareceram no processo de migração internacional

10.7.4 - Proporção da população de refugiados, por país de origem

10.a - Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC

10.a.1 - Proporção de linhas tarifárias com tarifa zero aplicadas às importações provenientes dos países menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento

10.b - Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

10.b.1 - Total de fluxos de recursos para o desenvolvimento, por beneficiário e país doador, e tipo de fluxo (ex. ajuda pública ao desenvolvimento, investimento direto estrangeiro e outros fluxos)

10.c - Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%

10.c.1 - Custos das remessas em proporção do valor remetido

11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.1.1 - Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados

11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.2.1 - Proporção de população que tem acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência

11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população

11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática

11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.4.1 - Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios)

11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantesAtualizado

11.5.2 - Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicosAtualizado

11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.6.1 - Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas pelo total de resíduos urbanos gerados, por cidadesAtualizado

11.6.2 - Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5 μm e 10 μm) nas cidades (população ponderada)

11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.7.1 - Proporção da área construída cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência

11.7.2 - Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses

11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.a.1 - Número de países que possuem políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b) garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscalAtualizado

11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.b.1 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030Atualizado

11.b.2 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

11.c - Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 - Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

12.1.1 - Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais

12.2 - Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.2.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB

12.2.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB

12.3 - Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.3.1 - (a) Índice de perdas alimentares e (b) Índice de desperdício alimentar

12.4 - Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.4.1 - Número de Partes em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante

12.4.2 - Quantidade de resíduos perigosos gerados per capita e proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento

12.5 - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

12.5.1 - Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado

12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

12.6.1 - Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade

12.7 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

12.7.1 - Grau de implementação de políticas e planos de ação para compras públicas sustentáveis

12.8 - Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.8.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes

12.a - Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

12.a.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)

12.b - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.b.1 - Aplicação de instrumentos contábeis padronizados para monitorar os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade do turismo

12.c - Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas

12.c.1 - Montante de subsídios aos combustíveis fósseis por unidade do PIB (produção e consumo)

13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

13.1 - Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

13.1.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantesAtualizado

13.1.2 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030Atualizado

13.1.3 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

13.2.1 - Número de países com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação

13.2.2 - Emissões totais de gases de efeito estufa por ano

13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

13.3.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes

13.a - Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

13.a.1 - Quantidades fornecidas e mobilizadas em dólares dos Estados Unidos por ano em relação à meta continuada de mobilização coletiva existente do compromisso de US\$100 bilhões até 2025

13.b - Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

13.b.1 - Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação

14 Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1.1 - a) Índice de eutrofização costeira; e (b) densidade de detritos plásticos

14.2 - Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

14.2.1 - Número de países que utilizam abordagens baseadas em ecossistemas para gerenciar áreas marinhas

14.3 - Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.3.1 - Acidez média marinha (pH) medida num conjunto representativo de estações de coleta

14.4 - Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.4.1 - Proporção da população de peixes (fish stocks) dentro de níveis biologicamente sustentáveis

14.5 - Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.5.1 - Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas

14.6 - Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.6.1 - Progresso dos países, relativamente ao grau de implementação dos instrumentos internacionais visando o combate da pesca ilegal, não registrada (declarada) e não regulamentada (IUU fishing)

14.7 - Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.7.1 - Pesca sustentável como uma proporção do Produto Interno Bruto (PIB) de pequenos Estados insulares em desenvolvimento, (Small Islands Developing States), de países menos desenvolvidos e todos os países

14.a - Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.a.1 - Proporção do total do orçamento de pesquisas alocado para pesquisas na área da tecnologia marinha

14.b - Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14.b.1 - Progresso dos países relativamente ao grau de aplicação de uma estrutura (enquadramento) legal/ regulamentar/político e institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso dos pescadores de pequena escala

14.c - Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

14.c.1 - Número de países com progressos na ratificação, aceitação e implementação, através de quadros legais, políticos e institucionais, de instrumentos relacionados com o oceano que implementam o direito internacional, tal como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para a conservação e uso sustentável dos oceanos e seus recursos

15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade

15.1 - Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.1.1 - Área florestal como proporção da área total do território

15.1.2 - Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema

15.2 - Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.2.1 - Progressos na gestão florestal sustentável

15.3 - Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.3.1 - Proporção do território com solos degradados

15.4 - Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

15.4.1 - Cobertura de áreas protegidas de sítios importantes para a biodiversidade das montanhas

15.4.2 - Índice de cobertura vegetal nas regiões de montanha

15.5 - Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

15.5.1 - Índice das listas vermelhas

15.6 - Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.6.1 - Número de países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para assegurar a partilha justa e equitativa de benefícios

15.7 - Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

15.7.1 - Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito

15.8 - Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

15.8.1 - Proporção de países que adotam legislação nacional relevante e recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras

15.9 - Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas

15.9.1 - (a) Número de países que estabeleceram metas nacionais em conformidade com a Meta 2 de Aichi do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011–2020 ou metas similares em suas estratégias e planos de ação nacionais para a biodiversidade e o progresso relatado no alcance dessas metas; e (b) integração da biodiversidade nas contas nacionais e sistemas de relatoria, definidos como implementação do Sistema de Contas Econômicas Ambientais

15.a - Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.a.1 - (a) Assistência oficial ao desenvolvimento em conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (b) Receita gerada e financiamento mobilizado a partir de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade

15.b - Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.b.1 - (a) Assistência Oficial ao Desenvolvimento em conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (b) Receita gerada e financiamento mobilizado a partir de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade

15.c - Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

15.c.1 - Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito

16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.1.1 - Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 000 habitantes, por sexo e idade

16.1.2 - Óbitos relacionados com conflitos por 100 000 habitantes, por sexo, idade e causa

16.1.3 - Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

16.1.4 - Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive

16.2 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 1 e 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês

16.2.2 - Número de vítimas de tráfico de pessoas por 100 000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração

16.2.3 - Proporção de mulheres e homens jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual até a idade de 18 anos

16.3 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.3.1 - Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos

16.3.2 - Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geralAtualizado

16.3.3 - Proporção da população que teve alguma disputa nos últimos dois anos, e que acessou um mecanismo formal ou informal de resolução de disputas, por tipo de mecanismo

16.4 - Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.4.1 - Valor total de entradas e saídas de fluxos financeiros ilícitos (em dólares americanos correntes)

16.4.2 - Proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito tenha sido detectado ou estabelecido por uma autoridade competente, em linha com instrumentos internacionais

16.5 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.5.1 - Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses

16.5.2 - Proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses

16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.6.1 - Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares)Atualizado

16.6.2 - Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos

16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.7.1 - Proporções de cargos (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislativo nacional e locais, administração pública e tribunais) em relação às distribuições nacionais

16.7.2 - Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional

16.8 - Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.8.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais

16.9 - Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.9.1 - Proporção de crianças com menos de 5 anos cujos nascimentos foram registrados por uma autoridade civil, por idade

16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.10.1 - Número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses

16.10.2 - Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informaçãoAtualizado

16.a - Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.a.1 - Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, de acordo com os Princípios de Paris

16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

16.b.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos

17 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.1 - Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.1.1 - Total das receitas do Governo em percentagem do PIB, por fonte Atualizado

17.1.2 - Percentagem do orçamento do Governo financiada por impostos cobrados internamente Atualizado

17.2 - Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.2.1 - Assistência oficial ao desenvolvimento líquida, total e para os países menos desenvolvidos, como proporção do Rendimento Nacional Bruto (RNB) dos doadores do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

17.3 - Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.3.1 - Investimento direto estrangeiro, assistência oficial ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do rendimento nacional bruto

17.3.2 - Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total

17.4 - Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.4.1 - Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços

17.5 - Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

17.5.1 - Número de países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para os países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos

17.6 - Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.6.1 - Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação Atualizado

17.7 - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.7.1 - Montante total de financiamento para países em desenvolvimento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais

17.8 - Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

17.8.1 - Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

17.9 - Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

17.9.1 - Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento

17.10 - Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.10.1 - Média ponderada das tarifas aduaneiras à escala mundial

17.11 - Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.11.1 - Participação das exportações provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos nas exportações globais

17.12 - Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

17.12.1 - Média ponderada de tarifas aduaneiras aplicadas aos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

17.13 - Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.13.1 - Painel de indicadores macroeconômicos

17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.14.1 - Número de países com mecanismos em vigor para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável

17.15 - Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

17.15.1 - Extensão do recurso a quadros de resultados e instrumentos de planejamento delineados pelos beneficiários [country ownership], por parte dos países fornecedores de cooperação para o desenvolvimento

17.16 - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.16.1 - Número de países que reportam progressos na eficácia dos quadros de monitoramento de múltiplos atores que apoiam o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável

17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

17.17.1 - Montante de dólares nos Estados Unidos destinados a parcerias público-privadas para infraestrutura

17.18 - Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.18.1 - Indicador de capacidade estatística para monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

17.18.2 - Número de países que possuem legislação estatística nacional que cumpre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais

17.18.3 - Número de países com um plano estatístico nacional totalmente financiado e em execução, por fonte de financiamento

17.19 - Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

17.19.1 - Valor em dólares de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística nos países em desenvolvimento

17.19.2 - Proporção de países que (a) realizaram pelo menos um Recenseamento da População e da Habitação nos últimos 10 anos; e (b) atingiram 100% de registros de nascimento e 80% de registros de óbitos

ANEXO C – BALANÇO SOCIAL – MODELO IBASE

Balanco Social Anual / 2003

iBase



1. Base de cálculo	2003 Valor (mil reais)			2002 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2003			Metas 2004		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)	[] direção	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)	[] todos(as) + Cipa	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)	[] todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[] incentiva e segue a OIT	[] não se envolverá	[] seguirá as normas da OIT	[] incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)	[] direção	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)	[] direção	[] direção e gerências	[] todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[] são sugeridos	[] são exigidos	[] não serão considerados	[] serão sugeridos	[] serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[] apóia	[] organiza e incentiva	[] não se envolverá	[] apoiará	[] organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2003:			Em 2002:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% governo _____% colaboradores(as)			% governo _____% colaboradores(as)		
	% acionistas _____% terceiros _____% retido			% acionistas _____% terceiros _____% retido		
7. Outras informações						

Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro/fumo/tabaco, armas de fogo/munições, bebidas alcoólicas ou que estejam comprovadamente envolvidas com exploração de trabalho infantil e/ou qualquer forma de trabalho forçado
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Valor total da folha de pagamento
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=9&sid=13
7. Outras informações	
	Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência

ANEXO D – LINK DO EDITAL N° 358/2020

https://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/19020.pdf?1608127452